

ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS PARA TRABALHOS ACADÊMICOS E CIENTÍFICOS

DANDARA CHRISTINE ALVES DE AMORIM
GERSILEIDE PAULINO DE AGUIAR VILELA
JOSIANI ALVES MOREIRA
NATALINA GALDEANO ABUD CHAUD
TATIANA LIMA DE MELO
WCLEVERSON BATISTA SILVA

VÁRIOS AUTORES

**ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS PARA
TRABALHOS ACADÊMICOS E
CIENTÍFICOS**

Barra do Garças - MT
UNIVAR - Centro Universitário do Araguaia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Estratégias e práticas para trabalhos acadêmicos e científicos [livro eletrônico] / Dandara Christine Alves de Amorim...[et al.]. -- Barra do Garças, MT : UNIVAR - Centro Universitário do Vale Do Araguaia, 2024. PDF

Outros autores: Gersileide Paulino de Aguiar Vilela, Josiani Alves Moreira, Natalina Galdeano Abud Chaud, Tatiana Lima de Melo, Wcleverson Batista Silva.

Bibliografia.
ISBN 978-65-982626-0-0

1. Artigos científicos - Coletâneas 2. Associação Brasileira de Normas Técnicas 3. Metodologia de pesquisa científica 4. Padronização 5. Pesquisa científica I. Amorim, Dandara Christine Alves de. II. Vilela, Gersileide Paulino de Aguiar. III. Moreira, Josiani Alves. IV. Chaud, Natalina Galdeano Abud. V. Melo, Tatiana Lima de. VI. Silva, Wcleverson Batista.

24-192409

CDD-001.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Metodologia da pesquisa 001.42

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

1. NÍVEIS DO CONHECIMENTO	10
1.1 CONHECIMENTO POPULAR.....	13
1.2 CONHECIMENTO CIENTÍFICO.....	13
1.3 CONHECIMENTO FILOSÓFICO	14
1.4 CONHECIMENTO RELIGIOSO (TEOLÓGICO)	14
2. PESQUISA	16
2.1 CARACTERÍSTICAS DA LINGUAGEM CIENTÍFICA	19
2.2 TIPOS DE PESQUISA	20
2.2.1 Pesquisa Descritiva.....	21
2.2.2 Pesquisa Explicativa	21
2.2.3 Pesquisa Exploratória	22
2.2.4 Procedimentos metodológicos	23
2.3 MÉTODOS DE PESQUISA	26
2.3.1 Método quantitativo.....	27
2.3.2 Método qualitativo.....	27
2.4 TÉCNICAS DE PESQUISA	28
2.4.1 Documentação indireta	29
2.4.2 Documentação direta	29
2.4.3 Observação direta intensiva.....	30
2.4.4 Observação direta extensiva	37
2.5. O PROBLEMA DA PESQUISA	40
2.6 QUALIDADES DE UMA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	41
.....	41

2.7 PRINCIPAIS TIPOS DE PUBLICAÇÕES DAS PESQUISAS	43
3. TEXTOS ACADÊMICOS	48
3.1 RESUMO	48
3.2 RESENHA	51
3.3 PARÁGRAFO PADRÃO	53
3.4 PARÁFRASE.....	54
3.5 RELATÓRIO	55
4. NORMATIZAÇÃO.....	65
4.1. FORMATAÇÃO.....	65
4.1.1 Papel e fonte	65
4.1.2 Margens	66
4.1.3 Espaçamento.....	67
4.1.4 Paginação.....	67
4.1.5 Numeração de títulos.....	68
4.1.6 Ilustrações, quadros e tabelas	68
4.2 ESTRUTURA DE UM TRABALHO ACADÊMICO E CIENTÍFICO	69
4.2.1 Elementos pré-textuais	70
4.2.1 Elementos textuais.....	73
4.2.1 Elementos pós-textuais.....	77
5. CITAÇÕES	80
5.1 SISTEMAS DE CHAMADA	81
5.1.1 Sistema numérico	81

5.1.2 Sistema autor-data	82
5.2 FORMAS DE CITAÇÃO	86
5.2.1 Citação direta	86
5.2.2 Citação indireta	89
5.2.3 Citação de informação verbal	91
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
6.1 LIVROS	94
6.1.1 Livros considerados em parte	97
6.2 JORNAL.....	98
6.3 REVISTA	99
6.4 TRABALHOS ACADÊMICOS.....	100
6.5 ENTREVISTAS	100
6.6 PALESTRA OU CONFERÊNCIA	102
6.7 CORRESPONDÊNCIAS (CARTAS, BILHETES ETC.).....	102
6.8 DISCOS.....	102
6.9 VÍDEO OU FILME.....	102
6.10 INTERNET	103
6.11 LEGISLAÇÕES	103
6.12 BÍBLIA.....	103
6.13 MAPAS	104
7. ARTIGOS CIENTÍFICOS.....	106
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
APÊNDICE - 1.....	115
MODELO DE RESUMO.....	115

APÊNDICE - 2	116
MODELO DE RESENHA.....	116
APÊNDICE - 3	119
MODELO DE PARÁGRAFO PADRÃO.....	119
APÊNDICE - 4	121
MODELO DE PARÁFRASE	121
APÊNDICE - 5	122
MODELO DE RELATÓRIOS	122
APÊNDICE - 6	150
MODELO DE PROJETO DE PESQUISA.....	150
APÊNDICE - 7	154
FORMATAÇÃO DE FIGURAS E/OU GRÁFICOS	154
APÊNDICE - 8	155
FORMATAÇÃO DE QUADROS	155
APÊNDICE - 9	156
FORMATAÇÃO DE TABELAS.....	156
APÊNDICE - 10	157
MODELO DE CAPA.....	157
APÊNDICE - 11	158
MODELO DA FOLHA DE ROSTO	158
APÊNDICE - 12	159
APÊNDICE - 13	203
APÊNDICE - 14	222

APRESENTAÇÃO

O livro “Estratégias e Práticas para Trabalhos Acadêmicos e Científicos” é uma obra voltada para estudantes, pesquisadores e professores que desejam aprimorar suas habilidades na produção de trabalhos acadêmicos e científicos.

Desenvolvido com base nas experiências e conhecimento dos docentes do Centro Universitário do Vale do Araguaia - UNIVAR, este livro oferece uma abordagem abrangente e prática para a elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos com qualidade. Ele aborda desde as diversas produções textuais, a escolha do tema a apresentação final, passando por todas as etapas do processo do trabalho científico.

Um das principais características deste livro é a linguagem acessível alinhada a teoria e a prática. Este foi escrito com o objetivo de ser compreendido por todos, independentemente do nível de conhecimento prévio sobre o assunto. Além disso, o livro conta com exemplos e dicas úteis que ajudam a ilustrar e aprimorar o entendimento dos leitores.

Outro ponto interessante deste livro são as estratégias e práticas apresentadas para a produção dos trabalhos acadêmicos e

científicos. Elas foram selecionadas para auxiliar os leitores a desenvolverem habilidades essenciais na academia, como a pesquisa eficiente, a organização de ideias, a escrita clara e coerente, e a apresentação convincente dos resultados.

Além disso, o livro também aborda questões importantes relacionadas a escolha a metodologia para a pesquisa, ao uso adequado de referências bibliográficas e às normas de formatação exigidas pela instituição acadêmica e atualizadas conforme as normas vigentes.

Em resumo, “Estratégias e Práticas para Trabalhos Acadêmicos e Científicos” é um guia para todos aqueles que desejam aprimorar suas habilidades na elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos. Tenho certeza de que este livro será uma fonte valiosa de conhecimento e orientação para todos os leitores.

Gersileide Paulino de Aguiar Vilela



CAPÍTULO 1

NÍVEIS DO CONHECIMENTO

1. NÍVEIS DO CONHECIMENTO

A ciência, na condição atual, é o resultado de descobertas ocasionadas, nas primeiras etapas, e de pesquisas cada vez mais metódicas, nas etapas posteriores. Ela é uma das poucas realidades que podem ser legadas às gerações seguintes. Os homens de cada período histórico assimilam os resultados científicos das gerações anteriores, desenvolvendo e ampliando aspectos novos (Cervo *et al.*, 2007). As definições sobre o que é ciência são geralmente breves, pois se tratam do exercício de definição de um conceito que acaba variado consideravelmente, dependendo da formação daquele que o realiza, de sua visão de mundo, das intenções do texto e de seu público-alvo (Mattar, 2008).

Conforme a área de formação, a ciência poderá ser entendida de forma diferente. Enquanto um filósofo pode classificar a ciência como uma dentre várias formas de conhecimento, para um cientista ela pode ser considerada o conhecimento por excelência. Para aqueles que se opõem aos progressos advindos da industrialização, a ciência é o terror da humanidade, responsável até mesmo por nossa provável autodestruição. Um sociólogo, por sua vez, pode estudar a ciência como o resultado de forças socioeconômicas conflitantes,

abordando os aspectos ideológicos que a constituem e envolvem. Já um leigo, encara em geral, muitos ramos da ciência com um bicho de sete cabeças. E assim por diante (Mattar, 2008).

O que permitiu à ciência chegar ao nível atual foi o núcleo de técnicas de ordem prática, seus fatos empíricos e suas leis, que forma o elemento de continuidade, que, por sua vez, foi sendo aperfeiçoado e ampliado ao longo da história do *Homo sapiens*. A ciência, nos moldes em que se apresenta hoje, é relativamente recente. Foi somente na Idade Moderna que ela adquiriu o caráter científico que tem atualmente (Cervo *et al.*, 2007).

O conhecimento científico surge da necessidade de não assumir uma posição meramente passiva, sem poder de ação ou controle dos fenômenos. Cabe ao ser humano, otimizando o uso da sua racionalidade, propor uma forma sistemática, metódica e crítica a sua função de desvelar o mundo, compreendê-lo, explicá-lo e dominá-lo (Köche, 2011). Assim, a humanidade está se movendo, principalmente, dentro de quatro níveis de conhecimento: conhecimento empírico ou vulgar ou popular, conhecimento científico, conhecimento filosófico e conhecimento teológico.

A Figura 1 sistematiza as principais características dos quatro tipos de conhecimento conforme descritos por Marconi e Lakatos (2017, p. 83).

Figura 1 – Tipos de conhecimento.

TIPOS DE CONHECIMENTO



Conhecimento popular

Valorativo
Reflexivo
Assistemático
Verificável
Falível
Inexato

Conhecimento científico

Real (factual)
Contingente
Sistemático
Verificável
Falível
Aproximadamente, exato



Conhecimento filosófico

Valorativo
Racional
Sistemático
Não verificável
Infalível
Exato

Conhecimento religioso (teológico)

Valorativo
Inspiracional
Sistemático
Não verificável
Infalível
Exato



1.1 CONHECIMENTO POPULAR

O conhecimento popular é considerado **valorativo**, pois baseia-se em estados de ânimo e emoções; **reflexivo**, porém limitado a familiaridade com o objeto de estudo; **assistemático**, por não ter uma sistematização de ideias na procura de uma formulação geral que explique os fenômenos observados; **verificável**, visto que está limitado ao cotidiano e as observações podem ser realizadas no dia a dia; **falível** e **inexato**, se conforma com a aparência e com o que se ouviu dizer sobre o objeto de estudo (Markoni; Lakatos, 2017).

1.2 CONHECIMENTO CIENTÍFICO

O conhecimento científico é **real (factual)** porque trabalha com ocorrências ou fatos; **contingente**, pelo fato de conhecer a veracidade de suas proposições e/ou hipóteses por meio da experiência; **sistemático**, pois é formado por um sistema de ideias e não por conhecimentos desconexos; **verificável**, visto que as hipóteses precisam ser comprovadas, mesmo que sejam rejeitadas; **falível**, por não ser definitivo, absoluto ou final; **aproximadamente exato**, em razão de que novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular a teoria aceita inicialmente (Markoni; Lakatos, 2017).

1.3 CONHECIMENTO FILOSÓFICO

O conhecimento filosófico é **valorativo**, pelo fato de consistir em hipóteses que baseiam-se em experiência e não na experimentação; **não verificável**, porque as hipóteses não podem ser aceitas e nem rejeitadas; **racional**, por consistir em um conjunto de enunciados logicamente correlacionados; **sistemático**, pois suas hipóteses e enunciados intencionam uma representação coerente da realidade; **infalível e exato**, em virtude de não haver observação e/ou experimentação para confirmar suas hipóteses e busca da realidade (Markoni; Lakatos, 2017).

1.4 CONHECIMENTO RELIGIOSO (TEOLÓGICO)

O conhecimento religioso contém proposições sagradas, por isso é **valorativo**; **inspiracional**, por ser revelado pelo sobrenatural; **sistemático**, pois é um conhecimento com base na obra de um criador divino; as evidências **não são verificáveis** porque sempre está implícita uma atitude de fé no conhecimento; **infalível e exato**, pelo fato de que os pensamentos e as doutrinas são considerados verdades absolutas (Markoni; Lakatos, 2017).



CAPÍTULO 2

PESQUISA

2. PESQUISA

A palavra pesquisa pode ser definida como sendo um procedimento racional e sistemático, que tem como objetivo proporcionar respostas às problemáticas que são levantadas sobre determinado assunto (Gil, 2002). A pesquisa se revela como um procedimento crucial nas esferas acadêmica e científica. Toda pesquisa se desenvolve por meio de um processo organizado em várias fases, desde a identificação e formulação do problema até a apresentação dos resultados. Para se realizar uma boa pesquisa, seja científica ou acadêmica, é preciso ter conhecimento da realidade que será estudada, algumas noções básicas da metodologia e técnicas de pesquisa, seriedade, e, sobretudo, trabalho em equipe e consciência social.

Quem está iniciando suas atividades como pesquisador não deve esquecer sobre a tríade Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) que tem como objetivo estudar os aspectos sociais que envolvem fatores da ciência e da tecnologia e suas múltiplas influências. Nesse contexto, a pesquisa deverá contribuir com as mudanças nas questões científicas, tecnológicas, sociais e ambientais.

Para realizar a pesquisa são necessários os seguintes aspectos:

- a) Conhecimento sobre o assunto: é preciso que o pesquisador faça o levantamento do referencial bibliográfico que investigue, bem como procure saber e conhecer seu objeto de estudo.
- b) Curiosidade: o pesquisador é um curioso por natureza, essa é a base para se iniciar a investigação.
- c) Criatividade: é requerida pela necessidade de se percorrer um caminho de pesquisa com muitas voltas e obstáculos a serem superados.
- d) Integridade intelectual: saber reconhecer a importância do embasamento teórico, citando os autores utilizados para a realização da pesquisa.
- e) Atitude autocorretiva: o pesquisador deve controlar sua subjetividade para se chegar ao conhecimento científico e não influenciar na pesquisa.
- f) Sensibilidade social: é a bússola ética que guia a investigação, assegurando que cada descoberta seja moldada pela compreensão profunda das complexidades humanas e pelo compromisso genuíno com o bem-estar coletivo.
- g) Imaginação disciplinada: o caminho metodológico a ser percorrido no processo de pesquisa necessita de disciplina e organização, tais fases e etapas devem ser cumpridas.

- h) Perseverança e paciência: são aspectos necessários à obtenção de um conhecimento científico, não se colocando como tarefa fácil, entretanto, nunca desistindo.
- i) Confiança na experiência: um pesquisador deve sempre confiar nele próprio e no conhecimento que vai adquirindo ao longo da pesquisa.

A pesquisa é uma imersão intelectual em busca de revelações, seja no campo científico, visando o progresso tecnológico, ou no âmbito acadêmico, onde a ênfase recai sobre a aprendizagem (Guerra, 2023). Toda pesquisa se desenvolve por meio de um processo organizado em inúmeras fases, que vão desde a identificação e formulação do problema até a apresentação dos resultados (Gil, 2002). Para se realizar uma boa pesquisa científica é preciso ter conhecimento da realidade que será estudada, algumas opções básicas de metodologia e técnicas de pesquisa, seriedade e, sobretudo, trabalho em equipe e consciência social (Richardson, 1999).

Para que a pesquisa seja pautada em questões éticas, é necessário que os projetos sejam submetidos a apreciação de comitê e comissão de ética. Quando o trabalho é realizado com pessoas, eles devem ser submetidos, via Plataforma Brasil, para atender a legislação vigente, em particular as Resoluções nº 466/2012 e nº

510/2016 (CNS/MS). No caso de pesquisa com animais, os trabalhos devem ser protocolados na Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) considerando especialmente a Lei nº 11.794/2008 e Resoluções Normativas nº 01 e nº 02 do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal.

2.1 CARACTERÍSTICAS DA LINGUAGEM CIENTÍFICA

A comunicação científica, por possuir linguagem própria, consiste na divulgação dos resultados das pesquisas à comunidade e a outros especialistas interessados, de forma a favorecer a geração e a disseminação de conhecimentos e de atividades de pesquisas (Curty; Boccato, 2008). O texto científico deve ser claro, objetivo, preciso, comunicativo e estar em linguagem correta. Para Duarte *et al.* (2004) o pesquisador deve assumir uma postura de neutralidade, transmitindo os resultados de suas observações de maneira exata, fria e imparcial. Uma das formas de garantir essa imparcialidade é manter a impessoalidade do escrito, com o emprego dos verbos na terceira pessoa, do singular e/ ou do plural (ex. “coletaram-se dados de produtividade de grãos”; “concluiu-se que o tratamento...”). Recomenda-se, portanto, evitar o uso de expressões como “o meu trabalho”, “nosso trabalho”, substituindo-se por outras como “o presente trabalho”, “o presente estudo”, “o autor” entre outras.

As frases, orações ou sentenças devem ter um só sentido, ou seja, não podem sugerir duplicidade interpretativa (ambiguidade, sentidos figurados, subjetividades, etc.). Os neologismos e anglicismos (bem como outros estrangeirismos) também devem ser evitados. Por isso recomenda-se que a linguagem seja simples, objetiva, clara, precisa e coesa, isto é, sem prolixidade, repetições desnecessárias, exageros e incoerências. Apenas o estritamente necessário deve ser relatado. Os parágrafos devem compor o desenvolvimento de uma ideia, isto é, devem ter começo, meio e fim. Não devem, portanto, ser construídos parágrafos com uma só frase, e parágrafos muito longos também são contraindicados. Assim, os a construção dos parágrafos deve ser de modo a dar fluência à leitura, isto é, sem quebras bruscas da continuidade do raciocínio do leitor (Duarte *et al.*, 2004).

2.2 TIPOS DE PESQUISA

Existem vários tipos de pesquisa, cada qual com um objetivo específico. Entretanto, é comum os autores realizarem uma classificação limitando a certo número de grupamento. Dessa forma, na perspectiva de Gil (1999), com base nos objetivos das pesquisas, podem-se considerar três tipos básicos, sendo que a

maioria das pesquisas apresentam mais de um, e, às vezes, os três tipos de pesquisa em uma só.

2.2.1 Pesquisa Descritiva

Esta pesquisa visa descrever as características de um fenômeno ou a relação entre variáveis. O foco está na observação e na coleta de dados para retratar o estado atual de uma situação, e não explicar as diferenças. Dentre as pesquisas descritivas destacam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: distribuição por idade, sexo, nível de escolaridade, nível de renda, etc. Não necessariamente requer o desenvolvimento de hipóteses.

Exemplo 1: Verificar o perfil etário de um curso no ensino superior...

Exemplo 2: Quantificar o consumo de carboidratos nos idosos institucionalizados...

Exemplo 3: Determinar o perfil do solo na Fazenda Escola Boa Esperança...

2.2.2 Pesquisa Explicativa

Essa pesquisa busca identificar as causas e os efeitos de um fenômeno, indo além da simples descrição. O objetivo é

entender as relações de causa e efeito entre variáveis. Tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Envolve a manipulação de variáveis independentes para observar e entender as relações causais entre os fenômenos estudados. Esse tipo de pesquisa aprofunda o conhecimento da realidade porque explica o porquê das coisas. Geralmente envolve a formulação de hipóteses para testar relações causais.

Exemplo 1: Relacionar o perfil etário e as notas bimestrais em um curso no ensino superior...

Exemplo 2: Vincular o consumo de carboidratos nos idosos institucionalizados e as doenças metabólicas...

Exemplo 3: Associar o perfil do solo na Fazenda Escola Boa Esperança e a retenção de água...

2.2.3 Pesquisa Exploratória

Os resultados dessa pesquisa permitirão rever o plano de pesquisa para a realização de um estudo mais aprofundado sobre o tema. Busca entender um tema pouco explorado, complexo ou não suficientemente compreendido, sem necessariamente formular explicações conclusivas. Este tipo de pesquisa é desenvolvido também com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca do

fenômeno estudado. Proporcionar maior familiaridade com um problema ou fenômeno, formulando hipóteses preliminares e aprimorando questões de pesquisa.

Exemplo 1: Analisar a quantidade de exames finais aplicados em uma determinada turma de um curso na área das Ciências Humanas...

Exemplo 2: Averiguar o processo de consumo de carboidratos por idosos institucionalizados...

Exemplo 3: Analisar a ciclagem de nutrientes no solo da Fazenda Escola Boa Esperança...

2.2.4 Procedimentos metodológicos

De acordo com Gil (2002), a classificação das pesquisas em exploratórias, descritivas e explicativas é muito útil. Entretanto, torna-se necessário atentar-se para os procedimentos técnicos utilizados específicos das mais variadas pesquisas. Assim, o leque de opções de pesquisas se amplia, e as pesquisas podem ser classificadas em:

- a) Pesquisa bibliográfica: É desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Muito embora em quase todos os estudos seja

exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

- b) Pesquisa documental: Assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes. Esse tipo de pesquisa vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico.
- c) Pesquisa experimental: O experimento representa o melhor exemplo dessa pesquisa. Consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciar, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto a ser estudado. A característica principal da pesquisa experimental é a manipulação direta das variáveis relacionadas ao objeto de estudo, com o objetivo de compreender como e por que um fenômeno é produzido.
- d) Pesquisa *ex-post facto*: A partir do fato passado. É um tipo de pesquisa que se concentra em analisar e entender relações causais entre variáveis, mas que ocorrem após os eventos terem ocorrido naturalmente, ou seja, sem intervenção do pesquisador. O termo *ex-post facto* é do latim e significa "depois do fato". Diferentemente dos experimentos controlados, nos quais o pesquisador manipula variáveis independentes, na pesquisa *ex-*

post facto, o pesquisador observa e analisa eventos ou condições já existentes.

- e) Estudo de coorte: Refere-se a um grupo de pessoas que tem alguma característica comum, constituindo uma amostra a ser acompanhada por certo período de tempo, para se observar e analisar o que acontece com elas.
- f) Levantamento de dados: Caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja conhecer. A pesquisa de levantamento é uma estratégia utilizada para coletar dados e informações sobre características ou opiniões de um grupo de pessoas que representa uma população. Nesse tipo de pesquisa, busca-se obter respostas diretas das pessoas cujo comportamento se deseja compreender.
- g) Estudo de caso: Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. É como uma investigação intensiva e sistemática de uma instituição, comunidade ou indivíduo, permitindo uma análise profunda de fenômenos complexos.
- h) Pesquisa-ação: É uma abordagem metodológica que combina pesquisa e ação prática. Ela envolve a colaboração estreita entre pesquisadores e participantes, muitas vezes com o objetivo de melhorar uma situação específica ou resolver um problema

prático. Essa abordagem é frequentemente aplicada em contextos nos quais os pesquisadores desejam não apenas entender um fenômeno, mas também intervir e gerar mudanças positivas. Os membros da comunidade ou organização envolvidos na pesquisa-ação têm um papel ativo na definição do problema, na tomada de decisões e na implementação das soluções. Suas perspectivas e experiências são valorizadas no processo de pesquisa.

2.3 MÉTODOS DE PESQUISA

É comum se tratar dois métodos de pesquisa como sendo a própria pesquisa: quantitativo e qualitativo. Essa divisão é extremamente necessária para se pensar e esquematizar qualquer investigação científica. Eles se diferenciam não só pela sistemática pertinente a cada um, mas sobretudo pela forma de abordagem do problema. A escolha de um ou outro método precisa estar relacionada com o tipo de estudo que se deseja realizar, bem como a natureza do problema de pesquisa e o aprofundamento dado à investigação.

2.3.1 Método quantitativo

Para Richardson (1999), o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento por meio de técnicas estatísticas, desde as mais amplas como percentual, média, desvio padrão, às mais complexas, como correlação, regressão, dentre outros. O método quantitativo representa a intenção de garantir a precisão dos resultados, evita distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências.

2.3.2 Método qualitativo

O método qualitativo pode ser caracterizado como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características apresentados pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos (Richardson, 1999). O autor considera como um problema na pesquisa qualitativa o fato de que há uma tendência de adotar uma atitude não crítica diante das concepções de seus entrevistados.

A pesquisa qualitativa, em geral, ocorre no ambiente natural com coleta direta dos dados, com abordagem observacional, e o

pesquisador é o principal instrumento, participante ativo do fenômeno. A pressuposição do método qualitativo é a realidade a partir de fenômenos socialmente construídos.

Em uma pesquisa qualitativa a amostra é pequena e são utilizados poucos casos, quando a pesquisa é realizada com humanos. No caso de pesquisa bibliográfica, há a necessidade de buscar uma vasta e atual literatura para ratificar o objeto de estudo. A análise de dados não envolve o uso de estatística, é subjetiva e interpretativa, e os resultados têm baixa generalização e pouca replicação (Machado, 2023).

2.4 TÉCNICAS DE PESQUISA

Técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte, ou seja, é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Ao conduzir pesquisa, é comum utilizar uma combinação de documentação direta e indireta para obter uma compreensão abrangente e bem fundamentada do tópico em estudo. A escolha entre os dois tipos depende dos objetivos da pesquisa e da disponibilidade das fontes de informação. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos, assim como descrevem Marconi; Lakatos (2017) a seguir.

2.4.1 Documentação indireta

A documentação indireta refere-se ao uso de fontes de informação que não são produzidas por aqueles que estiveram diretamente envolvidos nos eventos ou fenômenos estudados. Essas fontes oferecem interpretações, análises ou relatos de segunda mão. As informações são coletadas de fontes secundárias, sem participação direta nos eventos, e, assim, pode haver interpretações e análises adicionadas, introduzindo certo grau de subjetividade. Para essa técnica são utilizadas fontes secundárias, interpretativas ou analíticas.

São exemplos para a documentação indireta: livros e artigos de pesquisa; documentários ou filmes; comentários de especialistas; resenhas e análises críticas; dados estatísticos secundários; entrevistas com testemunhas ou especialistas que não estiveram diretamente envolvidos; livros que analisam eventos históricos, artigos de jornais sobre um tópico.

2.4.2 Documentação direta

A documentação direta envolve o uso de fontes de informação que são produzidas por indivíduos ou organizações que estiveram diretamente envolvidos nos eventos ou fenômenos

estudados. A coleta de dados acontece no próprio local onde os fenômenos ocorrem. Nesse tipo de técnica há proximidade direta com os eventos ou fenômenos estudados, com informações em primeira mão, por isso tende a ser mais autêntica e confiável, pois vem dos participantes ou observadores diretos. As fontes são originais e primárias.

São exemplos de documentação direta: entrevistas pessoais; observações diretas; relatórios de pesquisa original; documentos oficiais de uma organização; cartas, diários ou registros pessoais; gravações de áudio ou vídeo feitas durante o evento.

2.4.3 Observação direta intensiva

A observação direta intensiva é efetivada por meio de duas técnicas: observação e entrevista.

A observação é uma técnica de coleta de dados para obter informações e utiliza os sentidos na conquista de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver ou ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

Já a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informação a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de

dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

2.4.3.1 Observações

A observação torna-se uma técnica científica à medida que serve a um objetivo formulado de pesquisa. A observação, segundo Gil (1999) é o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. É utilizada com procedimento científico quando se refere a um problema de pesquisa e quando for sistematicamente planejada.

Essa técnica tem como vantagem a possibilidade de obter a informação no momento em que o fato ocorre, é o meio mais direto de estudar uma ampla variedade de fenômenos, possui aspectos do comportamento humano que não poderiam ser estudados de outra forma (crianças de pouca idade), e, quando comparada a outros métodos de coleta de dados, a observação é o que menos exige do sujeito/ objeto de estudo. Esses aspectos são importantes porque o trabalho dependerá mais do pesquisador, deixando o observado como elemento passivo.

Por outro lado, as observações possuem algumas limitações para a execução. Aparentemente fácil de ser realizada, a observação exige preparo do observador e requer cuidados especiais para cada

tipo de estudo. O principal inconveniente da observação está em que a presença do pesquisador pode provocar alterações no comportamento dos observados, destruindo a espontaneidade dos mesmos e produzindo resultados pouco confiáveis.

As observações elas podem ser divididas em vários tipos:

- a) Observação não participante: o investigador permanece alheio ao grupo, somente observando de maneira espontânea as ocorrências. Esse tipo favorece a construção de hipóteses acerca do problema pesquisado, bem como facilita a obtenção de dados sem produzir suspeitas nos grupos que estão sendo estudados. Porém, exige-se um mínimo de controle na obtenção dos dados, pode ser canalizada pelos gostos e afeições do pesquisador e o registro depende da memória do pesquisador.
- b) Observação participante: consiste na participação real na vida do grupo. Nesse caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. A observação participante pode ser natural, quando o observador pertence ao mesmo grupo; ou artificial, quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação. É uma técnica que facilita o rápido acesso a dados sobre situações habituais em que os membros dos grupos se encontram envolvidos. E também possibilita o acesso a dados que a

comunidade considera de domínio privado. É uma técnica muito utilizada pela antropologia.

- c) Observação sistemática: é frequentemente utilizada em pesquisas que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos ou teste de hipóteses. O pesquisador sabe quais os aspectos do grupo que são significativos para alcançar os objetivos pretendidos. Por essa razão, elabora previamente um plano de observação. O plano de observação é importante porque implica em separar as categorias necessárias à análise da situação. A relação entre observador e o observado é bastante crítica na observação sistemática. Seu aparecimento numa situação precisa ser cuidadosamente preparado para que os membros do grupo possam aceitá-lo.

2.4.3.2 Entrevistas

A entrevista pode ser definida como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação (Gil, 1999). A entrevista é, portanto, uma forma de interação social, uma forma de diálogo em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Na área das Ciências Sociais, uma das técnicas mais utilizadas é a entrevista. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para a coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação.

A utilização das entrevistas para a coleta de dados tem como vantagens a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social do sujeito pesquisado; é muito eficiente para obter informações em profundidade sobre o comportamento humano; não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever; permite extrair maior número de respostas; possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas, que são tão importantes para a pesquisa quanto o próprio discurso.

Por outro lado, as entrevistas apresentam algumas limitações como a falta de motivação do entrevistado para responder as perguntas; a inadequada compreensão do significado das perguntas; o fornecimento de respostas falsas, determinadas por razões conscientes ou inconscientes; a influência exercida pelo aspecto pessoal do entrevistador sobre o entrevistado, bem como as

opiniões pessoais do entrevistador sobre as respostas dos entrevistados.

Existem vários tipos de entrevistas, e Richardson (1999) distingue três tipos:

- a) Entrevista dirigida (estruturada): desenvolve-se a partir de perguntas precisas, pré-formuladas e com uma ordem preestabelecida. O entrevistador dirige o processo evitando qualquer desvio do entrevistado. Essa técnica permite uma maior liberdade que o questionário, mas a estruturação da entrevista pode constringer a iniciativa do entrevistado.
- b) Entrevista não diretiva (não estruturada): permite ao entrevistado desenvolver suas opiniões e informações da maneira que ele achar conveniente. O entrevistador desempenha apenas funções de orientação e estimulação. Nesse tipo de entrevista o entrevistador não formula perguntas, apenas sugere o tema geral em estudo e leva o entrevistado a um processo de reflexão sobre esse tema.
- c) Entrevista guiada (semiestruturada): permite ao entrevistador utilizar um roteiro de temas, previamente confeccionado, que devem ser explorados durante a entrevista. Nesse tipo de entrevista, as perguntas não são formuladas previamente, sendo elaboradas durante o processo e a ordem dos temas. Assim, o

entrevistador faz poucas perguntas diretas, deixando o entrevistado falar livremente, à medida que se refere aos temas anteriormente assinalados. Entretanto, quando o entrevistado se afastar demais do assunto a ser discutido, o entrevistador deve intervir, de maneira sutil, para preservar a espontaneidade do processo. Nesse sentido, de acordo com Gil (1999), à medida que o pesquisador conduza com habilidade o processo da entrevista semiestruturada e seja dotado de boa memória, poderá, após o término, reconstruí-las de uma forma mais estruturada, tornando possível uma melhor análise, pois, tão importante quanto os discursos, são os gestos, emoções, expressões que ocorrem durante a entrevista.

Para a realização das entrevistas, é necessário observar alguns fatores que podem influenciar na resposta dada pelos entrevistados. O pesquisador deve proporcionar um ambiente de amizade, identificação e cordialidade, bem como ajudar o participante a adquirir confiança. O entrevistado deve estar livre para concluir o seu relato, e o entrevistador não pode dar conselhos nem fazer colocações moralistas, e em de forma alguma não pode discutir com o entrevistado. O pesquisador, também, não pode apressar o entrevistado, dar o tempo necessário para que conclua o relato e considerar os seus questionamentos.

2.4.4 Observação direta extensiva

A observação direta extensiva é desenvolvida com o auxílio do questionário, do formulário, de medidas de opinião e atitudes e de técnicas mercadológicas. O questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, e este depois de preenchido é devolvido ao pesquisador. Já o formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado.

2.4.4.1 Questionário

O questionário é um dispositivo de coleta de dados composto por uma sequência organizada de perguntas que devem ser respondidas por escrito, preferencialmente, sem a presença direta do entrevistador. A aplicação pode ser realizada por meio da entrega do questionário de forma presencial ou online, quando as perguntas são colocadas em plataformas e o link é enviado pelas mídias sociais. Após o preenchimento, o respondente devolve o questionário da mesma forma que o recebeu, sendo que o uso das

mídias sociais pode aumentar significativamente as chances de retorno devido à sua praticidade. Acompanhando o questionário, é essencial enviar um texto explicativo sobre a natureza da pesquisa, sua relevância e a necessidade das respostas, buscando despertar o interesse do destinatário para que ele preencha e devolva o questionário dentro de um período razoável. Em média, os questionários enviados pelo pesquisador conseguem uma taxa de devolução de cerca de 25% (Marconi; Lakatos, 2017).

Os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. Essa técnica tem várias vantagens, dentre elas atingir grande número de pessoas; implica em menores gastos com pessoal; garante o anonimato das respostas; a tabulação dos dados pode ser feita com maior rapidez; não expõe os pesquisados à influência do pesquisador.

Todavia, existem as limitações na aplicação do questionário, que envolvem a exclusão das pessoas que não sabem ler e escrever, ou ainda, que tenham dificuldades para entender as perguntas; nem sempre é possível ter certeza de que a informação proporcionada pelos entrevistados corresponde à realidade; as respostas dos indivíduos variam em diferentes períodos de tempo, como por exemplo, as atitudes e opiniões podem variar de acordo

com a situação emocional de uma pessoa; ou por causa de eventos atípicos, entre outros.

Os tipos de questões abordadas no questionário precisam estar de acordo com o(s) objetivo(s) da pesquisa, e essas podem ser dos seguintes tipos:

- a) Questões fechadas: apresenta-se ao respondente um conjunto de alternativas de resposta para que seja escolhida uma ou mais alternativas. Nesse tipo de questão é preciso garantir que, qualquer que seja a situação do entrevistado, haja uma alternativa em que este se enquadre. Por essa razão, pode-se utilizar a alternativa outras, não se aplica entre outras.

Exemplo: Qual o seu nível de escolaridade?

- a) Básico
 - b) Fundamental
 - c) Médio
 - d) Superior
 - e) Pós-graduação
 - f) Outros
-
- b) Questões abertas: a pergunta é formulada de modo que a pessoa escreva sua resposta sem qualquer restrição ou interferência do pesquisador. A principal vantagem das questões abertas é a de

não forçar o entrevistado a enquadrar sua percepção em alternativas preestabelecidas. No entanto, recomenda-se que o número de questões desse tipo seja reduzido, pois facilita a participação das pessoas

Exemplo: Qual é o maior problema social a ser resolvido pela prefeitura de Barra do Garças?

A formulação das questões deve-se levar em consideração o tipo de participante que fará parte da pesquisa; deve estar de acordo com o(s) objetivo(s) do trabalho; as perguntas são formuladas de maneira clara e precisa; a pergunta deve possibilitar uma única interpretação.

2.5. O PROBLEMA DA PESQUISA

Toda pesquisa científica inicia pela formulação do problema, o qual é formulado como uma pergunta que busca aprofundar um tema selecionado por meio de uma resposta cientificamente válida. Lembre-se, um problema de pesquisa deve ser preciso e delimitado, pois o desenvolvimento da pesquisa será orientado para encontrar respostas empíricas para o problema. Dentro da pesquisa existe o problema e a hipótese, sendo que a

diferença reside em que o problema constitui sentença interrogativa e a hipótese sentença afirmativa mais detalhada.

Exemplo: Quais as principais causas de internações na UTI no Hospital Municipal Milton Morbeck?

A formulação do problema exige algumas características o problema deve ser formulado como pergunta; o problema deve ser claro e preciso; o problema deve ser suscetível de solução, pois é preciso ter o domínio da técnica adequada à solução do problema; o problema deve ser delimitado a uma dimensão viável.

2.6 QUALIDADES DE UMA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

O conhecimento científico está voltado para a interpretação e transformação da realidade. Toda interpretação é um esforço para ordenar o caos de ideias que circundam o senso comum. Para que haja uma comunicação científica adequada, terá que ocorrer uma boa investigação científica. E para se alcançar uma investigação científica satisfatória, deve-se atentar, de acordo com Azevedo (2001), para as seguintes observações:

- a) Delimitação: para que a pesquisa tenha direção e possa ser aferida, o objeto de pesquisa (problema de pesquisa) a ser investigado deve estar bem delimitado.

- b) Relevância temática: o tema a ser tratado deve ser relevante e desenvolvido por meio de apresentação de dados, discussão de ideias, visando sempre a ampliação dos horizontes do conhecimento acerca de um objeto.
- c) Fundamentação teórica: o pesquisador deve ter noção que a pesquisa científica é um processo rigoroso que consiste em interpretar fatos da realidade empírica, segundo um referencial teórico determinado.
- d) Clareza nos procedimentos: uma boa investigação indica com clareza os procedimentos ou métodos adotados. Isso quer dizer que o pesquisador deve percorrer com rigor o caminho metodológico necessário para se chegar ao conhecimento científico.
- e) Rigor documental: um dos elementos essenciais na investigação e, conseqüentemente, na comunicação científica é o rigor na documentação, entendido como a apresentação de informações sobre as fontes dos dados, sejam eles obtidos pela observação, documentação, ou pela leitura de autores. Todas as fontes de informação pesquisadas devem ser citadas no texto, dando o devido crédito ao autor.

2.7 PRINCIPAIS TIPOS DE PUBLICAÇÕES DAS PESQUISAS

Segundo Volpato (2008), há vários tipos de publicação, mas a maioria se diferencia por questões de estética ou abrangência, e não por fundamentação lógico-científica. As formas mais conhecidas e frequentes são descritas abaixo:

- a) Livro: apresenta uma visão ampla sobre um assunto. Tem caráter mais didático, em que não há preocupação de justificar empiricamente as conclusões. Espera-se que o autor tenha conhecimento suficiente demonstrado para tais redações. A boa aceitação do livro pela comunidade científica é o grande indicador de qualidade.
- b) Tese: no conceito antigo, significa um estudo que defende uma ampla ideia ancorada por hipóteses de menor alcance. Atualmente, é sinônimo de estudo realizado no doutorado. Consiste em texto a serem defendidos, na pós-graduação, perante membros da comunidade acadêmica (banca), geralmente em sessão pública.
- c) Dissertação: na prática pouco se distingue da tese, sendo um texto científico que defende uma ideia, podendo inclusive ser composto de vários estudos e uma tese geral. Também é defendida, na pós-graduação, perante membros da comunidade

acadêmica (banca), geralmente em sessão pública. Atualmente, é sinônimo de estudo realizado no mestrado.

- d) Monografia ou trabalho de conclusão de curso (TCC): é o trabalho de conclusão de curso de graduação ou de pós-graduações *lato sensu*. Pode ser uma pesquisa de campo ou uma revisão de literatura.
- e) Revisão de literatura (*Review*): são artigos de alta qualidade conceitual, que resumem a literatura pertinente a algum tema e apresentam dessa análise, conclusões originais. São publicadas geralmente por pesquisadores experientes numa área. As *reviews* podem aparecer como sessões/tópicos especiais em periódicos científicos, ou são publicadas em veículos específicos, chamados *Annual Reviews* (periódicos de publicação anual, contendo apenas artigos de revisão).
- f) Artigo completo (*Full Paper*): é um texto publicado em revista científica e que demonstra uma ideia original. Distingue-se da *review* porque apresenta dados inéditos, e diferencia-se da *short communication* (artigo curto) porque dá uma resposta completa ao problema. Somente a revista científica possui o respaldo do método científico, e uma análise crítica de conteúdo, exercida por especialistas reconhecidos pela comunidade da área, que é

garantido pelo sistema de revisão em pares por revisores anônimos.

- g) Artigo curto (*short communication* ou *brief communication*): também defende uma ideia original, porém sem se aprofundar no fenômeno. É uma publicação mais rápida, mas cujo grau de novidade deve ser grande.
- h) Resumo simples: é uma apresentação sumária do conteúdo de uma pesquisa. É escrito em um único parágrafo contendo os seguintes itens: introdução, objetivos, resultados e considerações finais. Muito utilizado em anais de congressos, apresenta uma síntese do estudo que o autor fez, que será ou que foi apresentado nesse evento. Nele não se tem a intenção de validar as conclusões, mas apenas mostrar ao leitor do que trata o estudo. Por essa razão, não se espera que forneça toda a sua fundamentação.
- i) Resumo expandido: um resumo expandido pode ser entendido como um resumo com mais informações sobre a pesquisa do que o resumo simples. É uma forma também utilizada em eventos científicos para a divulgação de pesquisas que estão em andamento ou parte de um trabalho realizado.
- j) Cartas (*letters*): em geral são, literalmente, cartas que os autores enviam aos editores, discorrendo brevemente sobre algum

artigo recentemente publicado naquela revista. Envolvem principalmente a opinião de autores (não se requer a base metodológica e empírica exigida para se sustentar uma conclusão científica) e, por isso, em algumas revistas, restringe-se a autoria dessas cartas ao máximo de dois autores. Podem ser relatos breves de pesquisa original a ser divulgada de forma curta. Todas as cartas são avaliadas pelo corpo editorial da revista, podendo não ser aceitas.



CAPÍTULO 3

TEXTOS ACADÊMICOS

3. TEXTOS ACADÊMICOS

Os textos acadêmicos desempenham um papel fundamental no meio acadêmico, servindo como veículos essenciais para a comunicação e disseminação do conhecimento. Essas composições, caracterizadas por sua estrutura formal, rigor metodológico e linguagem técnica, visam explorar, analisar e discutir temas específicos dentro de uma determinada disciplina.

A precisão e clareza na exposição de ideias, a utilização adequada de citações e referências, bem como a adesão aos padrões de formatação estabelecidos, são aspectos cruciais para garantir a credibilidade e a aceitação desses textos no ambiente acadêmico. Além disso, os textos acadêmicos contribuem para o avanço do conhecimento, promovendo a construção coletiva do saber e proporcionando uma base sólida para futuras pesquisas e desenvolvimentos científicos.

3.1 RESUMO

Segundo Marconi; Lakatos (2017, p. 50), “o resumo é uma apresentação concisa e seletiva de texto, destacando-se os elementos de maior interesse e importância, isto é, as principais ideias do autor da obra”. Os mesmos autores também citam que “[...] a finalidade do resumo consiste na difusão das informações

contidas em livros artigos e teses, permitindo a quem estiver lendo, resolver sobre a conveniência ou não de consultar o texto completo”.

O resumo apresenta as seguintes vantagens:

- a) Reduz o texto sem destruir o conteúdo essencial;
- b) Favorece a retenção de informações essenciais;
- c) Possibilita a participação ativa na aprendizagem;
- d) Economiza o tempo de pesquisa, por sintetizar as ideias principais da obra.

Existem algumas técnicas simples que facilitam a elaboração de um bom resumo, uma delas é a técnica de sublinhar os pontos mais importantes do texto conforme se fazem as leituras necessárias para a compreensão. Para tanto, essa técnica deve seguir os procedimentos indicados abaixo:

- a) Realizar uma leitura integral do texto, para se obter uma visão geral do assunto;
- b) Realizar uma segunda leitura para esclarecer dúvidas quanto ao vocabulário, termos técnicos e outros;
- c) Realizar uma terceira leitura, para identificar as ideias principais, sublinhando, em cada parágrafo, as palavras que contêm a ideia-núcleo e os detalhes mais importantes;

- d) Assinalar com uma linha vertical, à margem do texto, os tópicos mais importantes, bem como assinalar, à margem do texto, com um ponto de interrogação, os casos de discordâncias, as passagens obscuras, os argumentos discutíveis;
- e) Ler o foi sublinhado para verificar se há sentido;
- f) Reconstruir o texto, reescrevendo-o, tomando por base as palavras e os trechos sublinhados.

O resumo apresenta algumas características peculiares:

- a) Apresentar a referência do texto, com exceção do resumo que acompanha o próprio texto;
- b) Deve ser elaborado em um só bloco ou parágrafo;
- c) Ser composto de frases concisas e em ordem direta, que apresente de forma sucinta o assunto da obra;
- d) A primeira frase do resumo deve explicar o assunto do texto. Em seguida, deve especificar que tipo de texto está sendo resumido: é um livro, um estudo de caso, um artigo, um filme, uma pesquisa, uma análise da situação e outros;
- e) Construir as frases com verbos na voz ativa e na 3ª pessoa;
- f) Evitar a transcrição de frases originais da obra resumida;
- g) Apontar as conclusões do autor;
- h) O resumo deve dispensar a consulta ao texto original para a compreensão do assunto.

Para o resumo realizado como trabalho acadêmico não há limites de palavras. Essa regra se aplica apenas aos resumos apresentados em trabalhos científicos como artigos e monografias.

O **APÊNDICE - 1** apresenta o modelo de resumo de um artigo.

3.2 RESENHA

Segundo Severino (2002, p. 67), a resenha é “[...] uma síntese ou um comentário dos livros publicados [...] é através dela que se toma conhecimento prévio do conteúdo e do valor de um livro que acaba de ser publicado”. Dessa forma, as resenhas auxiliam no trabalho de seleção de obras para a realização de um trabalho bibliográfico.

De acordo ainda com o autor supracitado, as resenhas apresentam características distintas. Elas podem ser puramente informativas, quando apenas apresentam o conteúdo do texto; podem ser críticas, quando manifestam a opinião e o valor do texto resenhado; ou podem ainda ser crítico- informativas quando, além de expor o conteúdo do livro, tece um comentário sobre o valor e a importância da obra.

Para a redação de uma boa resenha, é necessário abordar as seguintes estruturas:

- a) Abre-se com um cabeçalho, contendo os dados bibliográficos como autor, título da obra, número da edição, local de publicação, editora, ano e número de página;
- b) Em seguida, em espaço distinto, coloca-se as credenciais da autoria: breve apresentação do(a) autor(a) ou autores, em especial quanto ao seu currículo profissional (nacionalidade, áreas de atuação, publicações, formação acadêmica, títulos que possui e outros);
- c) Resumo da obra: expor sobre o assunto da resenha, como ele é tratado, metodologia ou estruturação da obra e suas ideias básicas. Não se exige que o texto da resenha da obra possua apenas um parágrafo;
- d) Conclusões do autor: expor com clareza os resultados alcançados pelo autor da obra ou texto resenhado;
- e) Quadro de referência do autor: se observado esse aspecto, informar qual teoria serve de apoio às ideias do autor da obra;
- f) Apreciação crítica do resenhista: o estilo do autor é objetivo, conciso? As ideias são originais, claras e coerentes? O autor é idealista? Realista?
- g) Indicações da obra: informar a que público se destina a obra ou a quem ela pode ser útil, como, por exemplo, alunos de

determinados cursos, professores, pesquisadores, especialistas, técnicos ou público em geral. Em que curso pode ser adotada?

O **APÊNDICE - 2** apresenta o modelo de uma resenha.

3.3 PARÁGRAFO PADRÃO

Segundo Martins e Zilberknop (2004, p. 97), “parágrafo padrão é uma composição textual que tem uma ideia como núcleo e a apresenta, desenvolve e conclui”. Para produzir um parágrafo padrão adequado é necessário compreender os seguintes itens:

- a) Tópico-Frasal ou Frase-Núcleo: anúncio do tema a ser apresentado na introdução;
- b) Introdução: apresentação da tese (argumentos a serem defendidos);
- c) Desenvolvimento: as provas que comprovam cada argumento;
- d) Conclusão: confirmação da tese, apoiada sempre à ideia-núcleo;
- e) Coerência: lógica dos argumentos do texto;
- f) Delimitação: fechar o conteúdo ao ponto de dominá-lo. Seria aproximar ao máximo o tema da sua realidade, puxando da generalização para a restrição;
- g) Coesão: ligação dos argumentos do texto (conjunções, posições, pronomes, palavras sinônimas, etc.);

- h) **Concisão:** expor diretamente os argumentos, sem redundância. Opta-se pelos períodos curtos para que os textos sejam bem compreendidos e para se evitar incorreções gramaticais;
- i) **Correção:** tudo o que tange aos aspectos cultos na norma (concordância, regência, crase, ortografia, pontuação, etc.);
- j) **Precisão:** busca pela palavra exata para o contexto. Quando não se atenta a ela, com certeza, o texto fica pobre por causa da repetição de palavras.
- k) **Elementos de ligação:** expressões que concatenam as ideias de um texto, proporcionando ao leitor organização no momento da leitura.

O **APÊNDICE - 3** apresenta o modelo de um parágrafo padrão.

3.4 PARÁFRASE

Parafrasear consiste em reescrever, com novas palavras, as ideias centrais de um texto. O leitor deverá fazer uma leitura cuidadosa e atenta e, a partir daí, reafirmar e/ou esclarecer o tema do texto apresentado. Consiste em um excelente exercício de redação, uma vez que desenvolve o poder de síntese, clareza e precisão vocabular; possibilita um diálogo intertextual. Embora a

parte do texto será reescrita, mas a ideia original permanecerá e, por causa disso, o autor do texto original deverá ser citado.

Para a redação de uma boa paráfrase, o autor deverá utilizar a mesma ordem de ideias que são apresentadas no texto original; não omitir nenhuma informação essencial; utilizar construções que não sejam uma simples repetição daquelas que estão no original e, sempre que possível, apresentar vocabulário diferente utilizando sinônimos; citar o autor da obra de onde o trecho foi parafraseado.

O **APÊNDICE - 4** apresenta o modelo de uma paráfrase.

3.5 RELATÓRIO

O relatório é um texto elaborado para expor o resultado de atividades variadas. Apresenta uma função informativa, que é de informar, fazer conhecer e deve ser elaborado com objetividade, utilizando uma linguagem impessoal, e, conforme Marconi; Lakatos (2017, p.155) “[...] deve-se evitar frases qualificativas ou valorativas, pois as informações apresentadas no relatório devem descrever e explicar e não tentar convencer o leitor” Para redigir um bom relatório, não basta alinhar os fatos, e sim ser objetivo, informativo e apresentável.

O relatório constitui um reflexo de quem o redige, pois espelha sua capacidade. Antes do relatório, o autor deverá elaborar um esquema, respondendo às perguntas abaixo:

- a) O quê? (fato/ acontecimento/ ideia)
- b) Por quê? (causa/motivo)
- c) Quem? (a quem estou me referindo)
- d) Onde? (espaço/lugar onde ocorreu)
- e) Quando? (tempo/que época/cronograma)
- f) Como? (modo/ de que forma)
- g) Quanto? (tudo que foi adquirido/custos da atividade)
- h) Daí? (resultado ao final/o que foi aprendido)

Para que o relatório seja bem elaborado, é necessário que ele apresente os seguintes itens:

- a) Introdução: a introdução deve ser elaborada de forma concisa e mostrar as coordenadas do relatório, ou seja, será a parte do texto em que o assunto é apresentado como um todo;
- b) Desenvolvimento: será a parte mais extensa do texto, pois visa apresentar com fidelidade os objetivos, metodologias e os resultados do que está sendo relatado;
- c) Considerações finais: deve contemplar as recomendações, contendo as ações a serem adotadas, as modificações a serem feitas, os acréscimos ou supressões de etapa nas atividades.

O **APÊNDICE - 5** apresenta dois modelos de relatórios, um para aulas práticas e outro para o método PBL. As estruturas de relatórios mostradas nos apêndices são utilizadas pelo Centro Universitário do Vale do Araguaia.

3.6 PROJETO DE PESQUISA

Na perspectiva de Gil (2002), como as pesquisas diferem muito entre si, não se pode falar num roteiro rígido para elaboração de projetos de pesquisa. Faz-se necessário apresentar alguns elementos considerados essenciais em qualquer projeto e que possibilitam a inclusão de especificidades de cada pesquisa. A estrutura aqui apresentada segue manuais observa as normas estipuladas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os itens que compõem um projeto de pesquisa dependem de suas finalidades, pois o projeto pode se referir a uma pesquisa acadêmica ou profissional. Pode-se destinar a uma seleção de mestrado ou doutorado, ou ainda, à solicitação de financiamento para a pesquisa. Independente da motivação de se escrever um projeto de pesquisa, siga os seguintes passos.

- a) **Introdução:** nela se definem o tema a ser abordado no projeto e sua contextualização, o problema da pesquisa e sua

problematização, o objetivo do trabalho e sua justificativa, fazendo com que o leitor entenda de forma clara seu objeto de estudo e como ele é discutido tendo como principal ponto o problema de pesquisa. Nesse item do projeto não cabe colocar citações (direta ou indireta).

- b) Tema: é o assunto a ser abordado na pesquisa. Ex.: Alcoolismo.
- c) Delimitação do tema (título): são os recortes da realidade que serão utilizados pelo pesquisador para direcionar a pesquisa. Ex.: As causas do alcoolismo em jovens de 18 a 25 anos em Barra do Garças/MT.
- d) Problema: o problema deve ser formulado em forma de questionamento, com o emprego do ponto de interrogação – perguntas que norteiam a pesquisa em consonância aos objetivos propostos. Ex.: Quais as causas do alcoolismo em jovens de 18 a 25 anos em Barra do Garças/MT?
- e) Justificativa: segundo Richardson (1999), nessa parte do projeto explicitam-se os motivos de ordem teórica e prática que justificam a pesquisa. Em outras palavras, deve-se responder à pergunta “por que se deseja fazer a pesquisa?”. Para isso é necessário a presença de alguns pontos como: modo como foi escolhido o tema para ser pesquisado e como surgiu o problema levantado para o estudo, incluindo as motivações pessoais do

pesquisador; apresentação das razões da escolha do estudo a ser realizado; relação do problema estudado com o contexto social; explicação dos motivos que justificam a pesquisa nos planos teórico e prático, considerando as possíveis contribuições do estudo para o desenvolvimento do pensamento científico e para a solução do problema em questão; fundamentação da viabilidade da execução da proposta de estudo; referência aos possíveis aspectos inovadores do trabalho.

- f) Os objetivos da pesquisa: nessa etapa do projeto, explicitam-se os objetivos gerais e específicos a serem utilizados durante a investigação. Esses deverão ser extraídos diretamente dos problemas levantados anteriormente. Todo objetivo deve ser redigido de forma clara, precisa, concisa e expressar apenas uma ideia, lembre-se que a redação dos objetivos deve ser começar por um verbo no infinitivo. Sendo o objetivo geral o responsável por definir de modo geral, o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa, enquanto o objetivo específico, segundo Marconi e Lakatos (2017), os objetivos específicos apresentam caráter mais concreto [...] permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro lado, aplicar este a situações particulares. Em geral, são descritos entre três e cinco objetivos específicos.

Exemplo 1 – Tema: Estudo sobre os fatores que contribuem para o êxodo rural no Estado de Mato Grosso.

Objetivo geral 1: Verificar os fatores que contribuem para o êxodo rural no Estado de Mato Grosso.

Objetivos específicos: Levantar informações sobre o êxodo rural no Estado do Mato Grosso.

Identificar fatores que contribuem para essa migração.

Classificar o perfil sociodemográfico dos transientes.

g) Referenciais teóricos (pode vir junto ou separado da introdução): esta parte é dedicada à contextualização teórica do problema e seu relacionamento com o que tem sido investigado a seu respeito. Deve esclarecer os pressupostos teóricos que dão fundamentação à pesquisa e às contribuições proporcionadas por investigações anteriores. Essa discussão teórica não pode ser constituída apenas por referências ou sínteses dos estudos feitos, mas por uma discussão crítica do estado atual da questão. Este item consiste em realizar uma revisão dos trabalhos já existentes sobre o tema abordado, que pode ser em livros, artigos, enciclopédias, monografias, teses, filmes, mídias eletrônicas e outros materiais cientificamente confiáveis. O referencial teórico permite verificar o estado do problema a ser pesquisado, sob o aspecto teórico e de outros estudos e

pesquisas já realizados (Lakatos; Marconi, 2003). Segundo Marion, Dias e Traldi (2002, p.38), “O referencial teórico deve conter um apanhado do que existe, de mais atual na abordagem do tema escolhido, mesmo que as teorias atuais não façam parte de suas escolhas”. O referencial teórico é que possibilita fundamentar, dar consistência a todo o estudo. Tem a função de nortear a pesquisa, apresentando um embasamento da literatura já publicada sobre o mesmo tema, demonstrando que o(a) pesquisador(a) tem conhecimento suficiente em relação a pesquisas relacionadas e a tradições teóricas que apoiam e cercam o estudo. Faz-se muito importante tomar cuidado, ao realizar as citações, para que não se torne apenas uma cópia de ideias, mas, sim compreendam uma análise sobre o tema, incluindo frases ou palavras próprias do autor da pesquisa.

- h) Referencial Metodológico ou Material e Métodos: descrevem-se os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa. A metodologia é a explicação detalhada de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa e requer informações no mínimo acerca dos seguintes itens:
1. Material utilizado: em algumas áreas de conhecimento é necessário especificar o material que será utilizado para a realização da pesquisa

2. Tipo de pesquisa: estudo de caso, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e outros.
 3. População e amostra: informações sobre o público alvo e a amostra a ser pesquisados.
 4. Coleta de dados: envolve a descrição das técnicas a serem utilizadas para coleta de dados. Essa coleta pode ser realizada por meio de pesquisa de campo com técnicas de questionário ou entrevistas. Podendo também ser levantados dados no material teórico quando se tratar de um trabalho elaborado a partir da revisão e literatura.
 5. Análise dos dados: descrição dos procedimentos adotados tanto para a análise quantitativa – com dados específicos que podem ser representados com gráficos, tabelas e porcentagens, quanto para a qualitativa – com dados expressos em forma de texto.
- i) Cronograma: é o plano de distribuição das diferentes etapas de sua execução. Serve a diferentes propósitos: permite verificar se o pesquisador ou pesquisadora tem conhecimento consistente acerca das diferentes etapas que deverá percorrer, para executar a pesquisa que planejou, e do período de tempo que deverá despende, ao fazê-lo. Serve, também, para organizar e distribuir, racionalmente, em suas etapas, o tempo disponível para a execução da pesquisa. Como a pesquisa se desenvolve

em várias etapas, é necessário fazer a previsão do tempo necessário para se passar de uma fase para outra, como também, determinadas fases que são desenvolvidas simultaneamente. Para tanto, é preciso definir um cronograma que indique com clareza o tempo de execução previsto para as diversas fases, bem como os momentos em que estas se interpõem. Os períodos podem estar divididos em dias, semanas, quinzenas, meses, bimestres, trimestres, etc. Geralmente o cronograma é apresentado em forma de tabela.

- j) Referências bibliográficas: nesta etapa, destacam-se todos os tipos de referências a autores, documentos, legislações, mídias, dentre outras utilizadas e citadas ao longo do texto. Essa lista deve ser construída em ordem alfabética, conforme as normas da ABNT.

O **APÊNDICE - 6** apresenta um modelo de projeto de pesquisa utilizado pelo Centro Universitário do Vale do Araguaia.



CAPÍTULO 4

NORMATIZAÇÃO

4. NORMALIZAÇÃO

A normalização de trabalhos acadêmicos desempenha um papel fundamental na garantia da qualidade e consistência da produção científica. Assim, o Univar normaliza todos os seus trabalhos acadêmicos com base nas normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). A adoção de tais padrões promove a clareza e organização nos textos e demonstra o comprometimento do autor com a integridade acadêmica e a excelência na comunicação científica.

4.1. FORMATAÇÃO

4.1.1 Papel e fonte

- a) Papel: cor branca, formato oficial A4 (210 mm por 297 mm);
- b) Tipo de letras: Times New Roman (preferencialmente) ou Arial;
- c) Tamanho das letras:
 - Para os tópicos ficha catalográfica, dedicatória, agradecimento, epigrafe, resumo e abstract ¹, lista de ilustrações, tabelas, abreviaturas e siglas, símbolos, sumário, corpo do texto (títulos e texto); referências, glossário, apêndices e anexos: tamanho 12;

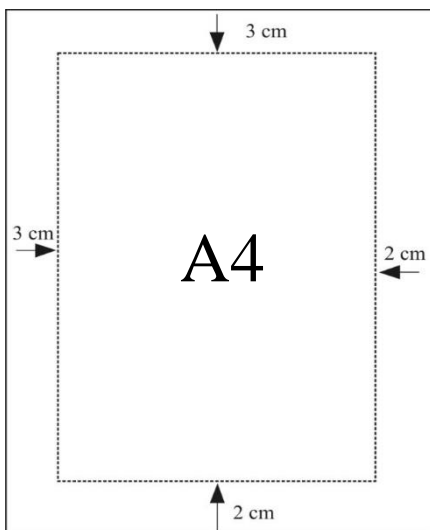
¹ O resumo e o abstract podem variar de acordo com o tipo de material a ser escrito. Em trabalhos acadêmicos tem o tamanho 12, mas em artigos o tamanho é 10.

- Para os itens citações textuais entre aspas de mais de três linhas, paginação, notas de rodapé, legendas, texto da fonte das ilustrações, figuras e tabelas: tamanho 10.

4.1.2 Margens

- a) Margens superior e esquerda: 3 cm
- b) Margens inferior e direita: 2 cm
- c) A orientação da página deverá ser no formato retrato, salvo quando houver necessidade de usar a orientação paisagem (tabelas, quadros, figuras etc.).

Figura 2 – Margens e tamanho do papel.



4.1.3 Espaçamento

- a) Espaçamento para início de parágrafo (primeira linha): 1,25 cm;
- b) Espaçamento entre linhas:
 - Para os elementos presentes na capa, folha de rosto, dedicatória, agradecimentos, epigrafe, listas; sumário; introdução, desenvolvimento; considerações finais; glossário, apêndice e anexo: espaçamento de 1,5 cm;
 - Para os itens resumo e abstract, citações de mais de três linhas, notas de rodapé, legendas e fontes de ilustrações, paginação e referências: espaçamento de 1,0 cm (simples).
- c) Utiliza-se um espaço quando acabar um tópico e/ou seção para iniciar outro (com espaçamento 1,5 cm). Porém, o espaço abaixo dos títulos e/ou capítulos fica a critério do autor, apenas padronize para que fiquem todos iguais. No caso do espaço entre as referências bibliográficas, devem ser dois espaços simples ou um duplo.

4.1.4 Paginação

As páginas devem ser numeradas sequencialmente, com algarismos arábicos, no canto superior direito. Conta-se a partir da folha de rosto, embora só devam ser numeradas a partir da segunda

folha do texto, ou seja, na folha imediatamente após a introdução. As folhas contendo os títulos não são numeradas.

4.1.5 Numeração de títulos

A numeração para os títulos e/ou seções apresenta as seguintes regras:

- a) Seção primária: todas as letras maiúsculas e em negrito.
- b) Seção secundária: todas as letras maiúsculas sem negrito.
- c) Seção terciária: Apenas a primeira letra maiúscula e as outras minúsculas e todas em negrito.
- d) Seção quaternária: Apenas a primeira letra maiúscula e as outras minúsculas sem negrito.

Exemplo:

1. AQUICULTURA

1.1 DEFINIÇÃO

1.1.1 Piscicultura

1.1.1.1 Cartilaginosos

4.1.6 Ilustrações, quadros e tabelas

As ilustrações, descritas como figuras ou gráficos, os quadros e tabelas apresentam o título na parte superior e a fonte na

parte inferior, que pode ser de autoria própria ou de outros autores. A indicação da fonte só é obrigatória quando não for de autoria própria. A letra utilizada é tamanho 10 e o espaçamento entre linhas é 1,0 cm ou simples. A numeração é sequencial e em algarismos arábicos.

A diferença entre quadros e tabelas é a quantidade de linhas que separam as informações, enquanto o quadro é todo dividido com linhas, as tabelas só possuem linhas nas partes superior e inferior (**APÊNDICE 8 e APÊNDICE 9**).

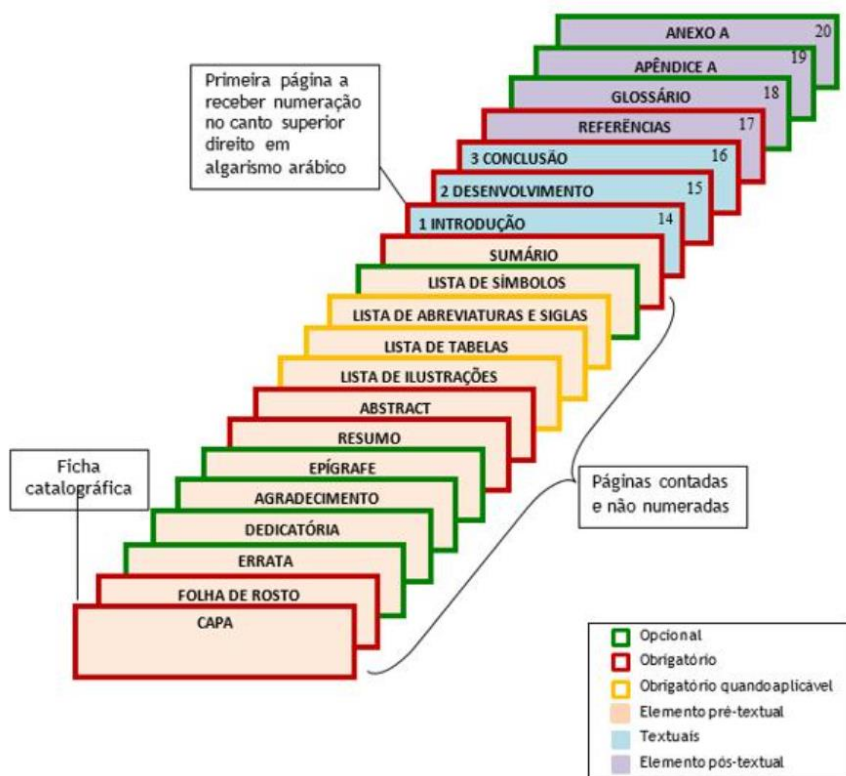
Além disso, há a necessidade de indicar o número da ilustração, quadro ou tabela no texto e não utilizar as expressões “logo abaixo”; “a seguir” entre outras.

Nos **APÊNDICE 7, APÊNDICE 8 e APÊNDICE 9** estão descritos modelos de figura; tabela e quadro e como é necessário fazer a citação desses no texto.

4.2 ESTRUTURA DE UM TRABALHO ACADÊMICO E CIENTÍFICO

A estrutura dos trabalhos acadêmicos e científicos obedece uma ordenação lógica dos elementos que a compõe, e dividem-se em pré-textuais, textuais e pós-textuais (Figura 3).

Figura 3 – Elementos de um trabalho acadêmico e científico.



Fonte: https://normas-abnt.espm.br/index.php?title=Estrutura_do_trabalho

4.2.1 Elementos pré-textuais

Os elementos pré-textuais são: capa (obrigatória); folha de rosto (obrigatória); dedicatória (opcional); agradecimentos (opcional); epígrafe (opcional); sumário (obrigatório); lista de

ilustrações (opcional); lista de abreviaturas e siglas (opcional); lista de símbolos (opcional).

A capa (**APÊNDICE 10**) apresenta os seguintes elementos:

- a) Logomarca e nome da instituição de ensino: fonte 14 em negrito, centralizado. Pode ou não conter o nome do curso;
- b) Título do trabalho: fonte 14 ou 16 em negrito;
- c) Subtítulo do trabalho (se houver): fonte 14 ou 12 sem negrito;
- d) Autor(es): fonte 12 e em letras maiúsculas, os nomes são escritos um após o outro;
- e) Cidade e ano: fonte 11.

A folha de rosto (**APÊNDICE 11**) apresenta os elementos necessários à identificação do trabalho contendo os seguintes dados:

- a) Logomarca e nome da instituição de ensino: fonte 14 em negrito, centralizado. Pode ou não conter o nome do curso;
- b) Título do trabalho: fonte 14 ou 16 em negrito;
- c) Subtítulo do trabalho (se houver): fonte 14 ou 12 sem negrito;
- d) Autor(es): fonte 12 e em letras maiúsculas, os nomes são escritos um após o outro;
- e) Descrição: texto contendo as informações essenciais para o reconhecimento do trabalho deverá ser digitado obedecendo o

espaçamento de 7 cm da margem, espaço entre linhas de 1,0 cm (simples), e tamanho da fonte 12;

f) Cidade e ano: fonte 11.

A dedicatória é um pequeno texto elaborado com a finalidade de oferecer o resultado do trabalho intelectual a alguém. É um item opcional em que o autor presta homenagem ou dedica a obra a alguém. A dedicatória aparece em página própria.

O tópico agradecimentos, também, aparece em uma página própria e é uma folha opcional em que o autor indica o apoio recebido na elaboração do trabalho. A palavra agradecimentos aparece centralizada na folha de papel.

A epígrafe, aparece em página própria e é um tópico em que o autor apresenta uma citação relacionada com a matéria tratada no trabalho. Na folha não aparece o termo epígrafe escrito. O texto é transcrito sem aspas, pode ou não utilizar letra diferente do resto do trabalho, com espaçamento simples, alinhada a 7 cm da margem esquerda. A fonte é indicada abaixo da epígrafe, alinhada na margem direita.

O sumário é a enumeração das principais divisões, seções e capítulos de um trabalho, na mesma ordem em que se encontram na obra, com a indicação da página inicial correspondente. Apresentar para cada divisão, seção ou capítulo os seguintes dados: o título do

capítulo com a mesma grafia (fonte e tamanho) utilizada no texto; o número da página inicial do capítulo, ligado ao título por linha pontilhada; não devem aparecer ou figuras e as indicações de dedicatória, agradecimento, epígrafe e resumo. Sua localização é após todos os elementos pré-textuais (Figura 3).

Assim como o sumário, a lista de ilustrações, quadros e tabelas é a página que contém a relação desses componentes na mesma ordem em que são citados na publicação, com a indicação do número, título e página onde estão localizadas. Somente devem-se relacionar as ilustrações, tabelas e quadros se forem, no texto, em número igual ou maior do que 10.

Outro tópico que pode aparecer é a lista de reduções, que trata da relação alfabética das abreviaturas, siglas e símbolos utilizados no texto, seguidas das palavras ou expressões correspondentes grafadas por extenso. Faz-se a listagem de reduções somente se seu número for, no texto, igual ou superior a 10. A primeira vez que aparecer no texto uma abreviatura, sigla, símbolo deve ser precedida do nome por extenso.

4.2.1 Elementos textuais

Os elementos textuais são todos obrigatórios, independente do tipo de trabalho (acadêmico e científico), e fazem parte a

introdução, o desenvolvimento e as considerações finais ou conclusão.

A introdução é a parte do trabalho onde o assunto é apresentado como um todo, sem detalhes. A introdução deve conter: definição e conceituação do assunto (a tese a ser defendida no decorrer das considerações); importância do assunto (justificativa); indicar a finalidade e os objetivos do trabalho, esclarecendo sob qual ponto de vista é tratado o assunto; referir-se aos tópicos principais do texto. A forma mais segura de criar uma boa introdução é fazer dela um pequeno guia para o desenvolvimento, ou seja, apenas apresentar os pontos que serão discutidos nas próximas etapas do trabalho. Discuta os pontos, preferencialmente, na mesma ordem em que aparecem na introdução, a fim de manter a mesma conexão entre ideias estabelecida no começo.

É na introdução que o leitor deve tomar conhecimento da natureza da indagação e dos caminhos a serem percorridos para obtenção da resposta. O uso de referências bibliográficas na introdução pode variar entre as áreas do conhecimento. Nas áreas das Ciências Sociais e Aplicadas e nas Humanas o uso de referências na introdução é facultativo. Por outro lado, nas áreas

das Agrárias, Saúde e Biológicas é obrigatório ter referências bibliográficas para embasar a introdução da pesquisa.

Outro elemento textual é o desenvolvimento, também chamado corpo do trabalho, é a parte mais extensa e tem o objetivo de discutir a teoria do estudo empreendido, discutir a metodologia utilizada no estudo e comunicar os resultados da pesquisa. Consiste na descrição precisa do material e métodos usados, evitando-se dar origem a dupla interpretação. No desenvolvimento do tema deve-se explicar, evidenciando-se o que está implícito, duvidoso ou complexo, descrever, classificando e conceituando, discutir, comparando as várias posições do problema, e demonstrar, argumentando sobre a natureza do trabalho. O desenvolvimento, considerando suas características, pode ser dividido da seguinte forma:

- a) Revisão da literatura (ou fundamentação teórica): elemento essencial trabalhos acadêmicos, principalmente dissertações e teses, a revisão da literatura deve fazer referência a trabalhos anteriormente publicados, situando a evolução do assunto; limitar a revisão às contribuições mais importantes diretamente ligadas ao assunto; mencionar o nome de todos os autores, no texto ou em nota e, obrigatoriamente, nas referências bibliográficas;

- b) Metodologia (ou fundamentação metodológica ou material e métodos): utilizada para o desencadeamento da pesquisa. É por meio da metodologia que o autor deverá informar questões relativas a: Como? Com quê? Onde? Quanto? Para responder a essas questões utilizam-se técnicas de: observação, entrevista, questionário, formulário, medidas de opinião, testes, dados históricos. Qualquer técnica utilizada deve ser descrita a sua característica e forma de aplicação, informando, também, como serão tabulados os dados colhidos;
- c) Resultados e discussão: relatar os resultados advindos da investigação do autor, sob a forma de comprovação ou contestação das hipóteses. Sempre que possível, os resultados podem ser apresentados por meio de elementos estatísticos. Além disso, nessa parte é importante que outros autores sejam citados, para dar sustentação científica aos resultados encontrados. Nesse tópico podem ser usados ilustrações, tabelas e quadros para a melhor visualização dos dados coletados.

Nas considerações finais ou conclusão faz-se uma recapitulação sintética dos resultados da pesquisa, retomando o trabalho, ressaltando seu objetivo e as consequências de suas contribuições. Nas considerações finais não se apresentam dados quantitativos nem resultados comprometidos e passíveis de

discussão, essa etapa corresponde à apresentação resumida dos resultados encontrados. Deve-se aqui comprovar que o objetivo da pesquisa foi atingido. Além disso, nas considerações finais pode relatar a perspectiva do autor para a pesquisa.

4.2.1 Elementos pós-textuais

Os elementos pós-textuais são compostos pelas referências, glossário, apêndice, anexo e índice. Desses componentes, apenas as referências são obrigatórias, os outros são opcionais.

- a) As referências são obrigatórias e devem ser listadas ao final do trabalho. Você deve colocar todas as obras consultadas para a elaboração do trabalho, sempre em ordem alfabética.
- b) O glossário funciona como um dicionário, que explica termos mais técnicos utilizados na pesquisa. É ótimo para facilitar a leitura para quem é leigo no assunto.
- c) O apêndice é um recurso para ajudar a detalhar e fortalecer os argumentos do estudo, sem prejudicar a experiência do leitor. Além disso, precisa ser elaborado pelo próprio autor.
- d) O anexo tem a mesma função do apêndice, mas a diferença é que os documentos anexados são desenvolvidos por terceiros.
- e) O índice é uma lista de tópicos ou palavras-chave que foram mencionadas no texto e contém a numeração da página em que

se encontram. Essa ferramenta permite que o leitor encontre informações de forma mais rápida, principalmente em trabalhos mais extensos.



CAPÍTULO 5

CITAÇÕES

5. CITAÇÕES

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define citação como a “Menção de uma informação extraída de outra fonte.” (NBR 10520, 2002, p. 1). De acordo com Barros e Lehfeld (2000), as citações ou transcrições de documentos bibliográficos servem para fortalecer e apoiar a tese do pesquisador ou para documentar sua interpretação.

Nesse sentido, pode-se afirmar que entre os objetivos da utilização das citações, estão: permitir ao leitor ir ao texto original; possibilitar a identificação do legítimo “autor” das ideias apresentadas; dar credibilidade e autoridade ao texto, reforçar a ideia exposta, fundamentar em outros autores que discutem o assunto em questão, corroborar as ideias ou a tese que o autor defende.

Destaca Soares (2003, p. 76)

[...] é importante lembrar que é impossível um trabalho sério sem citações, ou melhor, é impossível ‘partir do nada’. Porém, cabe advertir que um trabalho científico não pode constituir mera cópia ou paráfrases. Ele pressupõe uma reflexão própria”.

As citações no texto devem ser feitas de maneira uniforme e de acordo com o estilo do pesquisador ou critério adotado pela

revista em que o trabalho será publicado, ou pela instituição que solicitou o trabalho acadêmico.

No Centro Universitário do Vale do Araguaia e na Revista Eletrônica Interdisciplinar, as citações devem seguir as prescrições da NBR 10520, atualizada em 2023.

Os sistemas de chamada, ou seja, como as citações devem aparecer no texto, podem ser de forma numérica ou no estilo autor data. É obrigatório utilizar o mesmo sistema durante todo o trabalho, sendo vedada a mistura entre os dois.

5.1 SISTEMAS DE CHAMADA

5.1.1 Sistema numérico

No sistema numérico, a numeração é única, consecutiva e em algarismos arábicos. Nesse sistema, não deve ser iniciada uma nova numeração a cada página do trabalho. A fonte é indicada de forma completa em nota de rodapé, no final do capítulo ou no final do trabalho, e deve ser apresentada de acordo com as normas de referências bibliográficas escolhidas.

Exemplo 1:

A Parvovirose canina é uma doença altamente contagiosa, a infecção geralmente ocorre por exposição oronasal as fezes, fômites ou ambientes contaminados, considerada uma das

principais causas de gastroenterite de origem infecciosa em cães com idade inferior a seis meses, possui altas taxas de incidência em cães jovens (1).

Exemplo 2:

É conhecimento geral que a gestão financeira é uma das funções administrativas mais importantes em uma empresa. Responsável por planejar e controlar o uso dos recursos da organização, a gestão financeira influencia em todos os setores do empreendimento, pois o funcionamento de cada um deles depende do orçamento. É graças à correta aplicação de recursos que as operações conseguem gerar lucro para a empresa. Fica evidente que a gestão financeira é estratégica (2).

5.1.2 Sistema autor-data

O sistema autor-data é caracterizado pela identificação da fonte completa da citação e é organizada em ordem alfabética no final do trabalho. O formato da citação no sistema autor-data é feito pelo sobrenome do autor ou pela instituição responsável ou, ainda, pelo título de entrada (caso a autoria não esteja declarada), seguido pela data de publicação do documento e página da citação (no caso de citação direta) separados por vírgula.

De acordo com a NBR 10520 (atualizada em julho de 2023), se o sobrenome do autor, a instituição, o responsável ou o título estiver incluído no texto, este deve ser com letras maiúsculas e minúsculas. Cabe lembrar que a página só deverá ser incluída na citação caso se trate de uma citação direta. No caso de dois ou mais trabalhos do mesmo autor publicados em anos semelhantes, acrescenta-se letras minúsculas na frente do ano - (Faria, 2020a; Faria, 2020b) ou Faria (2020a) e Faria (2020b), as quais deverão aparecer nas referências para identificação.

Quando os autores possuem designações de grau de parentesco (Júnior, Neto, Filho etc.), essas entram na citação e nas referências logo após o último sobrenome do autor (Silva-Júnior; Gomes-Filho; Ferreira-Neto...).

Para a citação de trabalho com um autor, coloca o último sobrenome e o ano.

Exemplo 1 – início da página:

Ribeiro-Neto (2023) afirma que o Estado de Direito periférico enfrenta a complexidade da resolução dos problemas ambientais envolto nas dificuldades decorrentes da repetida frustração de expectativas normativas e sobreposição política no sistema jurídico.

Exemplo 2 – fim da página:

O Estado de Direito periférico enfrenta a complexidade da resolução dos problemas ambientais envolto nas dificuldades decorrentes da repetida frustração de expectativas normativas e sobreposição política no sistema jurídico (Ribeiro-Neto, 2023).

Para a citação de trabalho com dois e três autores, coloca o último sobrenome de todos e o ano da publicação.

Exemplo 1 – início da página (a separação dos autores é com “;” e a letra “e”):

Para Silva-Filho e Coutinho (2023) o conceito de gestão escolar democrática está ligado e associado ao movimento de fortalecimento da democratização de todo o processo pedagógico, que possibilita a participação coletiva com resultados cada vez mais significativos.

Ferreira; Oliveira-Filho e Lopes (2020) afirmam que na sociedade contemporânea, os problemas ecológicos tomaram proporções preocupantes. A emissão de gases de efeito estufa, o derretimento das calotas polares, o aumento da temperatura do globo terrestre e as mudanças climáticas têm repercussões em todo o planeta.

Exemplo 2 – fim da página (são separados apenas por “;”):

O conceito de gestão escolar democrática está ligado e associado ao movimento de fortalecimento da democratização de todo o processo pedagógico, que possibilita a participação coletiva com resultados cada vez mais significativos (Silva-Filho; Coutinho, 2023).

Na sociedade contemporânea, os problemas ecológicos tomaram proporções preocupantes. A emissão de gases de efeito estufa, o derretimento das calotas polares, o aumento da temperatura do globo terrestre e as mudanças climáticas têm repercussões em todo o planeta (Ferreira; Oliveira-Filho; Lopes, 2020).

Para a citação de um trabalho que contém mais de três autores, coloca o último sobrenome do primeiro, o termo *et al.* (tem que ter o ponto depois do al., pois é uma abreviatura de *allii*, e tem que estar em itálico) e o ano.

Exemplo 1 – início da página:

De acordo com Oliveira *et al.* (2023) a pecuária leiteira é uma atividade de grande importância socioeconômica para diversos municípios do Brasil, e nas últimas décadas foram adotadas várias tecnologias desenvolvidas por órgãos de pesquisas, para aumentar a produtividade da terra, da mão-de-obra e da atividade leiteira.

Exemplo 2 – fim da página:

A pecuária leiteira é uma atividade de grande importância socioeconômica para diversos municípios do Brasil, e nas últimas décadas foram adotadas várias tecnologias desenvolvidas por órgãos de pesquisas, para aumentar a produtividade da terra, da mão-de-obra e da atividade leiteira (Oliveira *et al.*, 2023).

5.2 FORMAS DE CITAÇÃO

5.2.1 Citação direta

A citação direta, de acordo com a NBR 10520 (2002, p. 2), é a “transcrição literal da parte da obra do autor consultado”. Devem-se respeitar redação, ortografia, sinais gráficos e pontuação do texto original, ou seja, deve ser cópia fiel do autor consultado. Ao longo do texto, a citação dos autores deve acontecer junto com o ano e o número da página de onde o trecho foi retirado. A citação direta é dividida em dois tipos: direta curta e direta longa.

A citação direta curta é composta por até três linhas e deve ser inserida, entre aspas, no parágrafo.

Exemplo 1 – Atualmente os biomédicos podem trabalhar em diversas áreas, dentre elas a Biomedicina Estética, “uma das áreas que o biomédico pode se habilitar, sendo este um campo de atuação promissor para este profissional” (Souza; Cardoso, 2021, p. 2).

Exemplo 2 – Atualmente os biomédicos podem trabalhar em diversas áreas, dentre elas a Biomedicina Estética, que de acordo com Souza e Cardoso (2021, p. 2) “uma das áreas que o biomédico pode se habilitar, sendo este um campo de atuação promissor para este profissional”.

Já a citação direta longa é caracterizada por apresentar um trecho original com mais de três linhas. Para esse caso, o trecho citado deverá aparecer em parágrafo distinto, com recuo de 4 centímetros da margem esquerda, espaçamento simples, sem aspas e em fonte 10.

Exemplo 1 – A Covid-19 trouxe muitos problemas relacionados a saúde do ser humano, porém incrementou as questões relacionadas com a tecnologia.

Com o advento das tecnologias de comunicação, as barreiras geográficas, linguísticas e culturais deixaram de existir. Surgiu um mercado global, onde o principal concorrente de uma empresa pode estar do outro lado do mundo. Essas novas tecnologias permitiram o atendimento ágil e eficiente às necessidades do cliente, independentemente de sua localização geográfica. Com a pandemia do novo coronavírus -COVID-19, este mercado global teve que se adaptar às medidas de prevenção impostas pelos órgãos sanitários e ainda continuar comercializando seus produtos e serviços para a sobrevivência da empresa (Salomé *et al.*, 2021, p. 3).

Exemplo 2 – A Covid-19 trouxe muitos problemas relacionados a saúde do ser humano, porém incrementou as questões relacionadas com a tecnologia. Salomé *et al.* (2021, p.3) afirmam que

Com o advento das tecnologias de comunicação, as barreiras geográficas, linguísticas e culturais deixaram de existir. Surgiu um mercado global, onde o principal concorrente de uma empresa pode estar do outro lado do mundo. Essas novas tecnologias permitiram o atendimento ágil e eficiente às necessidades do cliente, independentemente de sua localização geográfica. Com a pandemia do novo coronavírus -COVID-19, este mercado global teve que se adaptar às medidas de prevenção impostas pelos órgãos sanitários e ainda continuar comercializando seus produtos e serviços para a sobrevivência da empresa.

A citação da citação é uma outra forma de citação direta, porém utilizada em menor quantidade e não é aceita em todas as áreas do conhecimento. É a citação de parte de um texto encontrado em um determinado autor, referente a outro autor, ao qual não se teve acesso. Utiliza-se apenas quando não houver possibilidade de acesso ao documento original.

Esse tipo de citação é indicado pela expressão *apud* que significa citado por. No texto, a citação da citação deve seguir a seguinte ordem: autor do documento não consultado seguido da expressão latina *apud* (citado por) e autor da obra consultada.

Exemplo 1 – A teoria da Gestalt tem nesta perspectiva sua orientação teórica, entrando-se nos conceitos de estrutura e totalidade. Segundo Piaget (1976 *apud* Moll, 1996, p. 80), “ela consiste em explicar cada invenção da inteligência por uma estruturação renovada e endógena do campo da percepção ou do sistema de conceitos e relações”.

Exemplo 2 - A teoria da Gestalt tem nesta perspectiva sua orientação teórica, entrando se nos conceitos de estrutura e totalidade. “Ela consiste em explicar cada invenção da inteligência por uma estruturação renovada e endógena do campo da percepção ou do sistema de conceitos e relações” (Piaget, 1976 *apud* Moll, 1996, p. 80).

Observação: Na citação de citação, a referência se inicia pelo nome do autor não consultado. Dessa forma, a ordem das informações é: referência do autor não consultado, seguido da expressão *apud* e referência do autor consultado.

5.2.2 Citação indireta

A citação indireta é a interpretação das ideias de um ou mais autores do texto em questão. Porém, deve-se manter o sentido original do texto, ou seja, a ideia central permanece. A citação indireta não é a transcrição literal das palavras do autor; e por esse

motivo não deve estar entre aspas nem em parágrafo distinto. Pelo fato de manter a ideia original, deve-se indicar o(s) autor(es) e o ano da obra, o número de página de onde o trecho foi retirado é opcional. A citação indireta também é conhecida como paráfrase.

Exemplo:

Trecho original

O Método Pilates é uma técnica de reeducação do movimento, o qual visa fortalecimento muscular, flexibilidade, postura, equilíbrios dinâmicos e estáticos, coordenação motora, estimulação proprioceptiva, melhora da capacidade cardiorrespiratória e consciência corporal (Silva *et al.*, 2022).

- Trecho parafraseado – início de frase

Para Silva *et al.* (2022) o Pilates é uma abordagem de reeducação do movimento que se concentra no fortalecimento muscular, aumento da flexibilidade, correção da postura, aprimoramento dos equilíbrios dinâmicos e estáticos, coordenação motora, estímulo proprioceptivo, aperfeiçoamento da capacidade cardiorrespiratória e desenvolvimento da consciência corporal.

- Trecho parafraseado – fim de frase

O Pilates é uma abordagem de reeducação do movimento que se concentra no fortalecimento muscular, aumento da

flexibilidade, correção da postura, aprimoramento dos equilíbrios dinâmicos e estáticos, coordenação motora, estímulo proprioceptivo, aperfeiçoamento da capacidade cardiorrespiratória e desenvolvimento da consciência corporal (Silva *et al.*, 2022).

5.2.3 Citação de informação verbal

Para citação de dados obtidos por meio de informações verbais (palestras, debates, jornais de TV, documentários, etc.), indicar, entre parênteses, a expressão “informação verbal” no final da citação, mencionando os dados disponíveis em nota de rodapé. Citar, pelo menos, o autor da frase (cargo ou atividade), local (cidade) e data (dia, mês e ano).

Exemplo:

A empresa detém metade do mercado nacional de felpudos (informação verbal) ¹

¹ José de Souza, Diretor Presidente da ZZZ, em palestra proferida na ASSVIM, em Brusque, no dia 25 de abril de 2003. Para as informações que forem passadas por meio de entrevista, o pesquisador deve solicitar uma autorização do entrevistado para citar seu nome em nota de rodapé e nas referências; caso contrário, o pesquisador indica em rodapé uma informação genérica para o leitor.



CAPÍTULO 6

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Refere-se à lista organizada em ordem alfabética ou numérica das obras citadas no decorrer do trabalho. Aparecerá em lista, no final do trabalho ou documento.

O termo referências bibliográficas corresponde ao tópico de um trabalho na qual se lista todas as obras utilizadas pelo autor para elaboração do texto. “Conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual” (ABNT, 2000, p. 2). Ou seja, é uma lista de autores que foram efetivamente mencionados ao longo do texto, o que aliás, é uma exigência das normas metodológicas a que o texto deve obedecer conforme prevê ABNT, APA ou Vancouver. Por outro lado, o termo bibliografia é parte de uma obra na qual se listam as referências bibliográficas de obras recomendadas para leitura complementar, ou seja, por bibliografia deve-se compreender todos os autores consultados para permitir que o leitor tenha maior compreensão do tema em desenvolvimento.

A disposição das referências bibliográfica pode ser por meio de uma ordenação alfabética e sistemática (por assunto). Entretanto neste manual, sugere-se a adoção da ordenação alfabética ascendente e sem numeração.

As referências devem ser digitadas, usando espaço simples entre as linhas e dois espaços simples para separá-las. Com relação ao alinhamento, são alinhadas à margem esquerda.

6.1 LIVROS

AUTOR: Último sobrenome em letras maiúsculas, seguido dos prenomes, os quais podem ser escritos inteiros (conforme as normas de português para nomes próprios) ou apenas as iniciais.

EXCEÇÕES: algumas pessoas incluem dois sobrenomes nas citações, como acontece normalmente com a nomenclatura dos espanhóis. Nesses casos, coloca-se os dois sobrenomes ligados por traço de união, que são grafados juntos; sobrenomes que indicam parentesco, como Júnior, Filho e Neto, acompanham o último sobrenome.

TÍTULO: Em negrito, porém pode ser sublinhado ou itálico, formas que são utilizadas em menor frequência.

SUBTÍTULO: se houver, separado do título por dois pontos, sem destaque (negrito, sublinhado ou itálico).

EDIÇÃO: Indica-se o número da edição, a partir da segunda, seguido de ponto e da palavra edição (ed.) no idioma da publicação. Não se anota quando for a primeira edição; as demais

devem ser anotadas (2. ed., 3. ed. e assim por diante). Os meses abreviam-se pelas três primeiras letras, com exceção de maio.

LOCAL: quando há mais de uma cidade, indica-se a primeira mencionada na publicação, seguida de dois pontos.

EDITORA: apenas o nome que a identifique, seguida de vírgula.

DATA: Ano de publicação.

PAGINAÇÃO: Colocar a quantidade de páginas (56p.). E quando possível acrescentar a quantidade de páginas sem numeração, a qual ficará entre colchetes ([58] p.)

a) Livro com um autor:

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000. 120p.

b) Livro com subtítulo

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 70p.

Observação: Não deve negritar o subtítulo.

c) Livro com dois autores

VIEIRA, Sônia; SHINODA, Carlos. **Princípios de estatística**. 3. ed., São Paulo: Pioneira, 2001. 612p.

d) Livro com três autores

ABEL, Derek; AGUIAR, Neuma; BALASSA, Bela. **25 anos: reflexões para o futuro**. Tradução: Ricardo Costa Filho. 2. ed., Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1993. 239p.

e) Livro com mais de três autores

MASCARENHAS, Maria Elisa *et al.* **Reflexões sobre a educação**. 3. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1978. 214p.

f) Livro com autor com dois sobrenomes

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018. 120p.

g) Livro com sobrenome iniciado com prefixo

McDONALD, Ralf. **Engenharia de programas**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987. / O'DONNELL, Ken. **Caminhos para uma consciência mais elevada**. 2. ed. São Paulo: Gente, 1996.

h) Livro com sobrenome de parentesco

ASSAF-NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

i) Livro integrado com coleção ou série

RESS, G. J. G. **Câncer**. São Paulo: Três, 2002. (Guia da saúde familiar, 11).

j) Livro com organizador - (Org.), Coordenador (Coord.) ou Editor (Ed.)

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

k) Livro cujo autor é uma entidade - Quando uma entidade coletiva assume integral responsabilidade por um trabalho, ela é tratada como autor.

LIONS CLUBE INTERNACIONAL. A formação do líder no novo milênio. São Paulo: CNG, 2001.

6.1.1 Livros considerados em parte

a) Autor do capítulo é o mesmo da obra: SOBRENOME DO AUTOR DA PARTE REFERENCIADA, Prenomes. Título da parte referenciada. In: _____. **Título do livro.** Local: Editora, ano. Página inicial e final do capítulo utilizado.
HIRANO, Sedi. (org.). Projeto de estudo e plano de pesquisa. In: _____. **Pesquisa social:** projeto e planejamento. São Paulo: TAQ, 1979, p. 22-30.

b) Autor do capítulo não é o mesmo da obra: SOBRENOME DO AUTOR DA PARTE REFERENCIADA, Prenome. Título da parte referenciada. In: SOBRENOME DO AUTOR OU ORGANIZADOR, Prenomes. (Org.). **Título do livro.** Local: editora, ano. Páginas inicial e final.
ABRAMO, Perseu. Pesquisa em ciências sociais. In: HIRANO, Sedi (Org.). **Pesquisa social:** projeto e planejamento. São Paulo: TAQ, 1979, p. 69-76.

c) Teses, Dissertações e Trabalhos Acadêmicos: SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes. Título. Ano. Tese, dissertação ou trabalho acadêmico (grau e área) - Unidade de Ensino, Instituição, Local: Data.
TAFNER, Elisabeth Penzlien. **As formas verbais de futuridade em sessões plenárias:** uma abordagem sociofuncionalista. 2004.

188f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

d) Enciclopédias: NOME DA ENCICLOPÉDIA. Local da Publicação: Editora, ano.
ENCICLOPÉDIA BARSA. São Paulo: Vozes, 2002.

e) Relatório: NOME DA INSTITUIÇÃO. Título do relatório. Local da publicação, ano.
CONGRESSO NACIONAL. Relatório da comissão de orçamento. Brasília, 2002.

6.2 JORNAL

a) Jornal no todo: NOME DO JORNAL. Cidade, data.
DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 17 maio de 2002.

b) Artigo de jornal (com autor definido): SOBRENOME DO AUTOR DO ARTIGO, Prenomes. Título do artigo. **Título do jornal**, Cidade, data (dia, mês, ano). Suplemento, número da página, coluna.
SILVA, I. G. Pena de morte para o nascituro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 set. 1998.

c) Artigo de Jornal (Sem autor definido) – TÍTULO do artigo (apenas a primeira palavra em maiúscula). Título do jornal, cidade, data (dia, mês, ano). Suplemento, número da página, coluna.
ARRANJO Tributário. Diário do Nordeste on-line, Fortaleza, 27 nov. 1998. Disponível em: <<http://diariodonordeste.com.br>>. Acesso em: 28 nov. 2008.

6.3 REVISTA

a) Revista no todo: NOME DA REVISTA. Local de publicação: editora (se não constar no título), número do volume (v.), número do exemplar (n.____), mês. Ano. ISSN.

TRENTINI NEL MONDO. Trento: Associazione trentini nel mondo, v. 45, n.7, jul. 2002. ISSN 0048-0536.

b) Coleção de revistas no todo: TÍTULO DO PERIÓDICO. Local de publicação: editora, data (ano) do primeiro volume e, se a publicação cessou, também do último. Periodicidade. Número do ISSN (se disponível).

REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA. São Paulo: Associação Paulista de Medicina, 1952 – Mensal. ISSN 0035-0362.

c) Artigo de revista (Com autor definido) SOBRENOME DO AUTOR DO ARTIGO, Prenomes. Título do artigo. **Título da revista**, Local da publicação, número do volume, número do fascículo, páginas inicial-final do artigo, mês. Ano.

CHASE, Richard; DASU, Sriram. Você sabe o que seu cliente está sentindo? **Exame**, São Paulo, v. 35, n. 15, p. 89-96, jul. 2001.

d) Artigo de revista (Sem autor definido) - TÍTULO do artigo (apenas a primeira palavra em maiúscula). **Título da revista**, local da publicação, número do volume, número do fascículo, página inicial-final do artigo, mês. Ano.

21 ideias para o século 21. **Você S.A.**, São Paulo, v. 2, n. 18, p. 34-53, dez. 1999.

6.4 TRABALHOS ACADÊMICOS

AUTOR. Título. (Disciplina. Curso o u Departamento). Número de páginas. Cidade. Instituição de Ensino, ano.

MELLO, Carlos. **Metodologia da Pesquisa**. Departamento do Curso de Recursos Humanos. 15p. Guaramirim. FAMEG, 2002.

Observações:

- Quando a editora não puder ser identificada, deve-se indicar a expressão sine nomine, abreviada e entre colchetes [s.n.];
- Quando o local de publicação não for identificado, deve-se indicar a expressão sine loco abreviada e entre colchetes [s.l.];
- Quando o local e a editora não aparecem na publicação, indica-se entre colchetes [S.l.: s.n.];
- Quando o local, a editora e a data não forem identificadas, indica-se entre colchetes [s.n.t.] (sem notas tipográficas).

6.5 ENTREVISTAS

Entrevistas não Publicadas: SOBRENOME DO ENTREVISTADO, Prenome. **Título**. Local, data (dia, mês. ano). SUASSUNA, Ariano. **Entrevista concedida a Marco Antônio Struve**. Recife, 13 set. 2002.

Observações:

No título, omite-se o nome do entrevistador quando ele é o autor do trabalho. Quando a entrevista é concedida em função do cargo

ocupado pelo entrevistado, acrescentam-se o cargo, a instituição e o local ao título.

TAFNER, José. **Entrevista concedida pelo Presidente da Associação Educacional Leonardo da Vinci – ASSEVI**, Indaial, 4 abr. 2002.

Observações:

As entrevistas, para serem publicadas em trabalhos científicos, devem ser sempre autorizadas pelos entrevistados. Assim, caso a pessoa não queira que seu nome seja divulgado, o pesquisador deve citar ao longo do texto indicações de sua atividade e referenciar apenas a entrevista, o local e a data.

Exemplo no texto: Segundo o Supervisor de Área de uma empresa de Itajaí, a produtividade vem crescendo significativamente. Em entrevista, ele afirmou que o mercado exige mais do que qualidade: variedade e inovação. (Informação verbal) 2.

Exemplo na referência:

SUPERVISOR de Área. Entrevista concedida em Itajaí – SC, 07 abr. 2004. [Entrevistas Publicadas]

SOBRENOME DO ENTREVISTADO, Prenomes. **Título da entrevista.** Referência da publicação (livro ou periódico). Nota da entrevista.

LISTWIN, Donald. Você sabe usar o mouse? **Você S.A.**, v. 2, n. 18, p. 100103, dez. 1999. Entrevista concedida a Laura Somoggi e Mikhail Lopes.

6.6 PALESTRA OU CONFERÊNCIA

AUTOR. **Título do trabalho.** Palestra, Local, Data. (dia, mês, ano).

SANTOS, Paulo. **História.** Palestra proferida no I seminário de Estudos de História, Brusque/SC, 07 de abril de 2008.

6.7 CORRESPONDÊNCIAS (CARTAS, BILHETES ETC.)

Remetente. [Tipo de correspondência] data, local de emissão [para] destinatário. Local a que se destina. n. de páginas. Assunto em forma de nota. BOCK, Daniel. [telegrama] 14 dez. 2001, São Paulo [para] Douglas Reck, Santa Catarina. 1p. Solicita informação sobre Florianópolis.

6.8 DISCOS

AUTORIA (compositor). **Título.** Local: gravadora, ano. Número de discos (tempo de gravação em minutos, número de canais sonoros. Número do disco).

SALTER, Almir. **Tocando em frente.** São Paulo: Abril Music, 1998. 1 disco (10 min.) Estéreo. 28 A 04356430. m)

6.9 VÍDEO OU FILME

TÍTULO. Direção. Roteiro. Intérpretes. Local: Distribuidora, ano. Unidades físicas (duração em minutos): som (legendado ou dublado) cor, largura da fita em milímetros. Sistema de gravação. ÓPERA do Malandro. Direção de Ruy Guerra. Rio de Janeiro: Globo Vídeo, 1985. 1 cassete. (120min) dublado. Color. 12mm. VHS NTSC.

6.10 INTERNET

Nome do autor; título do documento ou da WEB page (ou do frame); título do trabalho maior contendo a fonte (Web site); informações sobre a publicação (incluindo a data da publicação e/ou da última revisão); endereço eletrônico (URL); data do acesso; e outras informações que pareçam importantes identificar na fonte.

BOCK, Daniel. Fundos da internet tem rentabilidade negativa. A Gazeta. Disponível em: <<http://www.gazeta.com.br>>. Acesso em: 17 de maio 2002.

6.11 LEGISLAÇÕES

JURISDIÇÃO OU CABEÇALHO DA ENTIDADE. Epígrafe e ementa transcrita conforme publicada. Local da publicação: Dados da publicação, ano da publicação.

BRASIL. Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.

6.12 BÍBLIA

a) Bíblia no todo

BÍBLIA. Língua. **Título**. Tradução ou versão. Local: Editora, ano. BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Trad. Centro Bíblico Católico. 34. ed. São Paulo: Ave Maria, 1982.

b) Partes da Bíblia

BÍBLIA. N.T. João. Português. **Bíblia Sagrada**. Reed. versão de Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ave Maria, 1980. v. 12, p. 356-460.

6.13 MAPAS

AUTOR. **Título.** Local, ano. Unidades físicas. Cor; altura x largura. Escala.

IBGE. **Afluentes do Rio Uruguai.** Rio de Janeiro, 1997. 1 mapa: color; 72X90 cm. Escala 1: 1.200.000



CAPÍTULO 7

ARTIGOS CIENTÍFICOS

7. ARTIGOS CIENTÍFICOS

Segundo as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (2004) o “artigo científico é parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute ideias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento” (ABNT, 2004, p. 01).

A linguagem para a escrita dos artigos deve ser informativa, de ordem racional, firmada em dados concretos; podem ser apresentados argumentos de ordem subjetiva, porém dentro de um ponto de vista científico e deve obedecer à variante culta. A redação do texto deverá ocorrer, preferencialmente, na 3ª pessoa. A linguagem objetiva deve afastar as expressões: “eu penso”, “eu acho”, “parece-me” que dão margem a interpretações simplórias e sem valor científico;

A organização e estruturação dos artigos irá variar de acordo com as peculiaridades do tipo de documento a ser escrito. Porém, alguns aspectos são comuns a todos os modelos de trabalhos acadêmicos. Assim, o tamanho do papel, margens, espaçamento, paginação, representações gráficas, formatação de fonte e parágrafos estão descritos no **Capítulo 4 Normatização**, e esses devem ser seguidos para a redação dos artigos que resultam no

Trabalho de Conclusão de Curso de todos os cursos de graduação e, também, da Revista Eletrônica Interdisciplinar do Univar.

As citações e referências bibliográficas devem seguir as normas descritas nesse livro e apresentadas nos **Capítulos 5 (Citações) e 6 (Referências Bibliográficas)**.

Como padronização para os artigos, o Centro Universitário do Vale do Araguaia adotou as seguintes normas:

- a) O resumo dos artigos deve conter entre 100 e 150 palavras, e de três a cinco palavras-chave (descritores), os quais não podem estar descritos no título;
- b) Os artigos deverão ter entre 10 e 20 páginas, incluindo as referências bibliográficas e independe da área de conhecimento;
- c) Nas Referências devem constar no mínimo 15 e no máximo 30 referências;
- d) O título do artigo (letras maiúsculas e em negrito, fonte 14), e caso tenha subtítulo não colocar esse em negrito, com nota de rodapé identificando o trabalho (origem, financiamento, etc.);
- e) A autoria deve vir logo abaixo do título, alinhado à direita, deverá ser grafado o nome completo do (s) autor (es), em letra tamanho 12, sem negrito;
- f) Em nota de rodapé um: breve currículo do (s) autor (es) com a titulação (discente, docente, especialista, mestre, doutor, livre-

docente, pós-doutor e outros;), e-mail de, pelo menos, um dos autores, caso o trabalho tenha sido feito em conjunto, em letra e tamanho 10, sem negrito.

Alguns modelos de artigos científicos e sua estrutura estão apresentados nos apêndices:

- a) Modelo de revisão bibliográfica: **APÊNDICE 12;**
- b) Modelo de artigo com pesquisa em campo: **APÊNDICE 13;**
- c) Modelo de estudo ou relato de caso: **APÊNDICE 14.**

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**: elaboração de trabalhos de graduação. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: referências bibliográficas. Rio de Janeiro: 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: numeração progressiva das seções de um documento: procedimento. Rio de Janeiro: 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: sumários: procedimento. Rio de Janeiro: 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: resumos: procedimento. Rio de Janeiro: 1990.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6029**: apresentação de livros e folhetos: procedimento. Rio de Janeiro: 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro: 2001. Atualizada em julho de 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10522**: abreviação na descrição bibliográfica: procedimento. Rio de Janeiro: 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: 2001.

CURTY, M. G.; BOCCATO, V. R. C. O artigo científico como forma de comunicação do conhecimento na área de Ciência da Informação. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 10, n. 1, p. 94-107, 2008.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. D. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, 162 p.

DAY, R. A. **Como escrever e publicar um artigo científico**. 5 ed. São Paulo: Santos, 2001.

DUARTE, J.; SILVA, N.; OLIVEIRA, L. D.; PINHEIRO, J. Normas para elaboração de projetos, teses e dissertações. **Goiânia: UFG/PPGA, 2004**.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ed. ver. aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, A. de L. e R. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, v. 1, n. 2, 149–159, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8240361>

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2011, 182 p.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa, bibliográfico, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACHADO, J. R. F. Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quali-quantitativo. **Devir Educação**, 7(1), e–697, 2023. <https://doi.org/10.30905/rde.v7i1.697>

MARTINS e ZILBEKNOP. **Português Instrumental**. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTAR, J. **Metodologia científica na era da informática**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2008, 307 p.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica - A Prática de fichamentos, Resumos, Resenhas**. São Paulo: Atlas, 2009.

NORMAS ABNT. Disponível em: <https://www.normasabnt.org/>. Acesso em 20 de janeiro de 2024.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia científica**. São Paulo: Futura, 1999.

RICHARDSON, R. J. Et al. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 9 ed. ver. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, Gildenir Carolino. **Normas para referências bibliográficas: conceitos básicos**. Campinas: UNICAMP, 1995.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22 ed. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

TRUJILLO, A. F. **Metodologia da ciência**. 2 e 3 ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos**. 6 ed. Curitiba: UFPR, 1996. v.8, il.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. **Como fazer referências**: bibliografias, eletrônicas e demais formas de documentos. Desenvolvido por Maria Bernadete Martins Alves e Susana M. de Arruda. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br>>. Acesso em 05 maio 2002.

VOLPATO, G. L. **Publicação Científica**. 3 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, 125 p



APÊNDICES

APÊNDICE - 1

MODELO DE RESUMO

Leonardo Boff inicia o artigo ‘A cultura da paz’ apontando o fato de que se vive em uma cultura que se caracteriza fundamentalmente pela violência. Diante disso, o autor levanta a questão da possibilidade de essa violência poder ser superada ou não. Inicialmente, ele apresenta argumentos que sustentam a tese de que seria impossível, pois as próprias características humanas e um conjunto de forças naturais e sociais reforçariam essa cultura da violência, tornando difícil sua superação. Mas, mesmo reconhecendo o poder dessas forças, Boff considera que, nesse momento, é indispensável estabelecer uma cultura da paz contra a da violência, pois esta estaria nos levando à extinção da vida humana no planeta. Segundo o autor, seria possível construir essa cultura, pelo fato de que os seres humanos são providos de componentes genéticos que permitem serem sociais, cooperativos, criadores e dotados de recursos para limitar a violência e de que a essência do ser humano seria o cuidado, definido pelo autor como sendo uma relação amorosa com a realidade, que poderia levar à superação da violência. A partir dessas constatações, o teólogo incita a todos a despertar as potencialidades humanas para a paz, construindo a cultura partindo de si mesmo, tomando a paz como

projeto pessoal e coletivo. (O artigo completo está disponível em: www.leonardoboff.com e no Jornal do Brasil, de 18/02/2004.)

APÊNDICE - 2

MODELO DE RESENHA

OBSERVAÇÃO: os elementos básicos que estão negritos indicando os itens que compõem a estrutura da resenha não devem aparecer no corpo do texto.

(Referências bibliográficas)

ANDRADE, Mário de. **Querida Henriqueta**: cartas de Mário de Andrade a Henriqueta Lisboa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. 214p.

(Informações sobre o autor)

Já foram publicadas cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira, a Oneyda Alvarenga (Mário de Andrade: um pouco), a Álvaro Lins, a Fernando Sabino (Cartas a um jovem escritor), a Carlos Drummond de Andrade (A lição do amigo), a Prudente de Moraes Neto, a Pedro Nava (Correspondente contumaz), a Rodrigo de Melo Franco, e Anita Malfatti. Em todas elas, é possível verificar a surpreendente revelação da personalidade de Mário de Andrade,

seus conhecimentos, suas preocupações, sua dedicação à arte, o entusiasmo com que tratava os escritórios iniciantes.

(Gênero da obra)

Em *Querida Henriqueta*, reunião de cartas de Mário à poetisa Henriqueta Lisboa, Mário é tão generoso quanto o fora em *A lição do amigo*, tão competente quanto o fora nas cartas a Manuel Bandeira. A exposição é sempre franca, os temas abordados variados e a profundidade e o valor humano notáveis.

Para alguns, as cartas de Mário, em seu conjunto, estão no mesmo nível que suas criações literárias. É possível ver nas cartas o interesse de Mário pela motivação dos iniciantes, analisando com dedicação e competência tudo o que lhe chegava às mãos. Há em seu comportamento o sentido quase de missão estética. As recomendações são as mais variadas: ora sugere alterações, ora a supressão, ora o cuidado com o ritmo, ora com as manifestações de conteúdo cultural. Não é o mestre que fala, mas o amigo. Não é o professor, mas o artista experiente, que sabe o que diz e por que o diz, que tem consciência de tudo o que fala, que leva o trabalho artístico muito a sério. As considerações não são, no entanto, apenas de ordem técnica. Mário de Andrade, por sua argúcia crítica, penetra na análise psicológica. Assim, examina os retratos feitos por diversos artistas, como Portinari, Anita Malfatti, Lasar Segall.

Segundo ele, Segall ter-se-ia fixado em seu lado obscuro, quase oculto, malévolo de sua personalidade. A relação angustiada do autor de *Macunaíma* consigo mesmo aparece nas cartas a Henriqueta Lisboa. Da mesma forma, aparecem o problema do remorso e da culpa, o cansaço diante da propaganda pessoal, do prestígio, da notoriedade, da polêmica. Não silencia sequer a análise das relações com a família. Aqui, não é a imagem de Mário revolucionário e exuberante que apresenta. Não. Também não há lamentações: tudo é exposto com extrema lucidez quanto às virtudes e defeitos. Mário abre o coração numa confiança de quem acredita na amiga e nas relações humanas.

Avaliação (apreciação)

As cartas foram escritas de 1939 a 1945, quando Mário veio a falecer. E são mais do que uma fonte de informação ou depósito de ideias estéticas: são um retrato de seu autor, com suas angústias e expansões de alegria, de emoção e de rigidez comportamental (Medeiros, 2009, p. 157).

APÊNDICE - 3

MODELO DE PARÁGRAFO PADRÃO

Assunto: A linguagem

Proposta de delimitação: A linguagem do corpo

Estabelecimento do objetivo: Demonstrar que a linguagem do corpo é sensual, engraçada e sensível.

Frase-núcleo: Ela pode ser sensual, engraçada e sensível. Calma... não é a mulher ideal é a linguagem do corpo.

Plano de desenvolvimento das ideias:

A linguagem do corpo é:

sensual;

engraçada;(c) sensível.

Desenvolvimento:

É sensual quando em um encontro, por exemplo, um casal utiliza olhares intensos, gestos calculados e expressões corporais atrevidas para expressar suas emoções. É engraçada quando um humorista, para dar o correto tom de sua piada, faz caretas, imitações e até mímicas com o intuito de fazer o espectador rir. É, finalmente, sensível quando um ator, ao final do espetáculo, curva-se diante do público para agradecer os aplausos, que também identificam a sensibilidade do público para afirmar que está satisfeito com a apresentação.

Frase conclusiva:

Tais exemplos de linguagem corporal nos levam à conclusão de que as palavras são dispensáveis quando o corpo consegue supri-las.

Exemplo do Parágrafo com todos os seus elementos estruturadores: Ela pode ser sensual, engraçada e sensível. Calma... não é a mulher ideal, é a linguagem do corpo. É sensual quando em um encontro, por exemplo, um casal utiliza olhares intensos, gestos calculados e expressões corporais atrevidas para expressar suas emoções. É engraçada quando um humorista, para dar o correto tom de sua piada, faz caretas, imitações e até mímicas com o intuito de fazer o espectador rir. É, finalmente, sensível quando um ator, ao final do espetáculo, curva-se diante do público para agradecer os aplausos, que também identificam a sensibilidade do público para afirmar que está satisfeito com a apresentação. Tais exemplos de linguagem corporal levam à conclusão de que as palavras são dispensáveis quando o corpo consegue supri-las. (<http://www.ebah.com.br/conceito-paragrafo-padrao>).

APÊNDICE - 4

MODELO DE PARÁFRASE

Texto original


A dedução e a indução são métodos racionais para compreensão da ciência. Ao invés de apenas seguir livremente o pensamento, os métodos dedutivo e indutivo são baseados na reflexão, seguem um procedimento coerente, a partir de elementos da razão (Alvares; Freire, 2023).

Texto parafraseado

A compreensão científica é alcançada por meio de métodos racionais, destacando-se a dedução e a indução. Em vez de adotar uma abordagem de pensamento livre, essas abordagens se fundamentam na reflexão e seguem procedimentos coerentes, utilizando elementos da razão para orientar o processo (Alvares; Freire, 2023).

APÊNDICE - 5

MODELO DE RELATÓRIOS

	<p>CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO ARAGUAIA Portaria MEC/GM nº 1.328 de 12/12/2018 publicada no D.O.U. em 13/12/2018 Rua Moreira Cabral, nº 1.000, Domingos Mariano CEP: 78.603-209 - Barra do Garças, Mato Grosso Tel: (66) 3402 4900 - Site: www.univar.edu.br</p>
FORMULÁRIO DE RELATÓRIO DE AULA PRÁTICA	
1. IDENTIFICAÇÃO:	
1.1 - Acadêmico:	
1.2 - Curso e Série/Semestre:	
1.3 - Disciplina:	
1.4 - Docente:	
1.5 - Título da Atividade (aula prática/projeto/estágio...):	
1.6 - Local de Realização:	
1.7 - Data(s):	
1.8 - Carga-horária:	
2. INTRODUÇÃO: (Breve histórico sobre o processo de que trata o relatório. Situa o leitor sobre o assunto a ser exposto, são os fundamentos teóricos. Pesquise em livros, revistas, artigos científicos, jornais, etc., a explicação científica dos	

fatos e/ou fenômenos que ocorreram durante a atividade prática. Mostra, de forma clara, a finalidade do referido relatório. Finalize o texto da introdução descrevendo o que se espera com a realização da atividade. Descreva o principal objetivo da atividade. Caso a atividade apresente vários objetivos, descreva os objetivos mais importantes.

3. MATERIAL E MÉTODOS: (Descrição breve, de forma impessoal, de todo o material utilizado. Descreva, na forma de itens, todo o material utilizado na atividade. Na metodologia você deve escrever os procedimentos que foram utilizados na aula prática, fornecendo informações básicas sobre a técnica empregada. Descreva todas as etapas e procedimentos da atividade que foi realizada, de forma que outra pessoa possa repeti-la sem nenhum problema ou dificuldade.)

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: (Neste item devem ser descritos os resultados esperados, ou não, da atividade prática que foi realizada. Descrição e discussão sobre os dados colhidos na experiência da aula prática/atividade. Observações sobre os resultados obtidos, possíveis causas de erros, sugestões para o emprego de outros métodos, etc. Poderão ser relatados, também, problemas ocorridos durante o processo de execução do experimento.)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: (Análise dos resultados em função dos objetivos propostos. Você vai redigir poucas frases bem elaboradas para encerrar o trabalho. Deve ser

exposto, claramente, o que se conseguiu demonstrar durante o desenvolvimento da atividade de acordo com os objetivos da atividade prática explicitados na introdução. Pode-se, também, fazer esquemas e desenhos para melhor ilustrar a conclusão das atividades.)

6. REFERÊNCIAS: (Ao final de todo trabalho escrito, devem ser citados os autores que forneceram subsídios para a confecção do relatório.)



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO ARAGUAIA

Portaria MEC/GM nº 1.328 de 12/12/2018 publicada no D.O.U. em 13/12/2018

Rua Moreira Cabral, nº 1.000, Domingos Mariano

CEP: 78.603-209 - Barra do Garças, Mato Grosso

Tel: (66) 3402 4900 - Site: www.univar.edu.br

FORMULÁRIO DE RELATÓRIO

PBL 1

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Componentes do Grupo

Bárbara Barros Borges; Carlos Eduardo Peres; Genialdo Luiz de Figueiredo, Stéfani Soares Bento; Thânia de Almeida Morais Ázara; Vanessa Macedo dos Santos; Vitória Cristina Pereira Viana.

1.2 - Curso e Semestre
Odontologia – 4º semestre
1.3 - Disciplina(s)
Estomatologia Clínica I, Farmacologia II, Serviços Odontológicos: Prevenção e Controle de Riscos.
1.4 - Professor(es)
Dra. Vanessa Sousa e Dr. Eduardo Júnior, Me, Natalina Abud
2. INTRODUÇÃO
<p>Um dos fluídos produzidos diariamente pelo nosso organismo é a saliva. Este líquido sem cor nem sabor e de viscosidade baixa, mas variável, é libertado para a cavidade oral cobrindo toda a mucosa e os dentes. A saliva é indispensável para uma boa saúde oral, mastigação, deglutição e fala (Affoo <i>et al.</i>, 2015; Pytko-Polonczyk <i>et al.</i>, 2017; Roblegg <i>et al.</i>, 2019; Belstrom, 2020;). Dessa maneira, a coleta dos fluidos salivares para a realização de diagnósticos representa a idealização de um método facilitador e não invasivo, sendo efetivo para a detecção precoce de doenças, por meio dos marcadores biológicos presentes, além das novas técnicas associadas, tal como a PCR (Proteína C-reativa) para</p>

a detecção de proteínas (Michailidou *et al.*, 2016; Freeman *et al.*, 2019).

A sensação de boca seca, medicamente designada de xerostomia, é subjetiva e pode estar ou não relacionada com uma disfunção das glândulas salivares. Quando se encontra relacionada com o decréscimo da secreção salivar é denominada de xerostomia verdadeira ou primária, no entanto, quando não existe diminuição do fluxo salivar é denominada de xerostomia sintomática ou “pseudoxerostomia” (Escobar; Aitkensaavedra, 2019; Martins, 2020; Kapourani *et al.*, 2022).

A xerostomia é um dos principais sintomas da Síndrome de Sjogren (SS) primária, uma doença autoimune sistêmica que comumente se apresenta com secura envolvendo os olhos e a boca devido a inflamação das glândulas exócrinas lacrimais e salivares (Argyropoulou *et al.*, 2018). No entanto, cerca de metade dos indivíduos afetados também apresentam manifestações extraglandular em órgãos como articulações, pele, pulmões, trato gastrointestinal, sistema nervoso e rins, esta condição está frequentemente associada a outras doenças autoimunes, incluindo artrite reumatóide (AR) e lúpus eritematoso sistêmico (LES), nesses casos, sendo

caracterizada como SS secundária (Brito; Retamozo; Ramos, 2018).

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Resumo do Problema

Paciente do gênero masculino, 58 anos, com queixa principal de “boca seca”, informa que não comparece ao cirurgião-dentista há mais de 10 anos, sendo ainda fumante há 40 anos, hipertenso e portador de síndrome de sjogren. Logo, faz uso de beta-bloqueadores e prednisona. Contudo, está passando por um período difícil em sua vida pessoal, uma vez que seu casamento de 30 anos teve fim. Constata-se ainda uma gengiva inflamada, cáries interproximais múltiplas e várias raízes residuais, e o exame complementar (RX panorâmico) indica perda óssea horizontal em ambas as arcadas

3.2. Hipóteses de Aprendizagem

- 1 – O paciente apresenta a síndrome de Sjogren (SS) primária.
- 2 - Paciente apresenta sinais de depressão relacionado com a SS e suas manifestações clínicas.
- 3 - A xerostomia é um sintoma relacionado a síndrome de Sjogren (SS), associado a medicações de uso (prednisona e anti-hipertensivo).
- 4- A xerostomia contribui para o desenvolvimento da cárie.

5 - A gengivite, bem como a perda óssea caracterizam a presença de doença periodontal.

6 - Aumento das glândulas salivares.

7 - O uso de tabaco causa xerostomia e contribui para o desenvolvimento das doenças periodontais.

8 - A depressão, bem como a rotina profissional de caminhoneiro contribuem para o desenvolvimento da cárie e doenças periodontais, devido à redução de práticas de higiene oral.

9 - A ausência de consultas odontológicas de rotina evidenciam baixa motivação e cuidados com a saúde bucal.

10 - A xerostomia pode causar candidíase oral.

3.3. Fundamentação Teórica e Discussão

Durante o atendimento odontológico é indispensável a adoção das medidas de biossegurança, afim de prevenir e proteger a equipe de saúde e o paciente de riscos relacionada a assistência odontológica. Segundo Peng *et al.*, (2019) o consultório odontológico é um ambiente propício para a propagação de microrganismos como vírus e bactérias, devido à realização de procedimentos que envolvem contato direto com os pacientes e exposição frequente a saliva, sangue e

outros fluidos corporais, além do uso de instrumentos perfuro-cortantes.

Por tanto, para garantir uma assistência odontológica segura, o profissional cirurgião-dentista deve estar atento para o uso adequado dos equipamentos de proteção individual (EPI), como Máscara, luvas, gorro, jaleco e capote descartável, óculos de proteção, calçado impermeável, bem como protetor descartável (propé) para o mesmo (Anvisa NR 06; Thomé *et al.*, 2020). Além disso, a lavagem das mãos antes e após os atendimentos devem estar na rotina clínica do profissional, bem como a não utilização de adornos, pois são potenciais veículos de contaminação para terceiros (Anvisa – NR 32).

Para realização da consulta, deve-se realizar a antisepsia de todas as superfícies inanimadas que serão usados diretamente ou como apoio para o atendimento odontológico, utilizando álcool 70% ou outro antisséptico, bem como a utilização de barreiras mecânicas (filme PVC), e/ou forro de bancada, além de instrumentais devidamente esterilizado (Atkinson; Freitas; Amorim, 2020). Para o paciente, recomenda-se que o mesmo higienize as mãos e

utilize propé, avental, gorro cobrindo cabelo e orelha (Costa *et al.*, 2017).

Com relação ao caso clínico, observa-se que o sintoma apresentado pelo paciente (xerostomia), sem outra desordem autoimune adjacente, é característico da síndrome de Sjogren (SS) primária, quando há acometimento principalmente das glândulas exócrinas lacrimais e salivares, causando hipofunção salivar, aumento das glândulas parótidas, disfagia, halitose, lesões orais, deterioração dentária dentre outras manifestações, sendo também denominada de síndrome *sicca* (seca) (Cartee *et al.*, 2015; Ambrósio *et al.*, 2016).

A SS também pode envolver praticamente qualquer sistema orgânico, levado a manifestações clínicas sistêmicas, incluindo fadiga, depressão, diminuição do desempenho físico, envolvimento hepático, renal, pulmonar e linfoma, evidenciado pela tríade de sintomas: *secura*, fadiga e dor (Negrini *et al.*, 2022).

Epidemiologicamente, o sexo pode ser um fator de risco para o desenvolvimento da SS, as mulheres apresentam maior incidência dos casos, com probabilidade 10 vezes maior em comparação com os homens (Atzeni *et al.*, 2022). Nesse

caso, o paciente é do sexo masculino, não se encaixando no perfil epidemiológicos da doença, o que sugere uma maior investigação acerca de outras manifestações clínicas, bem como outras doenças autoimunes associadas a SS. Com relação a idade, as manifestações clínicas geralmente se manifestam na 4º e 5º década de vida, como ocorreu com o paciente desse caso clínico (Patel; Shahane, 2014).

A xerostomia conhecida também como *secura da boca*, é a principal queixa oral relacionada a SS, ela ocorre devido à redução da secreção das glândulas salivares que são lesionadas pelo infiltrado linfocitário, produzindo as manifestações clínicas dadas pela sensação de sede, sensação de queimação, alteração no paladar, dificuldade de mastigação e deglutição (BRITO *et al.*, 2016). A cavidade oral privada de saliva está exposta a uma série de fatores desfavoráveis, uma vez que a saliva além de lubrificar, também apresenta propriedades antibacterianas e protetoras de tamponamento (Błochowiak *et al.*, 2016).

O tratamento da SS é principalmente de suporte, focado na sintomatologia, afim de reduzir os riscos de complicações e preservar a qualidade de vida do indivíduo (Hajiabbasi *et al.*,

2016). Nesse caso apresentado, a principal queixa do paciente é a xerostomia, no entanto, o mesmo parece não usar nenhum medicamento para minimizar o sintoma, apenas informou que faz uso da prednisona para o tratamento da SS. A prednisona é um glicocorticoide, potente anti-inflamatório, com ação imunodepressora a depender do tempo e dose, esse medicamento é indicado na SS quando há manifestações extraglandulares mais graves, juntamente com outros fármacos como antimaláricos (hidroxicloroquina), antirreumáticos (Ciclosporina, metotrexato) e o rituximabe, um anticorpo monoclonal de células B (Cafaro *et al.*, 2021).

Não há evidências robustas para o uso de imunossuppressores sistêmicos (prednisona) no tratamento dos sintomas de “boca seca” associado a SS, devido a elevada frequência de eventos adversos secundários a longo prazo, como a xerostomia, que não justificam o seu uso na rotina clínica para esses casos exclusivos, o que nos leva a questionar se o paciente do caso clínico não esteja sofrendo esse efeito adverso secundários (Carvalho *et al.*, 2019). Quando indicado, a prednisona deve ser administrada em baixa dosagem e por tempo determinado (Guerim; Leal; Marquezan, 2022).

Além disso, o uso prolongado e indiscriminado da prednisona apresenta potenciais riscos à saúde, como o aumento da pressão arterial, infecções, diabetes mellitus, osteoporose, alterações comportamentais como depressão, euforia, ansiedade, dentre outras (Ritter *et al.*, 2020). Nesse contexto, a prednisona utilizada pelo paciente pode estar interferindo tanto no sintoma de xerostomia, quanto no controle da pressão arterial, sendo necessário o encaminhamento do mesmo para uma avaliação com um médico reumatologista.

O aumento recorrente ou crônico das glândulas salivares maiores também é frequente e ocorre em aproximadamente um terço dos pacientes. O inchaço glandular geralmente envolve as glândulas parótidas, no entanto, as glândulas submandibulares ou sublinguais também podem ser afetadas. O aumento glandular pode começar unilateralmente, embora geralmente se torne bilateral, portanto, é imprescindível o exame físico dessas estruturas (Cafaro *et al.*, 2021).

O manejo clínico do paciente com a SS primária deve abranger medidas de prevenção e de limitação de dano, vários

produtos estão disponíveis na indústria farmacêutica para amenizar a sensação de boca seca causada pela diminuição da saliva, que irão substituir ou compensar as funções da saliva (Lopes, 2022).

As salivas artificiais estão disponíveis para o tratamento da xerostomia, e seus sintomas geralmente podem ser aliviados pelo uso de produtos de higiene oral que contenham lactoperoxidase, lisozima e lactoferrina, além de medicamentos que induzem a secreção salivar via estimulação do sistema nervoso autônomo, como a pilocarpina, além de medidas não farmacológicas (Aranha, 2021).

Com relação ao uso de medicamento anti-hipertensivo pelo paciente, diversos estudos apontam para a existência de centenas de fármacos com efeitos xerostomizantes, o que pode estar contribuindo para o agravamento do sintoma já instalado pela SS (Kapourani *et al.*, 2022). Nesse sentido, se faz necessário o encaminhamento do paciente para avaliação médica, pois é possível modificar a terapêutica farmacológica, seja pela diminuição da dose, troca ou associação com um fármaco com menos efeitos xerostomizante (HAN *et al.*, 2015).

O paciente informou ser tabagista, esse é um fator de risco para diversas doenças na cavidade oral, levando a diversas manifestações clínicas locais como a xerostomia, hipossalivação, doença periodontal, halitose e lesões, podendo ser malignas ou não (Mustapha *et al.*, 2022).

O efeito nocivo do cigarro atinge as glândulas salivares, a primeira a ser afetada é a glândula parótida, cuja função é secretar saliva mais aquosa, a perda dessa função é compensada pelas glândulas submandibulares e sublinguais que secretam saliva mucosa, isso explica a saliva mais espessa em fumantes (King *et al.*, 2020). Outro aspecto importante é a destruição de macromoléculas protetoras da saliva, enzimas e proteínas causando a perda do seu papel protetor (Dyasanoor; Saddu, 2014).

A nicotina presente no cigarro interfere na microcirculação, produzindo uma redução da irrigação e nutrição da gengiva e osso. Este efeito parece ser decorrente da vasoconstrição simpática, levando ao aumento do risco de aparecimento ou agravamento da lesão periodontal (Bardellini *et al.*, 2018).

No exame clínico realizado no paciente observou-se a presença de gengivite, cáries interproximais em diversos dentes e raízes residuais, sendo evidenciado perca óssea horizontal em ambas as arcadas no Raio X panorâmico, esses achados apresentam importante comprometimento da saúde bucal do mesmo, relacionado com a SS e seu sintoma de xerostomia, associado ao uso de medicações, tabaco e hábitos de higiene oral deficiente.

Zhou *et al* (2018) mostraram que pacientes com SS primária apresentaram risco aumentado de desenvolver cárie dentária e pulpíte independentemente da idade e sexo, podendo ser atribuído à diminuição do fluxo de saliva e às alterações no componente da saliva, resultando em uma mudança dramática na microflora oral. As cáries normalmente iniciam-se na região cervical dos dentes, podendo levar à decapitação coronária, fato observado no paciente do caso clínico.

Além disso, a gengivite e a perca óssea evidenciam a presença de uma doença periodontal instalada. Chapple *et al* (2018), caracterizam a gengivite pelo rubor, edema e ausência de perda de aderência, associada ao biofilme dental, mediada por fatores de risco sistêmicos ou locais. A periodontite é

caracterizada pela destruição progressiva do aparato de inserção dental, apresentando perda dos tecidos periodontais de suporte, nesse caso, relacionada a desordem sistêmica (SS), tabagismo, medicação, bem como estresse emocional e depressão (Steffens; Marcantonio, 2018).

O diagnóstico precoce associado ao tratamento odontológico deve objetivar a minimização dos danos provocados pela xerostomia, o que torna o tratamento odontológico desafiador, pois a falta de saliva reduz a durabilidade das restaurações, aumentando as infiltrações marginais em resinas e promovendo o aumento de lesões cariosas. De fato, ocorre alteração da microbiota oral nesses pacientes, contribuindo para biofilme com perfil mais cariogênico e acidofílico, elevando assim, o risco para cáries e candidíase (Falcão *et al.*, 2013; Cavalcante *et al.*, 2017).

Vale destacar que a periodontite crônica pode estar associada a um aumento no risco de desenvolvimento de uma série de doenças sistêmicas, incluindo doenças cardiovasculares, doenças gastrointestinais, câncer, diabetes, resistência à insulina, doença de Alzheimer e artrite reumatoide (Bui *et al.*, 2019).

As disfunções glandulares podem afetar diretamente a autoestima, as interações sociais e a sensação de bem-estar dos pacientes acometidos. As manifestações orais da SS influenciam na qualidade de vida dos portadores da doença. A partir disso, torna-se indispensável o acompanhamento interdisciplinar contínuo entre o médico reumatologista e o cirurgião-dentista, e quando necessário, o encaminhamento para o acompanhamento psicológico (Torres, 2013). Adicionado a isso, o nosso paciente apresenta sinais de depressão e ansiedade, agravando ainda mais a relação de bem-estar do mesmo.

O alto grau de autocuidado é necessário para o portador da SS e exige ações de educação abrangente, visando motivar as boas práticas de higiene oral, e a manutenção da saúde bucal. É de grande importância que o paciente esteja ciente das complicações relacionadas a doença, por isso é necessário um acompanhamento rigoroso e periódico com profissional (González *et al.*, 2013).

Para os pacientes com a Síndrome de Sjogren leve o prognóstico é bom, mas aqueles com doença moderada a grave têm uma qualidade de vida muito ruim. A boca e os olhos

secos costumam causar sintomas de irritação que não são bem tolerados. Além disso, muitos destes pacientes desenvolvem artrite moderada a grave e a deambulação pode ser difícil. Com o avançar da idade, à medida que a função das glândulas exócrinas diminui, os sintomas também tendem a piorar. A longo prazo, existe o risco de os doentes com síndrome de Sjogren desenvolverem uma doença linfoproliferativa que pode diminuir a esperança de vida (Carsons; Patel, 2023).

Plano de tratamento

O plano de tratamento envolve orientações e prescrições preventivas/terapêuticas de forma consciente e individualizada. Para recuperar a saúde bucal do paciente será necessário o tratamento da xerostomia, da doença periodontal, restauração dos dentes cariados e remoção das raízes residuais.

Ressalta-se que o paciente deve fazer o acompanhamento periódico, tanto com o cirurgião dentista, quanto com o médico reumatologista, afim de monitorar a doença, com o objetivo de minimizar os sinais e sintomas clínicos e suas consequências (Ambrósio *et al.*, 2016).

No que se refere ao protocolo terapêutico odontológico, compreende:

- **Periodontite:** - Realizar a remoção da placa e dos cálculos formados, através de raspagem supra e subgingival e a subsequente profilaxia (Ferreira *et al.*, 2013).
- Acompanhar e avaliar a necessidade de procedimento cirúrgico a depender do avanço da doença. - Amorim e Gurgel (2016) recomendam a utilização de antisséptico com clorexidina, sendo indicado o bochecho de 15 mL de solução de 0,12% a 0,2% durante 1 minuto, de duas a 3 vezes por dia. Deve ser usado com cautela, pois pode provocar manchas extrínsecas reversíveis em caso de uso prolongado, além de afetar temporariamente as sensações gustativas e haver relatos do aparecimento de lesões descamativas na mucosa.

- **Cáries Interproximais:** - Para a restauração dos dentes com cáries interproximais Oliveira *et al* (2019) traz que, por apresentarem melhor manuseio, estética e preservação da estrutura dental, as resinas compostas tem sido a mais utilizada para restaurações interproximais, contudo necessitam de atenção na hora de reestabelecer os pontos de contato, para que ocorra a correta fotopolimerização.

- **Remoção das raízes residuais e prótese:** O paciente necessitará de reabilitação oral para não ficar

desdentado, pois a falta desses elementos afeta o sistema estomatognático e influencia em toda a sua qualidade de vida (Teixeira, 2019). Nesse caso, o planejamento da prótese ou de outras formas de reabilitação devem ser pensadas baseadas na quantidade de dentes faltantes e nas condições gerais do paciente. Embora a reabilitação possa ser realizada com próteses fixas e implantes, as próteses parciais removíveis são de amplo uso por serem mais viáveis financeiramente e por não demandarem procedimentos longos e cirúrgicos (Campbell et al., 2017). Necessária orientação quanto a higienização da prótese com substâncias como clorexidina a 0,12% ou hipoclorito de sódio a 1% por 30 minutos. Evitar o uso da prótese no período do sono noturno (Cartee *et al.*, 2015).

A técnica anestésica nesse caso deve levar em consideração o que se trata de um paciente hipertenso. De acordo com Duarte *et al* (2022) o procedimento anestésico em pacientes hipertensos deve ser feito com bastante atenção, após uma anamnese detalhada e aferição da PA para prevenir efeitos deletérios. Para pacientes com HA compensado tipo I e II é orientado o uso de epinefrina 0,04 mg por sessão e felipressina

como vasoconstritores. Pode-se utilizar também, sem exceder três cartuchos, lidocaína ou mepivacaína com vasoconstritor adrenérgico como epinefrina de 1:200.000 ou 1:100.000 e caso haja contraindicação de adrenérgicos, sugere-se o uso de Prilocaína 3% + Felipressina 1:30.000, ainda segundo o Fabris *et al.* (2018), a maior parte dos anestésicos podem ser administrados, mas este último é o mais indicado. Caso seja paciente com HÁ tipo III, não é recomendado a realização de procedimentos cirúrgicos, apenas de atendimentos emergenciais (Andrade *et al.*, 2014).

- **Orientações sobre higiene oral:** - Reforçar e estimular a higienização oral após todas as refeições e principalmente antes de dormir, bem como o uso do fio dental, pois este período noturno causa ressecamento bucal, permite aumento dos reservatórios de fluoreto e promove remineralização das perdas diárias (Oliveira, 2022). - Enxaguar a boca com água após ingestão de alimentos ácidos e antes da escovação, para aumentar a neutralização dos ácidos (Niemeyer; Aranha, 2022). – Muito importante a utilização de creme dental com baixa abrasividade, sem o detergente laurel sulfato de sódio e que contenha fluoreto entre 1000 e 1500

ppm, como a SensodyneRepair&Protect (LOPES, 2022). - Nesse caso, recomenda-se ainda o uso uma vez ao dia de dentifício com 5000 ppm de flúor, como o Gel Dental Orthogard® devido o maior risco de desenvolvimento de cárie, sem que haja o enxágue bucal após a escovação (Fernandes, 2022; Oliveira; Rosing; Cury, 2022). - O tempo de escovação deverá ser em torno de 2 minutos, não apenas para a remoção do biofilme, mas para aumentar a retenção do fluoreto nos reservatórios bucais, preferencialmente realizar a técnica de BASS, por possuir grande eficácia na remoção da placa, pois alcançam a margem gengival e também subgengivalmente (Oliveira, 2022).

- **Orientação sobre dieta:** - O tratamento da xerostomia é paliativa e também envolve cuidados na alimentação, com uma dieta regrada a frequente ingestão de líquidos e evitar o consumo de alimentos secos e/ou pegajosos (González *et al.*, 2013; Cartee *et al.*, 2015). - Segundo Oliveira (2022) é recomendado controlar o consumo de carboidratos fermentáveis, como a sacarose, pois está promove ação mais cariogênica ao biofilme. Recomenda-se que alimentos ácidos, cafeína, álcool e tabaco sejam evitados (Cartee *et al.*, 2015).

- **Saliva:** - Recomendar estimulação de produção de saliva com pastilhas e gomas de mascar, sem açúcar (CARTEE *et al.*, 2015), que favorecem a eliminação do açúcar, neutralizam os ácidos produzidos, redução dos compostos voláteis responsáveis pelo mau hálito, por até três horas, além de reparar a estrutura dental desmineralizada (Oliveira; Rosing; Cury, 2022). Uso de saliva artificial e géis, promovendo deforma temporária hidratação da mucosa. Disponíveis no comércio do Brasil: KinHidrat® (Pharma-Kin), Xerolacer® (Lacer) e Bioxtra Boca Seca® (Bioxtra) (Aranha, 2022; Oliveira; Rosing; Cury, 2022).

- **Outras medidas profiláticas e acompanhamento:** - Identificar os locais que ocorrem acúmulo de biofilme e removê-los, como por exemplo restaurações mal adaptadas (Gonzáles *et al.*, 2013). - Aplicação de verniz fluoretado ou flúor gel (fluoreto de sódio a 5%) a cada 3 meses (Gonzáles *et al.*, 2013). - Estimular as glândulas a secretar saliva utilizando laser de baixa potência, com comprimento de onda infravermelho, diretamente sobre as glândulas maiores acometidas, com aplicações com intervalos de 3-4 dias (Aranha, 2021). - Fazer o

acompanhamento do paciente por no mínimo a cada 3-4 meses e realizar radiografias interproximais uma vez ao ano para o diagnóstico de cárie precocemente (Cartee *et al.*, 2015).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cirurgiões dentistas são capazes de reconhecer os sintomas da síndrome de Sjogren, promovendo assim um possível diagnóstico precoce com uma equipe multidisciplinar e melhorando a qualidade de vida dos pacientes, com as orientações, prescrições e procedimentos adequados.

Com o acompanhamento contínuo e a adesão ao tratamento prescrito, é possível manter uma qualidade de vida para o paciente, minimizando ou evitando complicações, no entanto, é indispensável que o tratamento seja assistido por uma equipe multidisciplinar.

5. REFERÊNCIAS

- AFFOO, R. et al. Meta-Analysis of Salivary Flow Rates in Young and Older. **Journal American Geriatrics Society**, 2015.
- AMBRÓSIO et al. Sjogren's syndrome's relevant aspects for the dental surgeon. **Revista da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas**, 70(3), 285-289, 2016.
- AMORIM, A.G.; GURGEL, B. C. V. Uso de antibióticos sistêmicos adjuntos à raspagem e alisamento radicular no tratamento da periodontite crônica e periodontite agressiva: uma revisão integrativa da literatura. **Braz J Periodontol**, v. 26, n. 1, p. 39-48, 2016.

ANDRADE, E. D. **Terapêutica medicamentosa em odontologia**. Artes Médicas Editora, 2014.

ARANHA, A.C. **Lasers na prática clínica diária. Guia de informações baseadas em evidências científicas**. São Paulo: Santos Publicações, 2021.

ARANHA, A.C. **Pacientes Sistemicamente Comprometidos**. In: ARANHA, A.C.; MAIA, M.B.; LOPES, R.M. **Guia Clínico de Cremes Dentais**. São Paulo, Santos Publicações, 2022.

ARGYROPOULOU O. D et al. Um ano em revisão 2018: síndrome de Sjögren. **Clin Exp Reumatol**. 2018 maio-junho; 36 Suplemento 112 (3):14-26.

ATKINSON, A.; MACHADO FREITAS, G.; AMORIM, J. BIOSSEGURANÇA EM ODONTOLOGIA: **Revista Cathedral**, v. 2, n. 1, 7 fev. 2020.

ATZENI F, et al. Cardiovascular Involvement in Sjögren's Syndrome. **Front Immunol**, 13: 879516, 2022.

BARDELLINI et al. Lesões da mucosa oral em consumidores de cigarros eletrônicos versus ex-fumantes. **Acta Odontol Scand**. 76 (3):226–228, 2018.

BELSTROM D. The salivary microbiota in health and disease. **Journal of Oral Microbiology**, VOL. 12, 1723975, 2020.

BŁOCHOWIAK K. et al. Oral mucosal manifestations in primary and secondary Sjögren syndrome and dry mouth syndrome. **Postepy Dermatol Alergol**. 2016 Feb; 33(1): 23–27.

BRITO P. et al. Diagnóstico precoce da síndrome de Sjögren primária: recomendações clínicas da força-tarefa EULAR-SS. Especialista **Rev Clin Immunol**. 2016;12(2):137-156.

BRITO Z. P., RETAMOZO S., RAMOS C. M. Fenotipagem da síndrome de Sjögren: rumo a um manejo personalizado da

doença. **Clin Exp Reumatol.** 2018 maio-junho; 36 Suplemento 112 (3):198-209

BUI et al. Association between periodontal pathogens and systemic disease, **Biomedical Journal**, Volume 42, Issue 1, Pages 27-35, 2019.

CAFARO G, et al. One year in review2021: Sjögren's syndrome. **Clin Exp Rheuma**, 2021;. 39(6): 3-13.

CARSONS S. E, PATEL B. C. Síndrome de Sjogren. In: StatPearls [Internet]. Ilha do Tesouro (FL): Publicação **StatPearls**; 2023 janeiro.

CARTEE, D.L et al.Sjögren'sSyndrome: Oral Manifestations and Treatment, a Dental Perspective. **J Dent Hyg**, Chicago, v. 89, n. 6, p. 365-371, 2015.

DUARTE, C. J. S. .; MAIA, L. L. .; MENDONÇA, L. F. A. .; MEIRA, G. de F. .; SOUZA ,G. C. de . The use of anesthetic solutions in dentistry in patients with arterial hypertension. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 16, p. e448111638306, 2022.

DYASANOOR S, SADDU SC. Associação de xerostomia e avaliação do fluxo salivar por meio do teste de Schirmer modificado entre fumantes e indivíduos saudáveis: um estudo preliminar. **J Clin Diagnóstico Res** . 2014. Janeiro; 8 (1):211–3.

FABRIS, V. et al. (2018). Conhecimento dos cirurgiões dentistas sobre o uso de anestésicos locais em pacientes: diabéticos, hipertensos, cardiopatas, gestantes e com hipertireoidismo. **Journal of Oral Investigations**, 33-51.

Falcão, D.P. et al. Sialometria: Aspectos de interesse clínico. **Revista Brasileira de Reumatologia**, 2013; V.53.

FERNANDES, M.R.U. **Dentifrícios com Alta Concentração de Fluoretos**. In: ARANHA, A.C.; MAIA, M.B.; LOPES,

R.M. Guia Clínico de Cremes Dentais.São Paulo, Santos Publicações, 2022.

FERREIRA, A. C. R. et al. doença periodontal: um mal que pode ser evitado. **Braz J Periodontol.** v. 23, n.03, p. 16, 2013.

FREEMAN, S. C. et al. Development of an interactive web-based tool to conduct and interrogate meta-analysis of diagnostic test accuracy studies: MetaDTA. **BMC Medical Research Methodology**, v. 19, n. 1, p. 81, 2019.

GONZÁLEZ, S et al. Oral manifestations and their treatment in Sjögren's syndrome **Oral Dis., Santiago**, v. 20, n. 2, p. 153-161, 2013.

GUERIM, P.H.; LEAL, D.B.R.; MARQUEZAN, P.K. Medicamentos utilizados no tratamento do lúpus eritematoso sistêmico e suas repercussões orais. Pesquisa, **Sociedade e Desenvolvimento** , [S. l.] , v. 5, pág. e17511528151, 2022.

HAJIABBASI, A., et al (2016). Secondary sjogren's syndrome in 83 patients with rheumatoid arthritis. **Acta Medica Iranica**, 54(7), 448–453.

KAPOURANI et al. A review on xerostomia and its various management strategies: the role of advanced polymeric materials in the treatment approach. **Polymers**, 14, 850; 2022.

KING et al. Sintomas negativos de saúde relatados por jovens usuários de cigarros eletrônicos: resultados de uma pesquisa nacional com jovens dos EUA. **Viciado Comportamento**. 2020; 104 :106315.

LOPES, R.M. **Biocompatibilidade dos dentifrícios**. In: ARANHA, A.C.; MAIA, M.B.; LOPES, R.M. Guia Clínico de Cremes Dentais.São Paulo, Santos Publicações, 2022.

MICHAILIDOU, E. et al. Salivary mRNA markers having the potential to detect oral squamous cell carcinoma segregated

from oral leukoplakia with dysplasia. **Cancer Epidemiologic**, v. 43, p. 112- 118, 2016.

MUSTAPHA AD, et al. Smoking and Dental Implants: A Systematic Review and Meta-Analysis. **Medicina**, 2022; 58(39).

NEGRINI S et al. Sjögren's syndrome: a systemic autoimmune disease. **Clin Med**, 2022; 22(1): 9-25.

NIEMEYER, S.H.; ARANHA, A.C. **Dentifrícios Antierosivos**. In:ARANHA, A.C.; MAIA, M.B.; LOPES, R.M. Guia Clínico de Cremes Dentais. São Paulo, Santos Publicações, 2022.

PIO C. et al. Protocolo odontológico para pacientes com Síndrome de Sjögren. **Congresso Brasileiro de Ciências e Saberes Multidisciplinares**, [S. l.], p. 1–8, 2022.

PYTKO-POLONCZYK, J. et al. Artificial saliva and its use in biological experiments. **Journal of Physiology and Pharmacology**, 68, 6, 807-813, 2017.

RITTER, J.M. et al. 2020. Rang & Dale **Farmacologia**. (9th ed.). Rio de Janeiro, RJ: GEN Guanabara Koogan.

STEFFENS, J. P.; MARCANTONIO, R. A. C. Classificação das Doenças e Condições Periodontais e Peri-implantares 2018: guia Prático e Pontos-Chave. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 47, n. 4, p. 189–197, 2018.

TORRES S.L.C. **Síndrome de Sjogren**.p. 1-41, Mestrado Integrado em Medicina. ,Universidade de Porto/Centro Hospitalar de Porto,Porto,2013.

ZHOU Z. et al. Molecular analysis of oral microflora in patients with primary Sjögren's syndrome by using high-throughput sequencing. **Peer J**. 2018;6:e5649

6. MAPA MENTAL

APÊNDICE - 6

MODELO DE PROJETO DE PESQUISA

PROJETO DE PESQUISA	
1. IDENTIFICAÇÃO:	
<input type="checkbox"/> PIC - Programa de Iniciação Científica <input type="checkbox"/> PIBIC - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica	
2. PROPONENTE:	
<input type="checkbox"/> Curso de Graduação <input type="checkbox"/> Instituição	
3. ÁREA DO CONHECIMENTO*:	
<input type="checkbox"/> Ciências da Saúde <input type="checkbox"/> Ciências Agrárias <input type="checkbox"/> Ciências Sociais e <input type="checkbox"/> Ciências Biológicas Aplicadas <input type="checkbox"/> Ciências Humanas <input type="checkbox"/> Ciências Exatas e da <input type="checkbox"/> Linguística, Letras e Artes Terra <input type="checkbox"/> Multidisciplinar * As subáreas estão descritas no Anexo e disponível no link https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf	
4. LINHA DE PESQUISA:	
Considerar uma das linhas de pesquisa contidas no Projeto Pedagógico do Curso/ Grupo de Pesquisa Docente	
5. DOCENTE ORIENTADOR	
Nome: E-mail: Cel/ WhatsApp@: inserir o ddd. Instituição: Link do C. Lattes:	

6. ACADÊMICO
<p>Nome: E-mail: Cel/ WhatsApp®: inserir o ddd. Instituição: Link do C. Lattes: Cada acadêmico colaborador deve preencher os mesmos campos. Basta copiar e colar os campos de nome, cel, e-mail e link do c. lattes Muito importante envolver mais de um aluno na pesquisa, independente da modalidade em que a pesquisa se enquadra.</p>
7. PROTOCOLO DE COMITÊ DE ÉTICA (SERES HUMANOS OU ANIMAIS)
8. TÍTULO
9. RESUMO
Deve ser escrito com até 150 palavras e conter o objetivo geral, a justificativa e a metodologia do projeto.
10. PROBLEMA
Pergunta norteadora da pesquisa
11. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E JUSTIFICATIVA
<p>Neste local o proponente deve fazer o uso de citações, com o uso de, no mínimo, CINCO FONTES LITERÁRIAS DE PESQUISA, que podem ser variadas entre: periódicos, livros, revistas especializadas, artigos, etc.</p> <p>Lembrando que todas as citações aqui referenciadas devem ser apresentadas nas referências bibliográficas deste projeto.</p> <p>Para a justificativa, o proponente deve se basear nas seguintes perguntas: Como nasceu a ideia do projeto? Por Quê? Qual a RELEVÂNCIA CIENTÍFICA?</p>

Início de coleta de dados												
Análise dos dados												
Resultados e discussão												
Considerações finais												
Apresentação do artigo												
Publicação												
16. ASSINATURA												
17. CIDADE E DATA												
Barra do Garças-MT, ____ de _____ de 202?.												

APÊNDICE - 7

FORMATAÇÃO DE FIGURAS E/OU GRÁFICOS

A cordilheira dos Andes, localizada na América do Sul, está entre as mais extensas cordilheiras do mundo. Seu relevo abrange geleiras, vulcões, pradarias, desertos, lagos e florestas (Figura 1).

Figura 1 – Vista geral da Cordilheira dos Andes.



Fonte: Autoria própria ou Melo (2024).

Observação: Quando a fonte for de autoria própria, é opcional referenciá-la.

APÊNDICE - 8

FORMATAÇÃO DE QUADROS

No Centro Universitário do Vale do Araguaia as aulas práticas acontecem em ambientes específicos (Quadro 1).

Quadro 1- Quantidade de aulas práticas nos anos de 2022 e 2023-1.

Laboratórios	2022	2023-1	Laboratórios	2022	2023-1
Anatomia animal	92	38	Promoção à saúde	10	0
Anatomia humana	125	95	Prótese odontológica	15	0
Biologia	111	56	Química	184	54
Biotério	8	0	Radiologia	7	16
Bromatologia	97	35	Solos	97	10
Cinesioterapia	135	48	Fundamentos de enfermagem	158	34
Clínica veterinária	21	17			
Clínica odontológica I	2	0			
Clínica odontológica II	94	21			
Endodontia	145	50			
Estética corporal	121	37			
Estética capilar	51	7			
Materiais dentários	68	17			
Patologia animal	43	8			

Fonte: Autoria própria ou Melo (2024).

Observação: Quando a fonte for de autoria própria, é opcional referenciá-la.

APÊNDICE - 9

FORMATAÇÃO DE TABELAS

No Centro Universitário do Vale do Araguaia as aulas práticas acontecem em ambientes específicos (Tabela 1).

Tabela 1- Quantidade de aulas práticas nos anos de 2022 e 2023-1.

Laboratórios	2022	2023-1	Laboratórios	2022	2023-1
Anatomia animal	92	38	Promoção à saúde	10	0
Anatomia humana	125	95	Prótese odontológica	15	0
Biologia	111	56	Química	184	54
Biotério	8	0	Radiologia	7	16
Bromatologia	97	35	Solos	97	10
Cinesioterapia	135	48	Fundamentos de enfermagem	158	34
Clínica veterinária	21	17			
Clínica odontológica I	2	0			
Clínica odontológica II	94	21			
Endodontia	145	50			
Estética corporal	121	37			
Estética capilar	51	7			
Materiais dentários	68	17			
Patologia animal	43	8			

Fonte: Autoria própria ou Melo (2024).

Observação: Quando a fonte for de autoria própria, é opcional referenciá-la.

APÊNDICE - 10

MODELO DE CAPA



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO ARAGUAIA
GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA

ODONTOLOGIA HOSPITALAR NO BRASIL –
UMA VISÃO GERAL

NATALINA GALDEANO ABUD CHAUD

Barra do Garças, 2024

APÊNDICE - 11

MODELO DA FOLHA DE ROSTO



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO ARAGUAIA
GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA

ODONTOLOGIA HOSPITALAR NO BRASIL – UMA VISÃO GERAL

NATALINA GALDEANO ABUD CHAUD

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Odontologia, sob orientação do(a) professor(a) Me. Gersileide Paulino de Aguiar Vilela.

Barra do Garças, 2024

APÊNDICE - 12

MODELO DE ARTIGO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O RECONHECIMENTO DA UNIÃO POLIAFETIVA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO²

Emyly Heilans Pereira de Abreu³
Wanderson Moura de Castro Freitas⁴

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os impactos que o reconhecimento do Poliamor poderá trazer para o meio social e jurídico, tratará da (im)possibilidade de implementação da União Poliafetiva figurando as realidades afetivas familiares. Contribuirá também com elementos da ascensão familiar para que se possa compreender a gênese do tema a ser abordado e sua evolução histórica, até se chegar a presumíveis repercussões ao Direito Previdenciário no Brasil, como na Pensão por Morte. Atentando-se a alcançar tais objetivos desta pesquisa, foi desenvolvida a sua metodologia por meio de pesquisas bibliográficas, como doutrinas, artigos científicos, e também pesquisas jurisprudenciais, com complemento da Constituição Federal de 1988, Código Civil e outros atos normativos específicos do Direito Previdenciário. Desse modo, foi demonstrada como se daria essa relação entre a União Poliafetiva quanto aos benefícios previdenciários, como também a viabilidade de hipóteses de benefícios complementares como um viés de escape e amparo a estes.

² Artigo Científico desenvolvido como exigência parcial para obtenção de título de Bacharel em Direito do Centro Universitário do Vale do Araguaia, Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil.

³ Discente do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Araguaia, Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil.

⁴ Professor Mestre Orientador do Trabalho Científico do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Araguaia, Barra do Garças, Mato Grosso, Brasil.

Palavras-Chave: Direito Previdenciário; Pensão por Morte; Poliafetividade.

Abstract: This article aims to analyze the impacts that the recognition of Polyamory could bring to the social and legal environment, it will deal with the (im)possibility of implementing the Polyamory Union taking into account family affective realities. It will also contribute with elements of family growth so that one can understand the genesis of the topic to be addressed and its historical evolution, until arriving at the presumed repercussions on Social Security Law in Brazil, such as the Death Pension. Trying to achieve the objectives of this research, its methodology was developed through bibliographic research, such as doctrines, scientific articles, and also jurisprudential research, complemented by the Federal Constitution of 1988, the Civil Code and other specific normative acts of Social Security Law. In this way, it was demonstrated how this relationship would occur between the Polyffective Union in terms of social security benefits, as well as the predictions of hypotheses of complementary benefits such as an escape trip and support for these.

Keywords: Social Security Law; Death Pension; Polyaffectivity.

1. INTRODUÇÃO

A priori os motivos que levaram a construção deste artigo, iniciou-se pela vontade de aprofundamento sobre o tema específico, advindo de outros interesses como a busca pelo entendimento e conseqüentemente uma promoção a valorização da diversidade em um mundo que apesar de suas grades conquistas, ainda necessita adequar-se com mais afinco de acordo com as constantes transformações do mundo, como também se as pessoas envolvidas nas Uniões Poliafetivas,

sofrieriam com a falta de regulamentação própria. Tal União Poliafetiva ou o Poliamor, trata-se de uma relação envolvendo três pessoas ou mais, onde os envolvidos possuem interesses compatíveis entre si, desde a relação amorosa até a constituição de família ou a conseqüente extensão, a prole.

A importância de se explorar por meio de uma visão categoricamente jurídica, tendo em vista a percepção da sua aplicação no Direito Previdenciário mais especificamente, observando como se dá a importância da proteção dos direitos das pessoas, como a garantia dos indivíduos da sociedade de viverem de forma dignidade, com respeito às suas diferenças. Apesar de não possuir esse status de uma entidade familiar reconhecida, alguns doutrinadores e até mesmo juristas são receptivos a esta categoria tratando desde a busca pelo seu significado, à sua relevância no campo social, jurídico.

No contexto social da contemporaneidade, as mudanças são constantes e perceptíveis nas próprias relações entre os indivíduos, que não seria diferente, e encontra-se em meio a desafios, levando-se em conta as convicções enraizadas na sociedade, mesmo que os tempos sejam outros, pensamentos baseados em uma relação familiar patriarcal, ou monogâmica, que ainda causa grandes

conflitos no momento em que se analisa a observância da diversidade, da igualdade e da inclusão.

Quando se fala em família, seu conceito vai muito além de uma relação monogâmica, é mais que uma relação em que se é constituída com base no patriarcado, onde a religião e o Estado detinham grande influência, assim, envolvem princípios que a muito tempo precisavam se fazer presente, como a afetividade, a dignidade da pessoa humana, a igualdade, mas também a diversidade de manifestações amorosas e outros tão importantes quanto. Logo, o Direito de Família é um grande exemplo das tentativas de se acompanhar as transformações, mas também da necessidade de se tutelar de forma mais abrangente, aqueles que muitas vezes não se enquadram na ideia do que é correto e do que é errado na opinião de muitos.

E como os ramos dos direitos se entrelaçam, pode-se dizer que existe uma necessidade de evolução jurídica em conjunto. Podendo ser colocado à disposição aqui, o Direito Previdenciário, que também é plausível comentar que teve por base a sua construção, as relações monogâmicas, e que seus dispositivos, precisam acompanhar mais afundo as diversificadas formas de relações que se fazem presentes ao decorrer dos anos. Tendo em vista que este ramo do Direito também veio com o intuito de

resguardar aqueles que de alguma forma se tornaram vulneráveis, como por exemplo, quanto ao benefício da Pensão por Morte.

Portanto, para a realização deste artigo foram utilizados aqui pesquisas bibliográficas com doutrinas nos ramos do Direito Previdenciário, Direito de Família e outros, que ao longo do trabalho foram de suma importância para dar o devido embasamento, como também a Lei Maior com enfoque em seus princípios fundamentais, leis específicas do Direito Previdenciário para as possíveis aplicações a União Poliafetiva, pesquisas jurisprudenciais para equiparação de casos e fundamentação, inclusive estudos de artigos já publicados relacionados ao tema em questão.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE FAMÍLIA

É relevante comentar e perceptível, a evolução que o significado de família passou a ter com o decorrer dos anos, e assim como a sociedade civilizatória perfaz-se mediante o Direito, por este organizar a comunidade por meio de suas regras, e o Direito de Família que sempre se fez presente, pois não há sociedade sem a família, sendo a vida feita por meio das relações.

Tal conceito, até nos dias atuais mesmo que involuntariamente, logo é feito uma confusão com o conceito de casamento, por grande influência do Estado e da religião, sendo confundido até mesmo por muitos juristas, como expõe Pereira (2021). Diante disto, ao se falar em constituir família, pensam diretamente em casamento, porém notadamente passou a existir por exemplo, a união estável, frisando ainda que a própria Constituição Federal traz a inclusão de entidade familiar como sendo "qualquer dos pais e seus descendentes" (art. 226 da Constituição Federal de 1988⁵).

Para Pereira (2021, p. 42-43) “A família é a célula básica de toda e qualquer sociedade, desde as mais primitivas até as mais contemporâneas. Mas seu conceito transcende sua própria historicidade”, devendo antes para sua contextualização, fazer um breve histórico quanto a este tema.

Tanto a Declaração Universal dos Direitos do Homem em seu art. XVI, §3º⁶, quanto a Convenção Americana sobre Direitos Humanos em seu art. 17⁷, número 1, no ano de 1969,

⁵ Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

⁶ Art. 16, III A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

⁷ Art. 17, 1 A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e deve ser protegida pela sociedade e pelo Estado.

abordaram à época sobre os conceitos de família. No entanto, devido às constantes mudanças do mundo e as consequentes transformações sobre os envolvimento amorosos, se nota que a família transcende sua própria história. E continua o autor Pereira (2021, p. 44), trazendo que essas “novas estruturas parentais e conjugais” vêm causando grandes desafios aos padrões familiares impostos pela sociedade, traz ainda que em um momento a família se faz em sentido mais amplo, já em outro momento, em sentido mais restrito, retratando-se a família do modelo romano.

Quando falamos em Direito Brasileiro, mais uma vez realçando que a figura que se baseia a entidade familiar em todo tempo foi embasada em pais e filhos ligados e consagrados pelo casamento, e aquelas relações e filhos fora do casamento, o que sempre esteve presente independente da época, não eram tutelados pelo Estado considerando uma questão moral e ética, mas com o advento da Constituição Federal de 1988 esta visão foi modificada, havendo uma ampliação.

Versa ainda a ideia de que Paulo Lôbo (*apud* Pereira, 2021, p. 45) traz uma linha de trajetória do Direito de Família no Brasil, sendo dividida em três momentos que seriam basicamente, o primeiro da colônia ao império, nos anos de 1500

até 1889, onde o que se predominava eram questões religiosas, ou seja, o direito canônico; em segundo momento que ocorreu dos anos de 1889 da Proclamação da República até a Magna Carta de 1988, houve uma quebra no patriarcado; e por fim na terceira fase, houveram mudanças consideráveis no decorrer do tempo, e o Direito veio seguindo e colaborando com essas mudanças, resguardando os direitos de todos, até mesmo para as novas formas de famílias.

Salientando que com o surgimento do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, em 1997, trouxe consigo inovações, permitindo uma maior segurança àqueles que necessitam de apoio jurídico e resguardando os valores das famílias.

Ainda que não haja o reconhecimento positivado da União Poliafetiva como uma entidade familiar, argumentos são produzidos em prol deste gênero afetivo, discutindo sobre seus efeitos e observando a sua possível inclusão. Assim, é interessante comentar quanto ao histórico sobre o conceito de família, como cita Azevedo (2019).

Em seu ponto de vista, nos primórdios a característica da Poligamia fez com que surgisse a integração da família na sociedade, não deixando de abordar também, que muitos

acreditavam na poliginia (sendo aquele onde o homem manteria relação com várias mulheres, ou seja, era símbolo do patriarcado), já outros, pouco provável, acreditavam na poliandria (identificado pela relação da mulher com vários parceiros). Destacando assim, que os elos tinham por principal objetivo a procriação, coexistindo o traço inerente da promiscuidade. (Azevedo, 2019, p. 26)

Tinha-se por base o princípio da autoridade, exercendo sobre os filhos a *ius vitae atque necis*, ou seja, o pater possuía um poder extremo, podendo decidir até sobre a vida e a morte dos filhos, fazendo o que bem entendia, como vendê-los, castigá-los, matá-los como uma forma de punição. (Azevedo, 2019, p. 406)

As mudanças, mesmo que pequenas, começaram a surgir posteriormente com o tempo, vivendo uma “nova” realidade, a do casamento *sine manu* que principiava o distanciamento do patriarcado, dando aos filhos uma maior liberdade, como também para a mulher que passou a ter conseqüentemente certa autonomia em sua própria vida, em seus bens, comparando-se com as primeiras relações existentes como trouxe Gonçalves (2019).

Obsoleto estes tempos remotos, é interessante comentar que houve uma grande influência romana quando se trata de família. Como esclarece Rizzardo (2019) que a figura atribuída era a do *pater familias*, ou seja, o chefe da família, onde possuía o domínio de sua prole e de sua esposa que era totalmente submissa ao marido, sendo equiparada a um objeto, além disso, detinha de poder sobre escravos.

Trazendo os questionamentos para mais perto de nossa realidade, onde a particularidade da sociedade brasileira era a de ser patriarcal e campestre, ou seja, como se observa os ancestrais não tão distantes, que detinha a reprodução de vários filhos.

Entretanto, diante as modificações humanitárias, aquele modelo seguido com intuito laboral para que se pudesse garantir uma manutenção da família havendo a representação do *pater familia*, passou a mulher, em caráter de evolução, ter o poder de sair do ambiente familiar, que antes a mesma vivia em função deste, a trabalhar fora do núcleo familiar, e conseqüentemente a quantidade de filhos foi reduzindo.

Atualmente, podemos dizer que já foram superadas tais questões um tanto quanto retrógradas, pois as relações por afeto, por afinidade, por parentesco foram se expandindo ainda mais, como já existem, a legitimação de uniões homoafetivas, uniões

monoparentais, anaparentais entre outras formas de afeto. À vista disso, Pereira (2021, p. 189-189) acentua que o princípio da afetividade ganhou vez no sistema jurídico brasileiro atentando-se que as pessoas passaram a visar em suas relações o amor, passando este a ser a família sem o “locus”, passando da visão instituidora, para a formadora, estruturadora de sujeitos.

Não se perfaz o ato de comparar esta categoria com a relação poligâmica, porque nesta última, não existe envolvimento de afeto com as terceiras pessoas envolvidas, mas sim uma situação onde a primeira pessoa assumida é enganada, traída, exposta a situações vexatórias moralmente falando, perante toda a sociedade. E de maneira alguma poderá ser feita analogia ao crime de Bigamia trazido pelo art. 235 do Código Penal.

Uma vez que a bigamia, como traz o próprio Código Penal, onde criminaliza o ato de contrair um novo casamento, ou seja, a pessoa que já convive em um casamento, ou até mesmo aquela pessoa sabendo que este alguém é casado, contraia casamento com a pessoa já casada. Logo, percebe-se que nada se pode comparar com as uniões poliafetivas.

Observando que o Código Civil de 1916, assim como um conjunto de leis posteriores que continham em um período

anterior, a família era como um centro movido pelo patriarcado, e foi se alterando as características das novas relações com o quesito da afetividade.

A afetividade é temática que Dias (2015) aborda como fenômeno fundamental para o Direito de Família, estando envolvido nas relações socioafetivas em caráter matrimonial e biológico, pois vai além do laço familiar existente, alcançando ainda um âmbito externo, entre as famílias com um intuito humanitário.

A própria Carta Magna garante a boa qualidade de vida, a empatia, o amor, o afeto, mesmo que de forma indireta, e existe a confluência com o princípio fundamental da felicidade, que por consequência, está atrelado com a Dignidade da Pessoa Humana, ou seja, que o mínimo seja garantido a todas as pessoas.

A preocupação com o indivíduo teve um maior foco após a Constituição de 1988, pois antes se preocupavam bastante com o patrimônio, com interferência estatal, religiosa, política, econômica e social, trazendo até um resguardo mais aprofundado para as famílias, e Lôbo (2004, n.p.), faz a seguinte menção “Sob o ponto de vista do melhor interesse da pessoa, não podem ser protegidas algumas entidades familiares e

desprotegidas outras, pois a exclusão refletiria nas pessoas que as integram por opção ou por circunstâncias da vida, comprometendo a realização do princípio da dignidade humana”.

Podemos citar como um exemplo bem recente, o reconhecimento quanto a união estável como entidade familiar, não tem como fator o casamento propriamente dito, não há a chancela do casamento, mas sim a união por meio da afetividade. E foi trazida por meio do §3º do art. 226 da Constituição Federal de 1988, como também se encontra no art. 1.723 do Código Civil de 2002.

3. UNIÕES POLIAFETIVAS E AS UNIÕES JÁ RECONHECIDAS, À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Não devemos confundir as uniões poliafetivas com as uniões paralelas, pois nesta última a pessoa possui mais de uma relação, seja ela duas uniões estáveis, ou um casamento e uma união estável, ficando sob responsabilidade do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça regulamentarem sobre essas questões, analisando as

aplicabilidades quanto aos direitos previdenciários e os direitos sucessórios.

Nota-se que a relação paralela se faz constante em nossa sociedade, estas famílias denominadas também como simultâneas, para adentrarmos melhor nesta distinção, caracteriza-se pela ocasião em que uma pessoa que já possui vínculo conjugal ou até mesmo união estável como citado anteriormente, sem haver o divórcio por exemplo, contraí outra união sem que as outras partes tenham ciência da existência uma da outra, agindo de má-fé configurando a infidelidade, a traição.

Diante da decisão do RE 1.045.273 podemos analisar quanto ao discutido acima, que traz acerca da possibilidade ou não do reconhecimento de duas Uniões Estáveis Paralelas/Simultâneas por parte do Estado podendo caracterizar inclusive como Concubinato que está disposto no art. 1.727 do Código Civil, como a consequente concessão ou a desconformidade da aplicação de Pensão por Morte para ambos os companheiros sobreviventes sem distinção de ser uma união hétero ou homoafetiva. Ficando decidido quanto a impossibilidade de reconhecimento de uma outra união estável com a já existência de uma primeira reconhecida nos parâmetros jurídicos, estando assentado por valores monogâmicos, como da

mesma forma ao não reconhecimento do emprego de tal benefício. Frisando que não há que se comparar com união poliafetiva, perante a impossibilidade de aplicação da Pensão por Morte nos casos onde existem as relações paralelas:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 529. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RATEIO ENTRE COMPANHEIRA E COMPANHEIRO, DE UNIÕES ESTÁVEIS CONCOMITANTES. IMPOSSIBILIDADE. 1. A questão constitucional em jogo neste precedente com repercussão geral reconhecida é a possibilidade de reconhecimento, pelo Estado, da coexistência de duas uniões estáveis paralelas, e o consequente rateio da pensão por morte entre os companheiros sobreviventes [...] 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

Gagliano (2008) traz que Poliamorismo ou Poliamor, trata-se inclusive de uma teoria parte da Psicologia para o Direito, onde os envolvidos se relacionam de forma que todos saibam da existência um do outro, de forma livre, porém com um intuito maior, vai além da satisfação carnal como acontece em outros estilos de relação, pois aqui possuem afeto entre si, a vontade de transcender este amor por meio da constituição de família, construção de patrimônios e outros.

Segundo Lins (2017) o Poliamor significa ter muitos amores envolvidos de forma recíproca e intensa. A autora traz dois sujeitos, Linssen e Wik, salientando em dado momento que se faz muito habitual, casais que exploram novas formas de diversificar o relacionamento acrescentando novos integrantes, a princípio de forma casual, e que depois acabam optando por manter um relacionamento estável com essas outras pessoas, todas com o mesmo interesse.

Tendo em vista que as leis variam de país para país, e que ao ser pauta de assunto essa nova modalidade de família, que em alguns lugares existem passos que se avançaram para a inclusão dessa categoria em suas regulamentações, como por exemplo em Somerville nos EUA, esta pauta quanto ao seu reconhecimento ou não e suas repercussões nos parâmetros brasileiros, seria um também um progresso.

E faz-se de suma importância trazer mais categoricamente como exemplo, na Pensão por Morte, abrangendo algumas questões que podem envolver desde sua identificação, quem são os dependentes, sendo crucial a revisão destas qualificadoras para a determinação de quem se enquadra nos quadros dos dependentes ou não como dispõe o art. 74, da lei nº 8.213/91, podendo possibilitar aos envolvidos em uma relação poliafetiva,

maior segurança jurídica. Ademais, as possíveis disputas judiciais que podem ser desencadeadas, ocasionariam grandes litígios entre os integrantes do relacionamento poliamoroso, podendo até desemparrar algum.

Adentrando melhor nos princípios, que a priori já foi mencionado no tópico 2.1, parágrafo terceiro, fala-se em Dignidade da Pessoa Humana advindo dos princípios da liberdade, da igualdade, como também o princípio da cidadania, assegurado pelo art. 1º, inciso III⁸ da Carta Magna, com o intuito de resguardar todos aqueles que precisam ser amparados, mas seguindo um outro princípio, que seria o da Intervenção Mínima do Estado ou o denominado Direito de Família Mínimo.

E este último, protege toda questão de dar a opção às pessoas de viverem seus relacionamentos de uma forma que não se preocupem se estarão impedidos de viverem socialmente e juridicamente falando. Embora este último princípio não se encontre de forma direta em dispositivo, pode ser percebido no art. 1.513 do Código Civil de 2002 que diz “É defeso a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família”.

⁸ Art. 1º, III - a dignidade da pessoa humana.

Tal princípio da Liberdade, apontado no art. 5º⁹ da Constituição Federal proporciona a possibilidade de as pessoas, mais especificamente no direito de família, de relacionar-se da forma que se sentir melhor, tendo em vista não só a vivência perante a sociedade, como também na perspectiva jurídica desde o reconhecimento desta modalidade familiar, envolvendo questões de regime de bens, como sucessórias, dissolução e outros.

Observando a importância do princípio da Igualdade, como sendo uma forma de fazer cessar a grande desigualdade e a falta de abertura para o nascimento e fortalecimento do que é fato, a constante mudança da sociedade, que é uma realidade. Levando em questão que atualmente a figura do patriarcado não se faz mais presente em regra, passou a ser igualado, os direitos e os deveres entre o homem e a mulher, de forma mútua.

Assim, como demonstra o artigo 226, §5º¹⁰ da Constituição Federal de 1988, trazendo essa igualdade de

⁹ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

¹⁰ Art. 226, § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

direitos e deveres; e os artigos 1.566, em seu inciso IV¹¹ trazendo quanto a responsabilidade de ambos quantos aos filhos, o 1.511¹² tratando da paridade dentro de um casamento, e o 1.567¹³ dispondo sobre uma direção na conjugalidade em vista seus interesses e da prole, todos estes últimos dispositivos do Código Civil de 2002. Assim, reforça Pereira (2021, p. 179-180) e traz bem tal situação, onde a Lei Maior ocasionou um grande passo revolucionador no Direito de Família, tenho em vista três eixos que sobre princípios em se tratando dos vínculos familiares “1º) homens e mulheres são iguais perante a lei (Arts. 5º, I, e 226, § 5º); 2º) pro-teção a todas as formas de constituição de família (Arts. 226, caput); 3º) todos os filhos são iguais em direitos, independentemente se havidos de um casamento ou não (Art. 227, § 6º)”.

Em complemento, o princípio do Pluralidade de Formas Familiares, exposto por Pereira (2021, p. 183-188) em seu livro “Direito das Famílias”, quebra o que está enraizado, mesmo que quase erradicado na contemporaneidade, da implicação mesmo

¹¹ Art. 1.566, IV - sustento, guarda e educação dos filhos;

¹² Art. 1.511. O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônju- ges.

¹³ Art. 1.567. A direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos.

que só moral, de uma única forma familiar e em uma única maneira de se considerar uma sociedade, que seria o casamento. Surgiu então a partir desta evolução, a união estável, bem como a família monoparental.

Pereira (2021) trata que Jacques Lacan em seu livro “A Família”, contempla sobre a identificação de que a família vem de um caráter cultural e não pela natureza, ou seja, esta adveio de vivências cotidianas. Isto em uma análise de que as normas jurídicas são decorrentes da vida, considerando os atos praticados por repetidas vezes pela sociedade, levando-se em conta um fator familiar da Psicologia, o complexo. Neste sentido, o respectivo autor, o Lacan (1981, p. 14-15), no Capítulo I, que aborda quanto “O complexo, factor concreto da psicologia familiar”, em seu livro “A Família”:

Por si só esta definição implica que o complexo é dominado por factores culturais: no seu conteúdo, representativo dum objecto; na sua forma, ligada a uma etapa vivida da objectivação; enfim na sua manifestação de carência objectiva, em relação a uma situação actual, isto é sob o seu triplo aspecto de relação de conhecimento, de forma de organização afectiva e de provação ao choque do real, o complexo compreende-se pela sua referência ao objecto. Ora, toda a identificação objectiva exige ser comunicável, quer dizer repousa sobre um critério cultural; é também

através de vias culturais que ela é a maior parte das vezes comunicada. [...]

Outro princípio é o da Afetividade, que mesmo encontrando-se de forma implícita no já mencionado art. 226 da Constituição Federal de 1988, integrando os componentes caracterizadores para a constituição da família. De acordo com Pereira (2021, p. 188), afeto vai além de ser um sentimento, isto é, um comportamento que envolve o zelo, um apoio familiar parental e de conjugalidade. Logo, trata-se de um princípio constitucional do rol de princípios não expressos, ou seja, faz-se implícito nas normas constitucionais e é fundamentado como por exemplo, por meio dos dispositivos: art. 1º, III com o princípio da Dignidade da Pessoa Humana; o art. 3º, I quanto a solidariedade; o art. Art. 227, § 6º que traz sobre a paridade entre os filhos; o art. 227, §§ 5º e 6º, quanto a afetividade na adoção, e outros.

Presenciando o entendimento da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ, expressou em uma dada ocasião, na REsp de nº 1.974.218, que a fidelidade não afastaria a união estável entre um casal, onde houveram relações extraconjugais por parte do companheiro. Seguindo a Ementa:

Ementa: CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. REQUISITOS. CONVIVÊNCIA PÚBLICA, CONTÍNUA E PROPÓSITO DE CONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIA. AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS ABSOLUTOS AO CASAMENTO. OBSERVÂNCIA DOS DEVERES DE FIDELIDADE E LEALDADE. ELEMENTO NÃO NECESSÁRIO PARA A CONFIGURAÇÃO. [...] INOBSERVÂNCIA QUE SEQUER IMPLICA EM NECESSÁRIA RUPTURA DO VÍNCULO CONJUGAL, A INDICAR QUE NÃO SE TRATA DE ELEMENTO CONFIGURADOR ESSENCIAL. [...] RELAÇÕES EXTRACONJUGAIS EVENTUAIS QUE NÃO SÃO SUFICIENTES PARA IMPEDIR A CONFIGURAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL, DESDE QUE PRESENTES SEUS REQUISITOS ESSENCIAIS. [...]

Tudo se iniciou quando o parceiro reproduziu 23 (vinte e três) filhos, e observação, com sete mulheres diversificadas, isto, ainda em meados da união estável com seu primeiro envolvimento. Relembrando que a união estável configura-se por meio da convivência social, a convivência pública, de forma contínua e duradoura, e é importante mencionar a característica da vontade dos envolvidos em constituir família, possuírem os mesmo interesses.

A companheira alegou ter tido três filhos, dentre os 23 (vinte e três) mencionados, com este companheiro, e que

conviveram por 20 (vinte) anos. Assim, observa-se mais uma vez que, se pode haver um tratamento quanto a desconfiguração do elemento da fidelidade nas uniões estáveis, seria cabível reconhecer que nas relações poliafetivas, ter mais de dois parceiros, desde que tenham os mesmos interesses da construção familiar e outros, não descaracterizaria uma união, não tiraria dessa relação a característica de uma entidade familiar, garantindo um amparo para os envolvidos na relação.

O site do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM trouxe que, recentemente a Segunda Vara de Família, na cidade de Novo Hamburgo, região metropolitana de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, reconheceu uma união poliamorosa duradoura, relação esta que continha 10 (dez) anos de convivência, união composta por três pessoas, e que inclusive tiveram um filho, e que segue em sigilo.

Esta união é composta por duas mulheres e um homem, todos com mais de 30 (trinta) anos de idade. A princípio era uma relação monogâmica, onde houve o casamento no ano de 2006, porém, no ano de 2013, começaram um relacionamento com uma terceira pessoa. Preocupados com o fruto da relação, a prole, buscaram amparos jurídicos na tentativa de oficializar os laços. A priori procuraram o cartório, mas o pedido foi recusado,

pois precisaria ser feito um divórcio para posteriormente entrarem com o devido pedido. Deste modo, com esta autorização judicial, a serventia extrajudicial deverá conceder e conduzir este registro. Outro ponto a se considerar, advindo desta união, é a aplicação da multiparentalidade, a inclusão dos nomes dos três responsáveis no registro civil da criança.

Uma outra abordagem que se fez de suma importância colocar em pauta, pois também é uma discussão que envolve a Dignidade da Pessoa Humana, que foi trazida à tona recentemente, é o debate quanto ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, onde a Comissão da Câmara dos Deputados de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, aprovou um projeto de lei, que de fato, fez retroceder o Direito, proibindo a possibilidade de tal casamento. E isto visivelmente vai contra toda a luta pela conquista deste laço conjugal, para aqueles que apenas desejam amar e ser amados, oficializar perante o mundo e a justiça, que todos merecem e podem amar e ser amados, sem distinção de opção sexual, ideologias, culturas e outros. Colocando aqui mais uma vez, o quanto o Direito apesar de seu crescimento ao longo dos anos, ainda precisa se moldar a realidade atual, e erradicar todas as convicções patriarcais e religiosas, havendo respeito e inclusão.

Tendo em vista que com o reconhecimento das uniões poliafetivas estaria indo em conformidade com as mudanças dinâmicas das famílias e dos relacionamentos em nossa atual conjuntura, nossas leis e normas sociais devem acompanhar tais necessidades e as realidades do ser humano, se adaptando a diversidade. E isto, demonstra quão igualitária e inclusiva se mostra o Direito brasileiro.

4. EFEITOS DA UNIÃO POLIAFETIVA NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Antes de adentrar especificamente na possibilidade da aplicação de benefícios previdenciários nas relações poliafetivas, é necessário fazer uma sucinta abordagem sobre tais benefícios. O artigo 6^o¹⁴ da Constituição federal de 1988 traz, apesar de forma genérica, quanto a Previdência Social, como sendo um direito social, como também os artigos 194 e seguintes de forma mais aprofundada.

¹⁴ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O Direito Previdenciário transformou-se ao longo dos anos, tendo em vista a análise da evolução deste ramo, nas visões teóricas de Beveridge e Bismarck, onde na perspectiva do sistema *bismarckiano*, trazia uma delimitação a um certo grupo, ou seja, apenas aqueles que contribuem, recebem; já pelo viés do sistema *beveridgeano*, propôs a abranger a tutela dos benefícios, independentemente de contribuições, visando uma proteção a todos (Castro; Lazzari, 2023, p. 58-59).

Atualmente, uma característica bem marcante no Direito Previdenciário brasileiro, está baseada em um princípio importante, o princípio da Solidariedade. Tal princípio segue da seguinte forma: seria basicamente uma colaboração entre as gerações, onde aqueles que ainda atuam ativamente na sociedade, podendo contribuir, custeiam aqueles inativos, e quando os ativos chegarem na fase em que não conseguiriam mais contribuir, seriam resguardados por aqueles que estão aptos a contribuir, e assim sucessivamente.

Por entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF trata ainda que “O sistema público de previdência social é baseado no princípio da solidariedade [art. 3º, inciso I, da CB/1988], contribuindo os ativos para financiar os benefícios

pagos aos inativos” (RE 414.816 AgR/SC, 1ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, DJ 13.5.2005).

Assim, de acordo com Castro e Lazzari (2023, p. 113) sobre este princípio, o da Solidariedade é base da Previdência Social, trazido no rol dos princípios gerais, cuja aplicação é reproduzida na sociedade, a partir da garantia do bem-estar coletivo visando a tutela de todos os indivíduos, tendo em vista que havendo a colaboração de “um em prol do todo” é possível se manter a manutenção dos benefícios, já se houver a recusa da contribuição, obsta a produção e execução deste.

E está disposto no parágrafo único do art. 194¹⁵ da Carta Magna que é competente o Poder Público para que em conformidade com a lei, se organize a seguridade social, seguindo os objetivos dispostos em seus incisos, assim, por este seguimento, o inciso I alude o objetivo da “universalidade da cobertura e do atendimento”.

A Previdência Social estabelece uma atuação tripartite, sendo trazida pela primeira vez, na Constituição de 1934 em seu

¹⁵ Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: (...) I - universalidade da cobertura e do atendimento.

art. 121, §1º, alínea “h”¹⁶, onde continha o dinamismo de custeio dos trabalhadores, dos empregadores e do Poder Público (Castro; Lazzari, 2023), garantindo a universalidade dos benefícios a todos aqueles que dela necessitam.

Via de regra, como estipula o art. 201¹⁷ da Magna Carta, segue-se o custeio de regime contributivo, sendo que só será resguardado pelo benefício, aquele que de fato contribui ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. No entanto, aqueles que não são contribuintes, podem recorrer à categoria assistencial, como também por meio de políticas públicas ensejadas pelo governo.

Percebe-se que a Previdência Social veio com o intuito de resguardar os mais “vulneráveis”, e se trata de uma segurança financeira para aqueles que requerem ao menos o mínimo existencial, garantindo a sua subsistência. Assim, para que se possa ter um acesso adequado pela sociedade em um todo, é

¹⁶ Art. 121, § 1º, h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte.

¹⁷ Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a: (...)

necessário que se tenha uma boa base de custeio, e isto se segue ao princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial, onde só pode haver um aumento dos dispêndios, se houver receita que possa suprir tais gastos, tendo o Poder Público o dever de sempre manter o sistema em circunstâncias superavitárias (Castro; Lazzari, 2023).

São vários os benefícios que a Previdência Social dispõe para a sociedade, e um deles é a Pensão por Morte, que será abordado mais adiante em parágrafos deste tópico com mais abrangência. Mas de antemão, este benefício procura assegurar a subsistência daquelas pessoas que dependem do segurado, caso venha a ocorrer o fator morte. Contudo, levando-se em conta a conjuntura atual, de que alguns laços ainda não são reconhecidos como família, e que por consequência, este benefício não os alcance, a seguir será abordado sobre certas possibilidades.

Contudo, não havendo ainda, o reconhecimento das uniões poliafetivas como entidade familiar, e conseqüentemente a imprevisão de como se dará a aplicação no âmbito jurídico provocando uma repercussão nos arcabouços jurídicos, levando-se em conta os possíveis impactos no direito previdenciário que de forma majoritária foi baseado em moldes familiares tradicionais, como citado anteriormente, a monogamia, tendo

uma grande probabilidade de haver vários obstáculos quando tratamos deste ramo do Direito.

Por mais que o Direito Previdenciário venha a garantir uma segurança financeira aos seus contribuintes e/ou dependentes como dispõe a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, podendo ser percebido a princípio no art. 1º¹⁸ desta lei, respeitando o princípio da solidariedade social, como traz Castro e Lazzari (2023), onde sua regulamentação baseia-se em um padrão já introduzido nas raízes primárias do mundo até os dias de hoje.

Quando se trata de uma família fora do que muitos denominam como o “correto” ou “comum”, tais benefícios não conseguem alcançar ou pode ser muito desafiador quanto a sua aplicação. Considerando que esta ramificação especifica os critérios para que alguém seja qualificado como beneficiário. Isto põe em prova a prova disputas complexas para as partes no âmbito jurídico e consequentemente a instabilidade em se tratando do amparo que os envolvidos esperavam ter.

¹⁸ Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Pode-se observar mais diretamente, por exemplo, a aplicação das divisões de Pensão por Morte entre ex-cônjuge e companheiro(a) de servidor público federal, como é entendimento jurisprudencial da REsp 1.960.527, observados os textos que vieram agregando da Lei 11.441/2007 e a Lei 13.105/2015 (CPC/2015) à Lei 8.212/91 que é anterior, estando comprovadas as dependências e a boa-fé por parte do(a) companheiro(a) como regula o art. 1.561 do Código Civil.

Mais especificamente o art. 74 desta referida lei dispõe que a Pensão por Morte se caracteriza por ser devida ao um conjunto de dependentes do segurado (de cujus), estando este a época aposentado ou não, contando a partir da data do falecimento, havendo a necessidade em obedecer aos requisitos como o óbito, o falecido ter se enquadrado como segurado e a consequente dependência do beneficiário. Em se tratando de cônjuge/companheiro faz-se presumida o quesito de dependência.

E não teria o porquê ser diferente com a união poliafetiva, que apesar de ser diversificada de uma união padronizada pela sociedade com bases patriarcais e religiosas, não merece ser deixada de lado respeitando mais uma vez o Princípio da Liberdade e principalmente da Igualdade. No entanto, a divisão

poderia ser considerada as mesmas divisões que traz o art. 74 e seguintes da Lei 8.2013/91. Lembrando que são dependentes aqueles dispostos no art. 16¹⁹ da mesma lei.

Maria Berenice Dias traz que o Estado possui como finalidade, entre outros fins, o de garantir a todos o direito à felicidade, assim, presume-se que quem tem ao menos o mínimo, torna-se feliz, logo a autora afirma que "Afiml, a felicidade é aspiração de todos e obrigação fundamental do Estado" (Dias, 2021, p. 82).

Uma possibilidade a ser analisada e estudada, seria quanto a viabilidade de os envolvidos nesta relação não-monogâmica, que no caso seriam os integrantes desta união com mais de duas pessoas, começarem a contribuir de forma privada à previdência, com o intuito de garantir-lhes uma segurança caso venha ocorrer o falecimento de algum destes, por exemplo. E encontram-se quanto aos benefícios complementares, na Lei Complementar n°

¹⁹ Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

II - os pais;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

109/2001, trazendo de forma geral normas quanto aos planos de previdência complementar, como também pela Lei n° 8.213/1991 que dispõe sobre a Previdência Social no Brasil, determinando diretrizes sobre previdência complementar.

Apesar de não ser garantido diretamente como uma forma de escape para estes integrantes de uma união poliafetiva, ela dá segurança aquelas pessoas que almejam uma garantia extra financeira, como o Plano Gerador de Benefício Livre - PBGL e o Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, que são dois benefícios inovadores (Azambuja; Campini; Costa; Martins, 2020, p.7-9).

Nesta linha de raciocínio, os envolvidos podem acordar entre si, e até mesmo com ajuda de um profissional habilitado, se irão contribuir de forma individual ou de forma coletiva para plano de previdência privada, como perceberem melhor as adequações de suas necessidades, e desde que cumpram os requisitos necessários estipulados pelas instituições financeiras que as ofertam, para serem contribuintes (Freire, 2019, p. 31).

Nos casos envolvendo falecimento do titular, é importante que especifiquem na realização do contrato, quem são os beneficiários, para que não fiquem desamparados, pois como aborda Freire (2019, p. 32), reforçando que aqueles que possuem

cônjuges/companheiros ou até mesmo filhos menores, e que optaram pelo PGBL, na ocorrência do fator morte, os valores podem ser revestidos.

No Brasil, podemos citar dois principais planos de previdência privada, ou planos de previdência complementar, que são: o Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, e o Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL. Este primeiro trata-se de um plano de previdência onde existe permissão para se deduzir sobre as contribuições aplicadas no imposto de renda em modelo completo, com uma porcentagem anual de até 12%, tornando-se de certo modo, mais vantajoso para aqueles que declaram Imposto de Renda – IR, e as contribuições privadas podem ser efetuadas por cada integrante da união poliafetiva; já o segundo plano, não há uma dedução fiscal no momento em que se contribui, mas as tributações ocorrem somente sobre os rendimentos no momento em que há o resgate, sendo mais vantajoso para aqueles que declaram imposto de renda em modelo mais simplificado (Freire, 2019, p. 32 - 33).

Logo, não havendo uma segurança jurídica, uma das formas para que se dê um resguardo legal, se procederia por meio da realização de um contrato, que poderia embasar-se naqueles que tratam de uniões estáveis – que está disposto no

art. 1.725 do Código civil -, observando seus dispositivos empregados, como também adotar o regime de bens que é aplicado por via de regra, o regime de comunhão parcial de bens (Pereira, 2021).

A introdução de uma legislação especial que trate das uniões poliafetivas teria um impacto de suma importância promovendo a inclusão, respeitando as diversidades, proporcionando a igualdade, pois garantiria aos envolvidos deste estilo de relacionamento, uma proteção de seus direitos e interesses. Apesar de as normas já existentes serem de alternativa de aplicação de maneira subsidiária nesta modalidade de relação, não iria suprir de fato as necessidades, as complexidades, as nuances de tais relações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo científico, como trabalho de conclusão de curso, teve por objetivo analisar as possibilidades ou não da introdução da União Poliafetiva como entidade familiar, tendo em vista a Constituição Federal de 1988, bem como a Lei n° 8.212/1991 e a Lei n° 8.213/1992, os recentes entendimentos quanto a este tema e outras regulamentações acima abordadas, observando seus impactos e a viabilidade da aplicação do benefício

de Pensão por Morte, mais especificamente, como também outras possíveis vertentes.

A princípio, foi colocado em exposição como forma de embasar e dar contexto ao tema deste trabalho, uma abordagem sobre a evolução histórica do conceito de família, desde sua implicação como patriarcal, como também trazendo um antecedente ao surgimento da família, a poligamia e outros, levando-se em conta as transformações em que a sociedade está sempre inclusa, e o afastamento do patriarcado aos poucos, até a atual conjuntura em que as formas de amar, os laços formados são totalmente diferentes daquele que se faz fincado em muitos pensamentos, uma concepção que teve seu fundamento, basicamente, na religião e por base do Estado.

Em segundo momento, foi explicado de forma breve quanto ao Direito de Família e a Constituição Federal de 1988, trazendo um pouco o viés do Código Civil de 1916 que carregava disposições sobre a família em um modelo baseado no patriarcado, mas com o advento da Carta Magna, passou-se a garantir direitos fundamentais a todos os indivíduos com maior preocupação, tendo em vista também o princípio da afetividade.

Posteriormente foi tratado quanto a União Poliafetiva, que é assunto deste trabalho, em conformidade com outras uniões já

reconhecidas. Aqui foi explicado que a poliafetividade não deve ser confundida com as outras uniões, como por exemplo, as uniões paralelas, onde pode-se perceber por meio do RE 1.045.273, que não há como se aplicar a Pensão por Morte nestas relações.

Logo, é importante comentar que existem princípios constitucionais que resguardem os direitos a liberdade, a igualdade, fazendo com que não reprima as pessoas de amarem e constituírem suas famílias da forma que se sentirem bem. No entanto, ainda não existe um amparo legal de fato, que possibilita que tais pessoas possam oficializar juridicamente, e isto causa até mesmo uma certa insegurança aos envolvidos, como também alimenta de certa forma, o preconceito contra esta forma de união afetiva.

Logo mais, foi levantado com embasamentos bibliográficos, sobre os significados de Poliamor, e inclusive o caso de reconhecimento desta modalidade de união fora do Brasil, nos EUA, para demonstrar como alguns locais estão acompanhando suas mudanças. Posto isso, foram demonstradas fundamentações que melhor expliquem como poderia se dar na prática a inserção das uniões poliafetivas na qualidade de entidades familiares.

Foi aludido inclusive sobre o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, e por consequência, os princípios da Intervenção

Mínima do Estado, da Liberdade, da Igualdade, da Pluralidade de Formas Familiares, e da Afetividade.

Foi demonstrada uma decisão que traz a fidelidade como não descaracterizadora da união estável. Assim, foi colocado em questão que uma união poliafetiva, mesmo havendo a relação com uma pluralidade de pessoas, existe um ponto crucial e que realmente implica uma relação familiar, que é o interesse dos envolvidos em constituir uma família entre todos, visam futuro sem a exclusão de qualquer integrante.

Por fim, foi versado acerca dos efeitos da União Poliafetiva no Direito Previdenciário, com uma análise sucinta quanto a vertentes da evolução do Direito Previdenciário, como uma fonte que surgiu como um divisor de águas para amparar de forma mais clara a todos os indivíduos, numa visão de solidariedade entre a comunidade.

Assim, fez-se possível observar que os empasses para este reconhecimento se mostram por questões de que a união poliafetiva traria algum desequilíbrio juridicamente falando sobre as entidades familiares já reconhecidas, sendo comparada até com a poligamia. Porém, frisa-se que as Uniões Poliafetivas são relações onde as pessoas buscam o que relações monogâmicas também visam que é a construção de um laço afetivo, uma família. Foi até de

entendimento, como demonstrado, por meio da Justiça no Rio Grande do Sul, sobre um trisal que buscava uma maior segurança e estabilidade, inclusive para proteger sua prole.

Desse modo, ao tentar impedir o reconhecimento destas uniões incluindo-as no rol das entidades familiares, estaria indo em contraponto com a própria Constituição Federal, quando ela traz que todos devem ser tratados de forma igual, tendo em vista suas desigualdades, dando liberdade de amarem e constituírem suas famílias, evitando calar suas vozes e os deixando desamparados.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Direito de família**. São Paulo: Atlas, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em mar. 2023.

BRASIL. Lei 8.213 de 24/07/1991 - **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm. Acesso em mar. 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 29 de maio de 2001. **Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.** Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp109.htm. Acesso em: 17 de set. 2023.

CAMPANI, Carlos Heitor. et al. **Planos PGBL e VGBL e Previdência Privada: Uma análise do Mercado Brasileiro.** Rio de Janeiro: Sociedade, Contabilidade e Gestão, 2020. Acesso em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/18360>

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário.** 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias.** 10. ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

FIRMINO, Willyane Smaniotto. **União Poliafetiva e seus efeitos jurídicos e práticos.** 2021. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2021.

FREIRE, Bruna Fernanda aparecida Santos. **Regime Sucessório da Previdência Complementar Aberta no Brasil.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) -

Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Acesso em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37602>

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Direitos da (o) amante - na teoria e na prática (dos Tribunais)**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1841, 16 jul. 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11500>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 16. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios; LENZA, Pedro. **Direito Processual Civil: Esquematizado**. 11. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

HAAS, Maiara Francieli. **O reconhecimento das uniões poliafetivas pelo ordenamento jurídico esquematiza e os efeitos decorrentes da dissolução inter vivos**. – [s.l.] : [s.n], 2021. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1645/O+reconhecimento+das+uni%C3%B5es+poliafetivas+pelo+ordenamento+jur%C3%ADdico+brasileiro+e+os+efeitos+decorrentes+da+dissolu%C3%A7%C3%A3o+inter+vivos>. Acesso em: 24 mai. 2023.

IBDFAM. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numurus clausus. Disponível em:

<https://ibdfam.org.br/artigos/128/Entidades+familiares+constitucionalizadas:+para+al%2525252525C3%2525252525A9m+do+numerus+clausus>. Acesso em: 15 set. 2023.

IBDFAM. Escritura reconhece união afetiva a três. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/4862/novosite>. Acesso em: 29 mar. 2023.

IBDFAM. Justiça do Rio Grande do Sul reconhece união poliafetiva de trisal que espera primeiro filho. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/11141/Justi%C3%A7a+do+Rio+Grande+do+Sul+reconhece+uni%C3%A3o+poliafetiva+de+trisal+que+espera+primeiro+filho>. Acesso em: 15 set. 2023.

IBDFAM. Fidelidade não é essencial para configuração de união estável, decide STJ. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/10211/Fidelidade+não+é+essencial+para+configuração+de+união+estável%2C+decide+STJ#:~:text=Fidelidade%20não%20é%20essencial%20para%20configuração%20de%20união%20estável%2C%20decide%20STJ,-09%2F11%2F2022&text=A%20Terceira%20Turma%20do%20Superior,quais%20viveram%20uma%20relação%20extraconjugal>. Acesso em: 08 set. 2023.

ISERHARDT, Bruna. **O (des)amparo previdenciário para componentes de famílias poliamorosas no contexto da pensão por morte**. 2023. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2023.

LACAN, Jacques. **A Família**. Lisboa: Assirio e Alvim, 1981.

LIMA, Fernanda Torres de. **Poliamor: A (im)possibilidade jurídica das uniões poliafetivas**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília 2020.

LINS, Regina Navarro. **Novas Formas de Amar**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

MARQUES, Bruna Moraes. et al. **A realidade contemporânea da União Poliafetiva**. Rio de Janeiro: Revista Philogus, 2015. Acesso em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO21/63supl/017.pdf>.

PAMPOLHA FILHO, Rodolfo. **As entidades familiares na doutrina e jurisprudência brasileiras**. Bahia: [s.n], s.d.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das Famílias**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Família**. 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Alexandre Barbosa da. **Escrituras para uniões poliafetivas: algumas impressões sobre mais essa novidade no direito das famílias**. REDES – Revista Eletrônica Direito e Sociedade, Canoas, v.4, n.2, p. 313-352, 2016. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/3366>

STJ. RECURSO ESPECIAL: REsp 1960527 RN 2020/0344623-5. Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS. DJ: 07/02/2023-13/02/2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/pensao-morte-rateada-entre-viuva-ex.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

WALD, Arnaldo. **O novo Direito de Família**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

APÊNDICE - 13

MODELO DE ARTIGO DE PESQUISA DE CAMPO

COMPORTAMENTO DE BOVINOS DE CORTE EM SISTEMA INTENSIVO COM ACESSO A SOMBRA

Alberto José Ramalho Dos Santos²⁰, Tatiana Lima de Melo²¹

RESUMO

Foram observados o comportamento de bovinos da raça aberdeen angus em confinamento onde foi utilizado 243 animais machos com peso médio de 650kg e idade média de 22 meses, divididos em dois tratamentos, ao sol e a sombra, sendo o primeiro lote com 117 animais que ficaram expostos ao sol e o segundo lote de 126 animais com acesso ao sombreamento artificial. A observação foi realizada em três dias consecutivos. Os animais foram condicionados em piquetes medindo 1500m². No tratamento com sombra foi disponibilizado no piquete o sombreamento artificial com tela de polipropileno com 80% de filtração da radiação solar com área total de 600 m² sendo 12 m de largura e 50m de comprimento com altura de 4,5m com área de sombra por animal de 4,8 m². Assim foi realizado a análise de parâmetros comportamentais conforme o protocolo de manejo e bem-estar animal.

Palavras-chave: Bem-estar; Confinamento; Manejo; Aberdeen Angus.

ABSTRACT

The behavior of cattle of the aberdeen angus breed was observed in feedlot where 243 male animals with an average weight of 650kg and average age of 22 months were used, divided into two treatments, in the sun and shade, the first batch with

²⁰ Acadêmica do curso de bacharel em Zootecnia do Centro Universitário do Vale do Araguaia.

²¹ Professora orientadora do Centro Universitário do Vale do Araguaia.

117 animals that remained exposed to the sun and the second batch of 126 animals with access to artificial shading. The observation was carried out on three consecutive days. The animals were conditioned in paddocks measuring 1500m². In the treatment with shade, artificial shading with polypropylene screen with 80% filtration of solar radiation was made available in the paddock, with a total area of 600 m² being 12 m wide and 50 m long with a height of 4.5 m with shade area per animal of 4.8 m². Thus, the analysis of behavioral parameters was carried out according to the management protocol and animal welfare.

Keywords: Welfare; Confinement; Management; Aberdeen angus.

1. INTRODUÇÃO

O rebanho bovino no Brasil atingiu 214,7 milhões de cabeças de gado, obtendo alta do preço do boi gordo no ano de 2019. O recorde de exportação da carne bovina, especialmente, pela demanda chinesa, refletiu nos preços de toda a cadeia, do bezerro ao consumidor final. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior - Secex, foram exportadas 1,5 milhões de toneladas de carne, com alta de 17,0% em relação ao ano anterior (IBGE, 2019).

O Brasil continuou sendo o segundo maior rebanho bovino do mundo, constituindo o principal exportador e o segundo maior produtor de carne bovina. A região Centro-Oeste destaca-se na atividade bovina, verifica-se que o estado de Goiás manteve o seu efetivo estável e fechou o ano de 2019 com 22,8 milhões de cabeça de gado e, o estado de Mato Grosso elevou seu efetivo em 5,1%, totalizando 31,7 milhões de animais. Com os maiores rebanhos, os

Estados citados ocupam também posições de destaque no abate nacional e na exportação de carne bovina (Diário de Cuiabá, 2020).

O Estado de Mato Grosso, sendo o maior produtor de carne bovina do país, optam por raças cruzadas que proporcionem ganho rápido e ótima qualidade de carne. Assim, vem a preferência por gado europeu sendo a mais atribuída a raça Aberdeen Angus (Nunes, 2017). Esta raça apresenta uma baixa mortalidade dos bezerros, facilidade de parto, fator genético dominante para a ausência de chifres, alta conversão alimentar, precocidade sexual, longevidade, docilidade, altos níveis de fertilidade, uma raça com desenvolvimento para qualidade e produção de carne, entretanto, possui baixa adaptação ao calor devido suas características anatomofisiológicas (Loureiro, 2014).

Para que o animal tenha ganhos compensatórios, os produtores aderem aos protocolos de avaliação do bem-estar animal. Normalmente, utilizam medidas padronizadas e, estes critérios de avaliação inclui a nutrição, sanidade, ambiente, expressão de comportamentos naturais e sentimentos (Braga, 2018).

Para maior produtividade destes animais, o primeiro critério a ser considerado é o estresse térmico, sendo um dos fatores que fazem com que o animal tenha mais gasto de energia para

manutenção da sua homeostase (Berlitz, 2019). A implantação de sombreamento artificial e instalações de aspersores, tem como benefício diminuir a temperatura do ambiente, dando assim um conforto térmico aos bovinos confinados, fazendo com que aumente a produtividade do animal, tendo assim um melhor rendimento de carcaça devido a eficiência no consumo da dieta.

Uma das formas de disponibilizar o sombreamento artificial é através da utilização da tela de sombreamento. A tela de polipropileno com 80% de interceptação da radiação solar é benéfica e recomendada em climas quentes, pois favorece a redução da carga térmica radiante e conseqüentemente, a perda de calor e a regulação da temperatura corporal do animal. Os animais alteram seu comportamento e procuram as sombras nas horas mais quentes do dia, se este recurso estiver à disposição, suas necessidades serão atendidas, devendo ter sombra suficiente para abrigar todos os animais ao mesmo tempo e a qualquer hora do dia (Moraes *et al.*, 2020).

É importante fazer a implantação de sombreamento artificial, pois o benefício desta modificação ambiental aumenta consideravelmente o desempenho do animal, tendo em vista um menor gasto de energia, e viabilizando o conforto térmico do animal. Além disso, os animais que estão na sombra têm um

comportamento diferente dos animais que estão no sol, tendo menor estresse térmico fazendo assim com que o animal consome mais água e a dieta fornecida.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o comportamento dos animais em confinamento com e sem acesso ao sombreamento artificial.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado em uma fazenda situada no município de Araguaiana MT, onde foi observado o comportamento de bovinos da raça angus em confinamento. Foram utilizados 243 animais machos com peso médio de 650kg e idade média de 22 meses, divididos em dois tratamentos, ao sol e a sombra, sendo o primeiro lote com 117 animais que ficaram expostos ao sol e o segundo lote de 126 animais com acesso ao sombreamento artificial. A observação foi realizada em três dias consecutivos (05, 06 e 07 de setembro de 2020). Foram identificados 10 animais por lote para avaliação comportamental por meio de cabrestos com faixas refletivas para facilitar a visualização.

Os animais foram condicionados em piquetes medindo 1500m² sendo 50m de comprimento por 30m de largura. Foi fornecido água à vontade em bebedouros de 1,50m² sendo 2,5m de

comprimento e 0,6m de largura e 0,7m de altura. No tratamento com sombra foi disponibilizado no piquete o sombreamento artificial com tela de polipropileno com 80% de filtração da radiação solar com área total de 600 m² sendo 12 m de largura e 50m de comprimento com altura de 4,5m com área de sombra por animal de 4,8 m².

De acordo com os protocolos de manejo e nutrição animal da propriedade o alimento foi fornecido 4 vezes ao dia (07:00, 09:00, 12:00, 15:00) em cochos com acesso para todos os animais do piquete, este alimento foi composto por silagem de sorgo, milho grão moído, casca de soja, torta de algodão, milho úmido reidratado, casca de algodão, pre mistura. E, as dietas durante o período de observação foi de terminação.

Os parâmetros comportamentais foram avaliados conforme postura (em pé, deitado ou em deslocamento), posição (ao sol ou a sombra) e atividades (comer, ruminação, ócio e outras atividades como beber, grooming, brigar, flehmen e sodomia).

Para o registro das variáveis comportamentais utilizar-se-á rota de registro no tempo, de forma instantânea, através da rota de amostragem scan conforme preconizado por Martin e Bateson (1986). O estudo foi realizado durante 3 dias não consecutivos,

durante o período de luz (07h às 19h), com intervalo amostral a cada 30 minutos.

Para monitoramento das variáveis meteorológicas utilizar-se-á um termohigrômetro para registro da temperatura bulbo seco (TBS), umidade relativa (UR) e registrada a temperatura de globo negro ao sol (TGNsol) e a sombra (TGNsombra). Foi calculado o índice de temperatura globo negro e umidade (ITGU), pela fórmula $ITGU = TGN + 0,36 Tpo + 41,5$, (eq. 1), descrita por Buffington et al., (1981).

Onde: TGN é a temperatura globo negro, em °C e Tpo é a temperatura de ponto de orvalho, em °C.

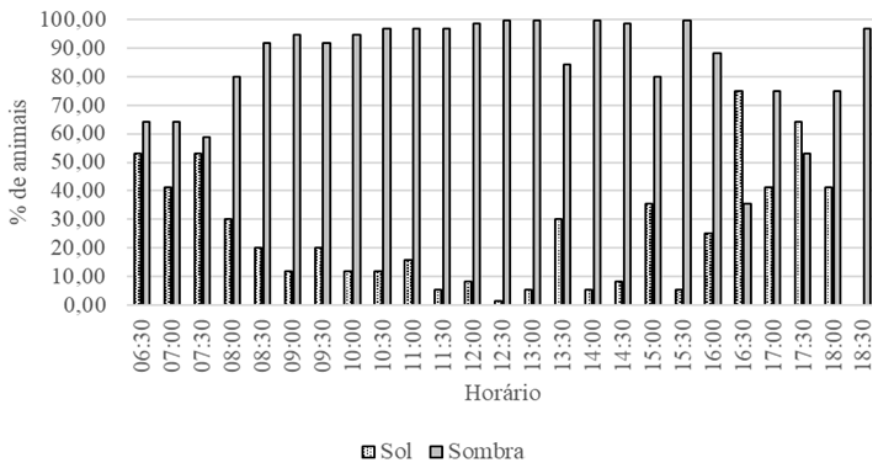
Para análise estatística dos parâmetros comportamentais, a partir das porcentagens das frequências de ocorrência das diferentes categorias relacionadas aos parâmetros de observação, foi utilizada a transformação de escala dos dados para “arco-seno raiz de porcentagem”, procedendo-se análise de variância. O modelo estatístico contemplou os efeitos de dia de avaliação, horário de avaliação (07h às 19h), tratamentos (sol e sombra), bem como a interação horário x tratamento, além dos efeitos de animal e resíduo, tratados como efeitos aleatórios e o procedimento para comparações múltiplas com os transformados. Para a apresentação

dos resultados os dados serão retornados à escala original, conforme recomendações de Banzatto e Kronka (2006).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os animais foram condicionados em dois tipos de piquetes, com e sem sombreamento. Com relação a posição dentro de cada área, observou-se que no piquete sem sombreamento todos os animais estavam no sol. Por outro lado, no ambiente sombreado foi observado que os animais se encontravam preferencialmente na sombra (Figura 1).

Figura 1 – Dados transformados da média resultante da observação dos animais em piquete com sombra.



Quando considerada a postura dos animais, observou que a quantidade de animais em pé eram maior quantidade a partir das 9:30h até as 17:30h na área sem cobertura (Figura 02). Os animais deitados foram mais observados até o horário das 8:00h na área sem cobertura, e a partir das 10:00h até as 13:00h maior quantidade na área com cobertura (Figura 03). Os resultados mostram que os animais têm a tendência de ficar mais deitados nos locais mais sombreados.

Com relação aos animais em deslocamento, a média de observação foi baixa, sendo que as maiores quantidades de animais em deslocamento foram observadas nos horários das 8:00h e das 18:30h na área sem cobertura (Figura 4). Além disso, também pode ser observada na Figura 4 que houve dois picos de deslocamento nos locais sem cobertura, o que pode indicar a procurar por lugar para descanso.

Figura 2 – Dados transformados da média resultante da observação dos animais em pé nos piquetes sem cobertura e com cobertura.

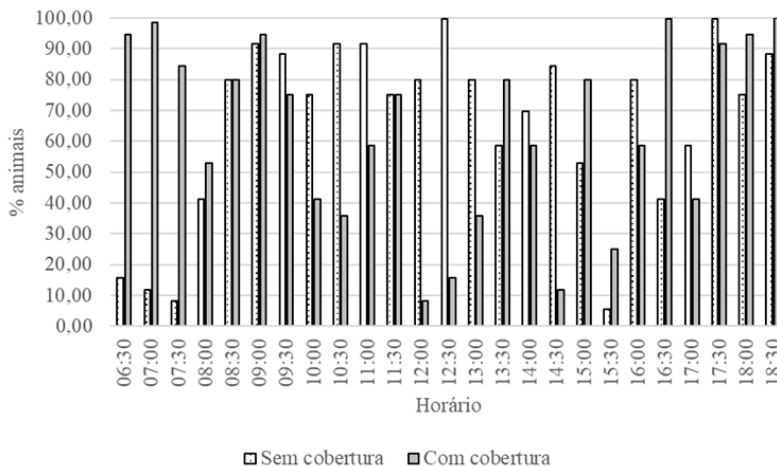


Figura 3 – Dados transformados da média resultante da observação dos animais deitados nos piquetes sem cobertura e com cobertura.

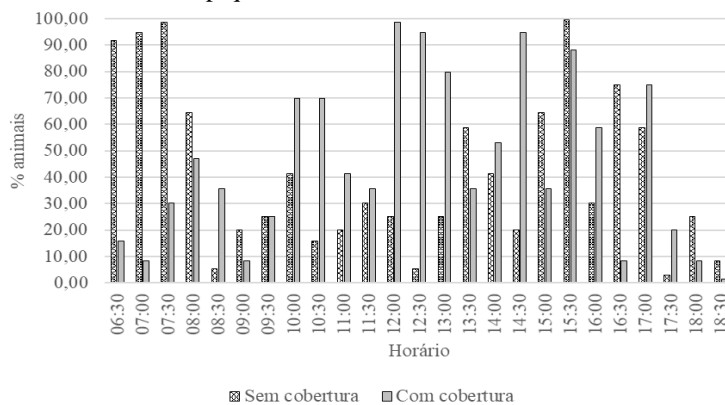
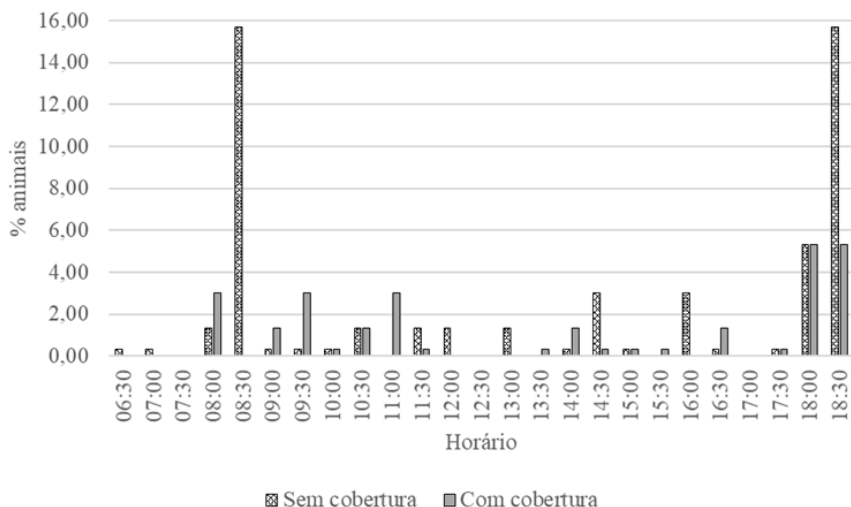


Figura 4 – Dados transformados da média resultante da observação dos animais em deslocamento nos piquetes sem cobertura e com cobertura.



As atividades avaliadas foram alimentação, ruminação, ócio e outras atividades. Com base na alimentação, a área sem cobertura obteve maior quantidade nos horários das 9:00h e das 18:30h, por outro lado a área com cobertura apresentou maior atividade alimentar a 16:30h (Figura 5). A atividade de ruminação foi observada em maior quantidade as 06:30h na área sem cobertura e as 13h no local coberto (Figura 6). A atividade ócio foi a mais observada nas áreas com e sem cobertura, em vários horários do dia, sendo que em alguns horários foi possível observar quase 100%

dos animais, como nos horários das 7:30h e das 10:00h das áreas sem cobertura (98,65%) e das 11:30 do piquete com cobertura (98,65%) (Figura 7). Também foram observados outros tipos de atividades com menor frequência de acontecimentos, as quais foram agrupadas, e mesmo assim a ocorrência foi baixa (Figura 8).

Figura 5 – Dados transformados da média resultante da observação dos animais se alimentando nos piquetes sem cobertura e com cobertura.

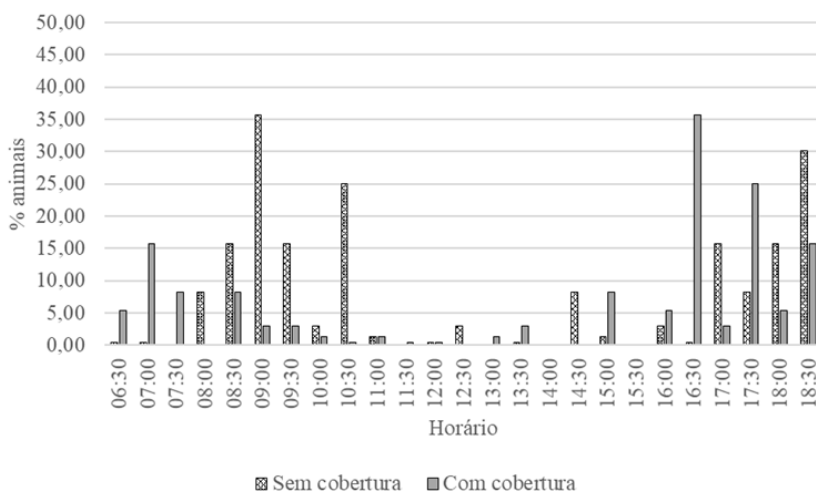


Figura 6 – Dados transformados da média resultante da observação dos animais ruminando nos piquetes sem cobertura e com cobertura.

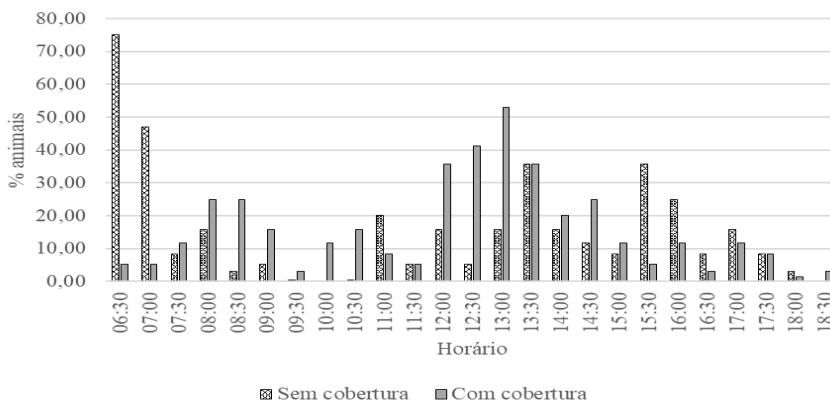


Figura 7 – Dados transformados da média resultante da observação dos animais ociosos nos piquetes sem cobertura e com cobertura.

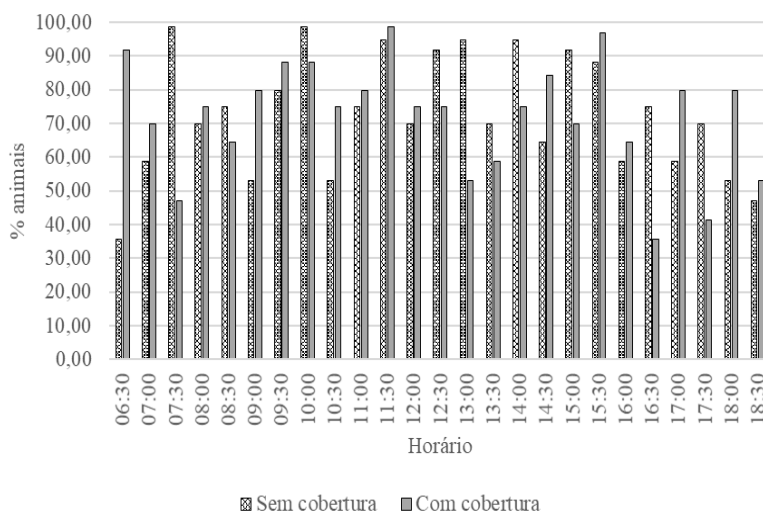
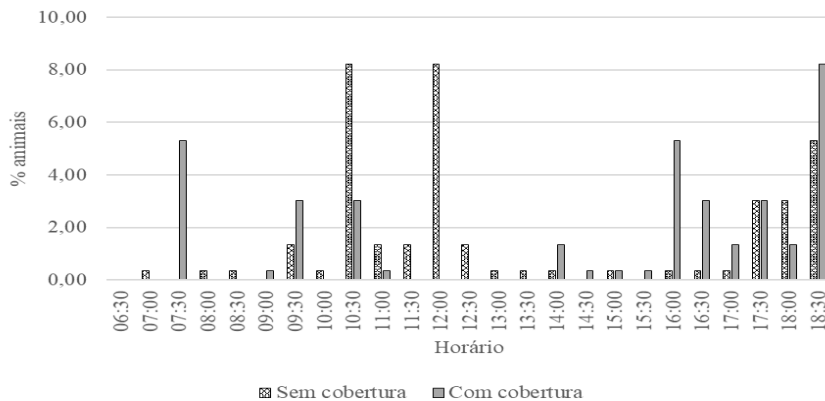


Figura 8 – Dados transformados da média resultante da observação dos animais em outros tipos de atividades nos piquetes sem cobertura e com cobertura.



O estresse térmico é um fator essencial para a produção de bovinos em regiões tropicais, pois os animais expostos a estresses térmicos diminuem a produção de calor metabólico e, conseqüentemente, haverá mudanças nas atividades fisiológicas, como redução na ingestão de alimentos (Santos *et al.*, 2019).

Embora o comportamento dos animais tenha sido bem parecido dentro dos locais com e sem sombreamento, as condições climáticas influenciam diretamente sob o ponto de vista zootécnico. Dian *et al.* (2020) afirmam que o sombreamento influenciou positivamente nas características de rendimento de carcaça, porém

os parâmetros ganho de peso, ganho de carcaça e eficiência biológica não foram diferentes em relação aos lotes que estavam nas áreas sem sombreamento.

No estudo com a comparação dos lotes de bovinos em áreas com e sem sombreamento, o comportamento dos animais não mostrou diferença. Isso pode ser explicado pelo fato de na época da coleta, os animais estudados terem apresentado adaptação as condições climáticas. Alguns animais podem desenvolver mudanças estruturais, funcionais ou comportamentais que tem o intuito de melhorar a sobrevivência, reprodução e produção no ambiente em que vive, isso mostra a habilidade de um genótipo em ajustar-se às condições do ambiente e resultar em melhor característica produtivas (Vasconcelos, 2018).

Além das condições climáticas, outros fatores são considerados como estressores para os bovinos. A desmama em novilhos superprecoces, manejos como castração, transporte, mudança de hábitat e restrições alimentares são exemplos de causas causadoras de estresse em animais (Mota; Marçal, 2019). Com isso, percebe-se que no presente estudo as condições climáticas podem não ter sido fatores estressores, visto que o comportamento dos animais foi muito semelhante ao longo do dia nas áreas com e sem sombreamento.

Assim, percebe-se que o comportamento dos bovinos e os índices zootécnicos não dependem apenas do fator condição climática, e sim de vários motivos que causam estresse nos animais em confinamento. Para Rosa *et al.* (2021) a sociedade tem exigido cada vez mais produtos animais de alta qualidade, e isso é garantido principalmente com modelos de produção que valorizam o bem-estar animal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostram que não foi observado diferença com relação ao comportamento dos animais em áreas sombreadas ou não. Porém, é notório que nos dias mais quentes os animais procuram os locais mais sombreados para se abrigarem.

O sombreamento artificial de propileno 80% e de suma importância para os parâmetros de bem-estar animal, pois garante ao animal um melhor desempenho. Tendo em vista um menor estresse térmico pois os animais da raça aberdeen angus tendem a procurar a sombra nos horários mais quentes do dia, assim a garantia de uma melhor qualidade no produto final se torna maior

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANZATTO, D. A.; KRONKA, S. N. **Experimentação Agrícola**. Jaboticabal/SP: FUNEP, 2006. 237p.

BERLITZ, C. G. B. **Impacto do estresse ambiental na reprodução de bovinos de corte**. 2019, p.12-13.77f.

BRAGA, J. dá S. et al. O modelo dos “Cinco Domínios” do bem-estar animal aplicado em sistemas intensivos de produção de bovinos, suínos e aves. **Revista Brasileira de Zootecias**, v. 19, n. 2, p. 204-206, 2018.

BUFFINGTON, D. E. et al. Black globe-humidity index (BGHI) as comfort equation for dairy cows. **Trans ASAE**, v. 24, p.711-714, 1981.

DIAN, P.H.M. Desempenho zootécnico e financeiro de bovinos confinados com acesso a diferentes áreas de sombreamento e a pleno/sol. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 101646-101664, 2020.

DIARIO DE CUIABA. Economia 2020. **Mato Grosso Amplia Produção e Mantem a Liderança do Rebanho Bovino**. Cuiabá, p. 1, 2020. Disponível em:
<http://www.diariodecuiaba.com.br/economia/mato-grosso-amplia-producao-e-mantem-a-lideranca-do-rebanho-bovino/546913>
Acesso em: 11 mai. 2021.

IBGE. Produção de Pecuária Municipal 2019. **Produção Pecuária Municipal**., Rio de Janeiro, v. 47, p.1-8, 2019. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2019_v47_br_informativo.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.

LOUREIRO, T. C. de M. **Avaliação da atividade comportamental de touros da raça angus provenientes de diferentes regiões do sul do Brasil**, 2014. 36f. Trabalho (Conclusão de Curso) – Bacharelado em Zootecnia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2014.

MARTIN, P.; BATESON, P. **Measuring behavior: an introductory guide**. Cambridge -UK: Cambridge University Press, 1986.

MORAES, E. R. de. **Análise da viabilidade técnico-econômica da geração de energia solar fotovoltaica em unidades de confinamento bovino com sombreamento artificial**. 2020. 230 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Infraestrutura e Desenvolvimento Energético) - Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia, Universidade Federal do Pará, Tucuruí, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/12872>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MOTA, R.G.; MARÇAL, W.S. Comportamento e bem-estar animal de bovinos confinados: alternativas para uma produção eficiente, rentável e de qualidade: revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal**, v. 13, n.1, p. 125-141, 2019.

NUNES, G. M. B. **Aceitação sensorial, intenção de compra e cor instrumental das carnes de bovinos Novilho Jovem e da raça Angus embaladas à vácuo**. 2017. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina Veterinária) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

ROSA, I.M.M.F. et al. O impacto do bem-estar animal para o agronegócio aplicado à bovinocultura no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 56531-56546, 2021.

SANTOS, R.M.O. et al. Predição do nível de sombreamento utilizando um modelo de regressão logística multinomial em sistemas de criação de bovinos de corte. **Revista Brasileira de Biometria**, v. 37, n. 3, p. 378-393, 2019.

VASCONCELOS, A.D. **Efeitos do sombreamento artificial no conforto térmico de bovinos confinados**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Zootecnia. Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, Mato Grosso. 2018.

APÊNDICE - 14

MODELO DE ARTIGO DE ESTUDO DE CASO



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO ARAGUAIA –
UNIVAR**

HIPERSENSIBILIDADE DENTINÁRIA EM PACIENTES COM LESÃO CERVICAL NÃO CARIOSA (LCNC)

YASMIM BRAZ REZENDE

Barra do Garças – MT, novembro de 2023.



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO ARAGUAIA –
UNIVAR**

**HIPERSENSIBILIDADE DENTINÁRIA EM
PACIENTES COM LESÃO CERVICAL NÃO
CARIOSA (LCNC)**

YASMIM BRAZ REZENDE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Odontologia pelo Centro Universitário do Vale do Araguaia, sob orientação da Professor (a) Me. Silvia Raquel Pinheiro de Melo.

Barra do Garças – MT, Novembro de 2023.

HIPERSENSIBILIDADE DENTINÁRIA EM PACIENTES COM LESÃO CERVICAL NÃO CARIOSA (LCNC)

Yasmim Braz Rezende

Silvia Raquel Pinheiro de Melo

RESUMO

As lesões cervicais não cariosas (LCNCs) são lesões caracterizadas pela perda gradual de esmalte em regiões cervicais dos dentes, sem que haja envolvimento bacteriano e são classificadas em erosão, atrição, abrasão e abfração. Nesses casos de LCNC, onde há perda de estrutura dentária maior que 1mm, pode apresentar a hipersensibilidade dentinária, que é caracterizada por gerar uma dor específica, sendo ela aguda, provocada e de curta duração. Para o tratamento como um todo, irá consistir principalmente na eliminação do fator causal e posteriormente a obliteração da exposição dos túbulos dentinários dos elementos afetados através de um tratamento restaurador realizado com resinas compostas, realizado com o mesmo protocolo e técnicas utilizadas em restaurações convencionais.

Palavras-Chave: Hipersensibilidade dentinária, Lesão cervical não cariosa, Resinas compostas, Restaurações.

ABSTRACT

Non-cariou cervical lesions (NCCLs) are lesions characterized by gradual loss of enamel in the cervical regions of the teeth, without involvement bacterial and are classified into erosion, attrition, abrasion and abfraction. In these LCNC cases, where there is loss of tooth structure greater than 1mm, hypersensitivity may occur dentinal pain, which is characterized by generating a specific pain, which is acute, provoked and short term. For the treatment as a whole, it will mainly consist of eliminating the causal factor and subsequently the obliteration of the exposure of the dentinal tubules of the elements affected through a restorative treatment carried out with composite resins, carried out with the same protocol and techniques used in conventional restorations.

Keywords: Dentin hypersensitivity, Non-carious cervical lesion, Composite resins, Restorations.

1. INTRODUÇÃO

As lesões cervicais não cariosas (LCNCs) são lesões diretamente caracterizadas pela perda gradual de esmalte em regiões cervicais dos dentes sem que haja envolvimento bacteriano (Reys et al., 2009). Quase sempre a etiologia das lesões cervicais não cariosas é multifatorial, podendo ter início através da erosão, atrição, abrasão ou abfração. Pela sua perda de estrutura de esmalte em região cervical, os dentes acometidos podem ser alvo de retenção de placa bacteriana, aumento da incidência de cárie, comprometimento da integridade estrutural do dente e até vitalidade pulpar, podendo ser também uma predisposição para o surgimento de hipersensibilidade dentinária em pacientes portadores da lesão, isso acontece pela perda de estrutura de esmalte, o que deixa os túbulos dentinários expostos ao meio bucal (Coleman; Grippo; Simring, 2010).

Apesar da literatura preconizar que as lesões cervicais não cariosas são de etiologia multifatorial, existem alguns fatores importantes para serem citados, os quais podem ser responsáveis por ocasionar as LCNC, como a escolha inadequada da escova

dental, técnica de escovação inadequada e contato oclusal prematuro, apertamento dos dentes, bruxismo, dietas ácidas, refluxo e doença do aparelho digestivo. Segundo os pesquisadores, as LCNC podem acometer qualquer elemento dentário, no entanto, existem estudos com resultados de pesquisas realizadas, onde evidenciam que as LCNC têm maior taxa de surgimento em pré molares, sendo subdividido ainda com acometimento mais comum em pré molares inferiores (Borcic et al., 2004).

As lesões cervicais não cariosas são comumente classificadas em erosão, atrição, abrasão e abfração, apesar de todas elas serem caracterizadas pela perda de estrutura de esmalte, sendo esse processo sem relação nenhuma com origem bacteriana, elas podem apresentar diferentes aparências quando relacionado à sua morfologia e etiologia predominante, por isso, em vez de utilizar termos específicos para cada lesão, os pesquisadores preferem fazer o uso do termo genérico de lesões cervicais não cariosas (Benedetto; Levrini; Raspanti, 2014).

A erosão é definida principalmente pela perda de estrutura dentária, dado através de processo químico por ácido, podendo ele ser por consumo de alimentos ácidos ou pelo próprio pH da saliva do paciente. A patologia tem a aparência clínica bem delimitada, rasa, lisa, fosca e polida, geralmente em forma de pires ou “U”.

Com a perda de estrutura de esmalte, a região fica com aspecto amarelado da dentina, fazendo com que afete diretamente na estética do paciente. (Atalay, 2018).

A abrasão, é definida pelo processo de perda da estrutura dentária que foi calcificada por hábito parafuncional ou agentes externos. É geralmente associada à recessão gengival, acometendo mais comumente caninos e pré molares, isto por suas características anatômicas com maior convexidade, clinicamente a lesão tem formato de “V”, com a sua profundidade rasa e polida (Xavier; Pinto; Cavalcanti, 2012).

A abfração dentária também está relacionada a perda de estrutura dentária, porém geralmente é apresentada em formato de “V” ou cunha. Sua maior causa é a sobrecarga oclusal do paciente, a qual está relacionada com disfunções do sistema estomatognático e com hábitos parafuncionais, sendo eles bruxismo, apertamento e contato prematuro, os principais fatores causais da abfração (Sarode; Sarode, 2013).

Já a atrição é definida como a perda de estrutura dentária fisiológica pelo contato de dente com dente durante o processo mastigatório. Ocorre principalmente em região posterior, através do contato das superfícies oclusais dos dentes superiores com os inferiores, ocasionando uma perda considerável de esmalte e

dentina, patologia essa que geralmente tem maior acometimento em pessoas mais velhas. Está relacionada aos hábitos parafuncionais do paciente, como o bruxismo (Zúñiga-casteñeda, 2019).

Devido à etiologia multifatorial das LCNCs, é imprescindível que seja feito um diagnóstico atencioso e cuidadoso, para assim o cirurgião-dentista (CD) buscar oferecer um tratamento eficaz e de forma individualizada para seu paciente. Caso haja falha no diagnóstico do CD, pode ser causado o agravamento da deterioração das estruturas de esmalte afetadas, agravamento da sensibilidade e até mesmo provocar o surgimento de novas LCNC, sendo elas em outros elementos dentários (Alves; Figueiredo; Júnior, 2018).

Nesses casos de LCNC a hipersensibilidade dentinária é caracterizada por gerar uma dor específica, sendo ela aguda, provocada e de curta duração. Diante da perda de estrutura de esmalte e exposição da dentina supra ou subgingival, automaticamente há exposição dos túbulos dentinários, fazendo com que a intensidade da hipersensibilidade seja variada e acarretada por fatores externos estimulante para a dentina (Aguiar; Almeida; Menezes, 2013). O complexo dentina-polpa é altamente sensível, então o aparecimento das hipersensibilidades dentinárias

nos dentes afetados, ocorre devido à estímulos externos que podem ser de origem térmica, física e química, como é o exemplo de secagem e/ou desidratação do elemento, atrito, vibração, alimentos e bebidas quentes ou frias (Soares et al., 2014).

Para um correto diagnóstico das LCNCs, é necessário que haja uma anamnese detalhada, afim de obter maiores informações sobre os hábitos do paciente, associado a um exame clínico minucioso, onde será observado a presença das LCNC, suas características clínicas e a classificação do estágio das mesmas. É de suma importância que o CD saiba identificar o fator etiológico das lesões de seu paciente, pois será um fator determinante para a escolha e o sucesso do tratamento (Carvalho, 2014).

Para o tratamento como um todo, irá consistir principalmente na eliminação do fator causal e posteriormente a obliteração da exposição dos túbulos dentinários dos elementos afetados, para isso, pode ser feita a utilização de métodos como aplicação de materiais fluoretados, dessensibilizantes, sistemas adesivos e restaurações em CIV ou resinas compostas (Rocha et al., 2016).

Quando se há LCNC, não é sempre que será necessário um tratamento restaurador, apesar de na maioria dos casos, o tratamento restaurador ser indicado e de extrema necessidade,

como em situações onde há um comprometimento da integridade estrutural maior que 1mm em profundidade, em elementos que terá risco de comprometimento da vitalidade pulpar, elementos com hipersensibilidade dentinária, elementos que apresentam significativo comprometimento estético e elementos os quais apresentam lesões associadas por cárie (Kina et al., 2014). O método de tratamento restaurador realizado com resinas compostas é um recurso importante para ser utilizado na oclusão dos tecidos dentinários expostos, ele consiste em restaurações em resinas compostas, as quais são realizadas com o mesmo protocolo e técnicas utilizadas em restaurações convencionais (Tonetto et al., 2012). Vale lembrar que independente do tratamento de escolha, é indispensável que o cirurgião-dentista responsável oriente detalhadamente seu paciente sobre a higiene bucal do paciente, bem como técnica de escovação adequada, técnica para o uso do fio dental, até mesmo na escolha correta da escova dental e creme dental (Xavier; Pinto; Cavalcante, 2012).

Dado o exposto, por ser um assunto pouco comentado e bastante ocorrido na população brasileira, o presente trabalho foi pensado com o objetivo de relatar mais especificamente sobre as LCNCs, mostrando suas causas, os seus tipos, em quais dentes elas podem ser acarretadas, como estabelecer o correto diagnóstico das

mesmas e trazer soluções viáveis e adequadas para o tratamento visando sempre proporcionar maior conforto e satisfação do paciente ao final do tratamento proposto pelo profissional.

2. RELATO DE CASO CLÍNICO

2.1 METODOLOGIA:

Paciente A.L.B.R. de 49 anos de idade, do sexo feminino, compareceu até a clínica odontológica do Centro Universitário do Vale do Araguaia (UNIVAR) se queixando de dor e sensibilidade em alguns elementos dentários da arcada superior. Diante a queixa principal da paciente, foi realizado uma anamnese detalhada, coletando o máximo de informações sobre a saúde geral da paciente, sua saúde bucal e também sobre os hábitos da paciente. Durante a anamnese foi relatado que a mesma fez uso de aparelho ortodôntico por um longo período, porém o tratamento não foi finalizado e o aparelho ortodôntico foi removido de forma inadequada pela própria paciente, deixando então resquícios de resina compostas nas faces vestibulares dos dentes, onde anteriormente estavam localizados os braquetes.

Seguido da anamnese, foi realizado o exame clínico intraoral, o qual constatou a presença de LCNCs em 10 elementos dentários da arcada superior, o que estaria causando a

hipersensibilidade ao receber estímulos externos, como ingestão de bebidas e alimentos gelados, jatos de ar e até mesmo ao escovar os dentes. Ao final da consulta, foi realizado pedido de exame de imagem complementar radiográfico panorâmica para posteriormente poder realizar uma avaliação de reabsorção óssea e radiculares. Assim, pudemos prosseguir para a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que possamos utilizar de imagens da paciente no trabalho em questão.

Diante do diagnóstico de LCNCs após o exame clínico, foi proposto para a paciente que fizéssemos restaurações em resinas compostas para corrigir as lesões tanto em quesito sintomatológico como a hipersensibilidade dentinária, funcional e estético.

Ao início do tratamento foi registrado através de fotos o diagnóstico inicial do sorriso da paciente, a qual evidenciou as presenças das LCNCs e resquícios de resinas compostas nas faces vestibulares dos dentes (Figura 1), localizadas onde anteriormente estavam os braquetes, os quais foram removidos de forma inadequada pela paciente.

Figura 1. Registro do diagnóstico inicial ainda com resquícios de resinas compostas nas faces vestibulares dos dentes da arcada superior deixadas após a remoção dos braquetes.



3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após as fotos iniciais, foi realizado o desgaste das resinas compostas deixadas pelos braquetes, com o auxílio de (Broca Carbide Multilaminada para Desbaste – FG – Microdont®) acoplada na peça de mão em alta rotação com saída de água destilada para não superaquecer, com a mão leve, retirando apenas as resinas compostas sem agredir esmalte (fig. 2a), já dando outra visão para o sorriso da paciente. Neste momento também foi registrado as imagens da visão lateral direita (fig. 2b) e visão lateral esquerda da arcada superior da paciente (fig. 2c).

Figuras 2 - A. Vista frontal após remoção dos resquícios de resinas compostas nas faces vestibulares deixadas pelos braquetes. B. Vista lateral direita da arcada superior. C. Vista lateral esquerda da arcada superior.



O próximo passo foi realizar a inserção de fio retrator nas cervicais dos dentes a serem trabalhados, o fio utilizado foi Fio Retrator – Retraflex000 – Biodinâmica®, recortamos os tamanhos adequados e colocamos embebidos em solução hemostática, a utilizada foi a Solução Hemostática Hemostank - Biodinâmica® e para a inserção do fio retrator foi utilizado a Espátula de inserção de Fio Retrator Serrilhado nº 113 – Hu-Friedy®. Assim, com todos os fios retratores devidamente inseridos, prosseguimos para a técnica anestésica, foi escolhida a infiltrativa no fundo de vestibulo

dos dentes que receberiam os grampos para isolamento (15 e 25). Após a anestesia prosseguimos para o isolamento absoluto, envolvendo os 10 elementos com LCNC, sendo eles 15, 14, 13, 12, 11, 21, 22, 23, 24 e 25. O isolamento absoluto foi realizado com Lençol de Borracha Azul – Madeitex®, Grampos N° 207 para pré molares da Golgran® e Pinça Palmer – Golgran® para colocação do grampo de escolha e Fio Dental – Hillo® para amarrilha nos grampos.

Figura 3. Isolamento absoluto.



Fonte: autoria própria.

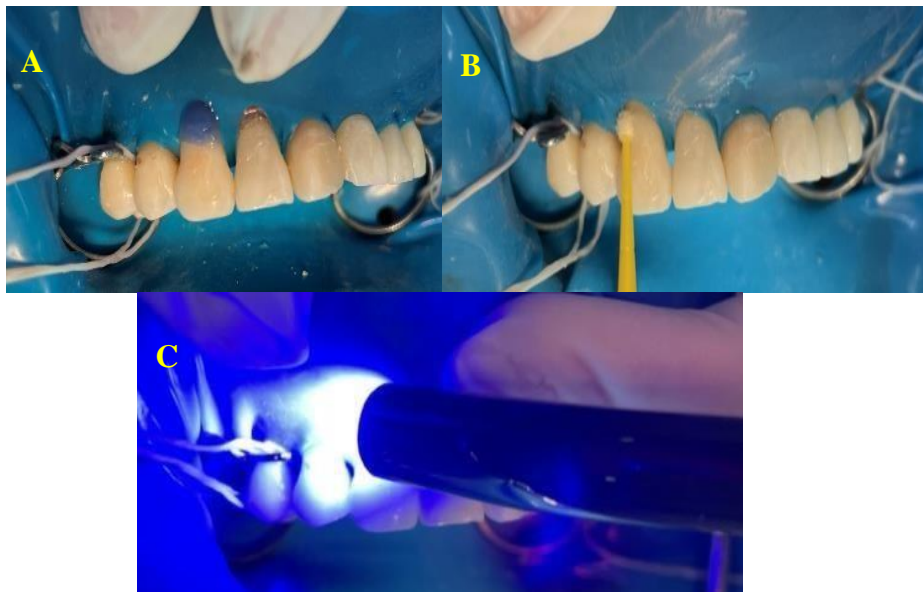
No tratamento restaurador pode ocorrer que entre saliva ou sangue no campo operatório. A umidade da saliva ou sangue no campo operatório pode fazer com que dificulte a adesão ao dente

entre as camadas de resinas compostas. Diante disso, é de suma importância a utilização do isolamento absoluto para o devido controle de contaminações por umidade de saliva e sangue no campo operatório durante o procedimento restaurador. (Haruyama, et al., 2014).

Após a realização do isolamento absoluto, iniciamos o processo em si de restauração das LCNC com resinas compostas, seguindo os protocolos da instituição. Por não precisar de preparo da cavidade, iniciamos com os procedimentos para a restauração da hemiarcada dentária direita com o condicionamento Ácido Fosfórico 37% - FGM®, sendo aplicado em dentina o qual deve permanecer apenas por 15 segundos. Passado o tempo foi feita a lavagem em abundância para remoção do ácido fosfórico 37%, uma leve secagem com jato de ar da seringa tríplice, seguindo para a limpeza da cavidade com Clorexidina 2% - Reymer®, com auxílio de Microbrush – All Prime® para a aplicação e secagem do excesso com papel absorvente, assim a cavidade ficou pronta para receber o sistema adesivo Ambar- FGM®, aplicou-se a primeira camada com microbrush – All Prime® e leve jato de ar para que o material espalhar por toda a cavidade e entrar subgingival e fotopolimerizar com Fotopolimerizador – Schuster® por 20 segundos, seguindo para a segunda camada de aplicação do

adesivo Ambar – FGM® com auxílio de Microbrush, leve jato de ar para o material se espalhar e fotopolimerizar novamente por 20 segundos. Assim, a cavidade estava pronta para receber o incremento de resina composta, no caso do elemento 11, não foi preciso utilizar resina composta de dentina para esconder a cor do substrato, então iniciamos com incremento de resina composta Vittra APS® na cor EA3, acomodando na cavidade com auxílio de espátula para resina nº 1 – Quinelato® e sempre alinhando com a anatomia e curvaturas do dente, foi dado acabamento com pincel de pelo de marta antes e seguiu-se para a fotopolimerização da resina por 20 segundos, os dentes que estavam com maior desgaste de estrutura dentária, foi realizado incremento de resina composta de dentina Vittra APS® na cor DA3, para mascarar a cor do substrato trazendo uma melhor estética para o caso. Após realizar as restaurações nos dentes 15, 14, 13, 12 e 11, foi realizado ajuste da margem cervical com Broca Carbide Multilaminada para Desbaste – FG – Microdont® com objetivo de nivelar a resina composta removendo qualquer irregularidade que possa invadir o espaço biológico da gengiva fazendo com que acumule alimentos e conseqüentemente afete a saúde periodontal da paciente.

Figuras 4 - A. Ataque ácido com ácido fosfórico 37% - FGM®. B. Sistema adesivo com adesivo Ambar – FGM®. C. Fotopolimerização da resina composta.



Fonte: autoria própria.

O condicionamento ácido consiste na aplicação do ácido fosfórico 37% na extensão de toda a cavidade a ser restaurada, estendendo-se ainda 2mm além de seus limites externos, ao passar 15 segundos é necessário realizar uma lavagem abundante para remover todo o ácido da cavidade (Baratieri *et al.*, 2013).

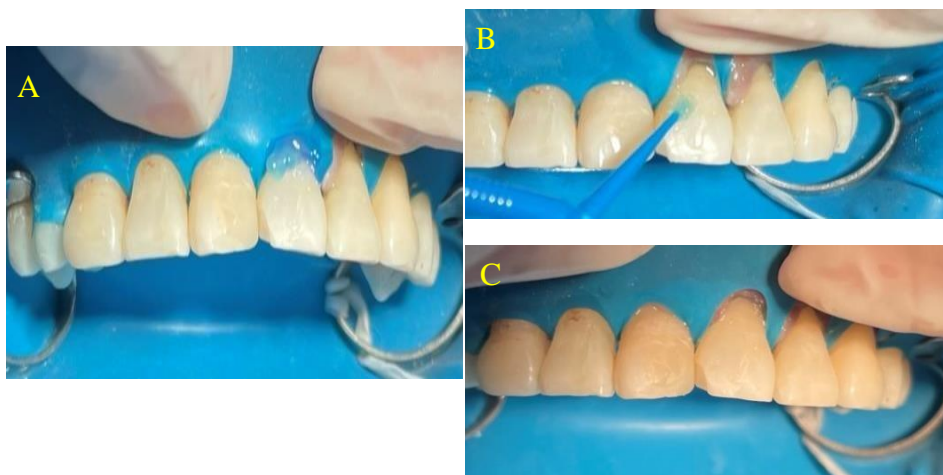
Em uma próxima sessão seguimos com as restaurações dos dentes 21, 22, 23, 24 e 25 as quais foram realizadas seguindo o

mesmo protocolo das restaurações anteriores. Realizamos a inserção de Fio Retrator – Retraflex000 – Biodinâmica® nas cervicais dos dentes a serem trabalhados, recortamos os tamanhos adequados e colocamos embebidos em Solução Hemostática Hemostank - Biodinâmica® e para a inserção do fio retrator foi utilizado a Espátula de inserção de Fio Retrator Serrilhado nº 113 – Hu-Friedy®. Assim, com todos os fios retratores devidamente inseridos, prosseguimos para a técnica anestésica, foi escolhida a infiltrativa no fundo de vestíbulo dos dentes que receberiam os grampos para isolamento (15 e 25), após a anestesia prosseguimos para o isolamento absoluto, foi escolhido novamente isolar os 10 elementos, sendo eles 15, 14, 13, 12, 11, 21, 22, 23, 24 e 25. O isolamento absoluto foi realizado com Lençol de Borracha Azul – Madeitex®, Grampos Nº 207 para pré molares da Golgran® e Pinça Palmer – Golgran® para colocação do grampo de escolha e Fio Dental – Hillo® para amarrilha nos grampos. Após a realização do isolamento absoluto, iniciamos o processo em si de restauração das LCNC com resinas compostas, seguindo os protocolos da instituição. Assim como na hemiarcada direita, a hemiarcada esquerda também não havia necessidade de preparo cavitário, sendo assim foi prosseguido para a etapa de condicionamento Ácido Fosfórico 37% - FGM®, sendo aplicado em dentina o qual

deve permanecer apenas por 15 segundos. Passado o tempo foi feita a lavagem em abundância para remoção do ácido fosfórico 37%, uma leve secagem com jato de ar da seringa tríplice, seguindo para a limpeza da cavidade com Clorexidina 2% - Reymer®, com auxílio de Microbrush – All Prime® para a aplicação e secagem do excesso com papel absorvente, assim a cavidade ficou pronta para receber o sistema adesivo Ambar- FGM®, aplicou-se a primeira camada com microbrush – All Prime® e leve jato de ar para que o material espalhar por toda a cavidade e entrar subgingival e fotopolimerizar com Fotopolimerizador – Schuster® por 20 segundos, seguindo para a segunda camada de aplicação do adesivo Ambar – FGM® com auxílio de Microbrush, leve jato de ar para o material se espalhar e fotopolimerizar novamente por 20 segundos. Assim, a cavidade estava pronta para receber o incremento de resina composta, no caso do elemento 21, não foi preciso utilizar resina composta de dentina para esconder a cor do substrato, então iniciamos com incremento de resina composta Vitra APS® na cor EA3, acomodando na cavidade com auxílio de espátula para resina nº 1 – Quinelato® e sempre alinhando com a anatomia e curvaturas do dente, foi dado acabamento com pincel de pelo de marta antes e seguiu-se para a fotopolimerização da resina por 20 segundos, os dentes que estavam com maior desgaste

de estrutura dentária, foi realizado incremento de resina composta de dentina Vitra APS® na cor DA3, para mascarar a cor do substrato trazendo uma melhor estética para o caso. Após realizar as restaurações nos dentes 15, 14, 13, 12 e 11, foi realizado ajuste da margem cervical com Broca Carbide Multilaminada para Desbaste – FG – Microdont®.

Figuras 5 - A: Ataque ácido com ácido fosfórico 37% - FGM®. B: Sistema adesivo com adesivo Ambar – FGM®.



Fonte: autoria própria.

O condicionamento ácido consiste na aplicação do ácido fosfórico 37% na extensão de toda a cavidade a ser restaurada, estendendo-se ainda 2mm além de seus limites externos, ao passar

15 segundos é necessário realizar uma lavagem abundante para remover todo o ácido da cavidade (Baratieri *et al.*, 2013).

Foi agendado o retorno da paciente para a última consulta, onde foi efetuado o passo final para conclusão do tratamento de restaurações das LCNCs, sendo eles o acabamento e polimento das restaurações. Nessa etapa, foi dado início ao acabamento e polimento utilizando os Disco de lixas Praxis – PDV®, acopladas no mandril em baixa rotação, começando com a granulação fina (fig. 6 A), para não ter um alto desgaste das restaurações e granulação extrafina (fig. 6 B) para melhor acabamento e polimento.

Figuras 6 A B - Acabamento e polimento com discos de lixas Praxis – PDV® em granulações Fina e Extrafina.



Fonte: autoria própria.

Após os discos de lixa o próximo passo foi utilizando o Kit de acabamento e polimento para resinas compostas – Microdont®, começando da coloração mais escura (amarela) que representa a taça com maior granulação (fig. 7 A) e posteriormente foi utilizado a coloração mais clara (branca) que representa a taça de borracha com menor granulação (fig. 7 B), lembrando que sempre ao utilizar as taças é imprescindível que utilizamos a seringa tríplice para jogar jatos de água, auxiliando para não superaquecer os dentes da paciente.

Figuras 7 A e B - Acabamento e polimento das restaurações em resinas compostas com Kit de acabamento e polimento para resinas compostas – Microdont®, taças de borrachas amarela e branca.



Fonte: autoria própria.

Seguido dos acabamentos e polimentos com discos de lixas e taças de borrachas, prosseguimos para o polimento das restaurações com disco de feltro – Septodont® (fig. 8 A) acoplado no mandril em baixa rotação, em conjunto com pasta de polimento Diamond R – FGM®, e disco de pelo de cabra – CA - American Burrs® (fig. 8 B) em conjunto também da pasta de polimento Diamond R – FGM® para assim poder conferir um maior acabamento e brilho das restaurações em resinas compostas as tornando esteticamente mais bonitas.

Figuras 8 - A Polimento das restaurações em resinas compostas com disco de feltro – Septodont® em conjunto com pasta de polimento Diamond R – FGM®, e disco de pelo de cabra – CA - American Burrs®. B em conjunto também da pasta de polimento Diamond R – FGM®.



Fonte: autoria própria.

Aspecto do diagnóstico final das restaurações em resinas compostas de classe V nos dentes 15, 14, 13, 12, 11, 21, 22, 23, 24 e 25 (fig. 9 A e 9 B), os quais no diagnóstico inicial estavam com perda de estrutura dentária por lesões cervicais não cariosas as quais ocasionadas por hábito parafuncional (bruxismo), atrição dentária e tratamento de aparelho ortodôntico inacabado.

Figura 9: Aspecto do diagnóstico final das restaurações em resinas compostas.



Fonte: autoria própria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o trabalho exposto baseado em conteúdos científicos, pode-se concluir que a anamnese e coleta de dados sobre a rotina diária e hábitos da paciente são de suma importância para poder firmar um diagnóstico, traçar plano de tratamento de qualidade que atendam com as expectativas e conseqüentemente tendo um bom prognóstico das LCNCs. Assim como a escolha adequada do tratamento e uma boa execução da técnica de

restauração em resinas compostas das LCNCs podem proporcionar um resultado satisfatório em quesito estético, funcional e principalmente sintomatológico em casos de hipersensibilidade dentinária.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, C.M; ALMEIDA, E.C.B; MENEZES, M.R.M
Tratamento da hiperestesia dentinária com laser de GaAIs.
Odontologia **Clín Científ**, v. 5, ed. 2, p. 143-152, 2006.

ALVES, N.G.; FIGUEIREDO, V.M.G.; JUNIOR, F.A.L.
Correlação entre facetas de desgaste e a ocorrência de lesões cervicais não cariosas: Uma revisão da literatura. **Rev Bah Odonto**, [s. l.], v. 9, ed. 1, p. 67-73, mar 2018.

ATALAY, C.; OZGUNALTAY, G. Evaluation of tooth wear and associated risk factors: A matched case–Control study. **Nigerian Journal of Clinical Practice**, v. 21, n. 12, p. 607-614, 2018.

BORCIC J. *et al.*, A prevalência de lesões cervicais não cariosas na dentição permanente. **J Reabilitação Oral**. V. 31, p. 117–23, 2004.

CARVALHO, P.A.S.M. **Lesões cervicais não cariosas:** etiologia, planos de tratamento e relação com profissões de stress. Porto: Universidade do Porto. 2014.

COLEMAN, T.A; GRIPPO, JO; SIMRING, M. Abfraction, abrasion, biocorrosion, and the enigma of noncarious cervical lesions: a 20- year perspective. **Esthet Restor Dent**, v. 24, n.1, p. 10-23, 2012.

KINA M. *et al.*, Lesões cervicais não cariosas: protocolo clínico. **Arch Health Invest**. v. 4, n. 4, p. 21-8, 2015.

REYS, M.M. et al., Abfractions and attachment loss in teeth with premature contacts in centric relation: clinical observations. **J Periodontol, J Periodontol**, v. 80, n. 2, ed. 12, 2009.

ROCHA, C. et al., Efeito de agentes dessensibilizantes na obliteração dos tubúlos dentinários - estudo in vitro. **Rev Bras Odontol.**, v 73, n. 4, p. 272-6, 2016.

SOARES, P.V. *et al.* Lesões cervicais não cariosas e hipersensibilidade dentinária: protocolos reabilitadores e estéticos. In: Associação Brasileira de Odontologia; PINTO, T, PEREIRA, J.C.; MASIOLI MA (orgs.). **Programa de Atualização em Odontologia Estética**, v. 2, ed. 8, p. 43-73, 2014.

TONETTO, M. R. et al., Hipersensibilidade dentinária cervical: embusca de um tratamento eficaz. **Rev. Odontol Univ Cid São Paulo**, v. 24, n. 3, p.190-99, 2012.

XAVIER, A.; PINTO, T.; CAVALCANTI, A. Lesões Cervicais não cariosas: um panorama atual. **Rev. Odontol. Univ. Cid. São Paulo**, v. 24, n. 1, p. 57-66, 2012.

